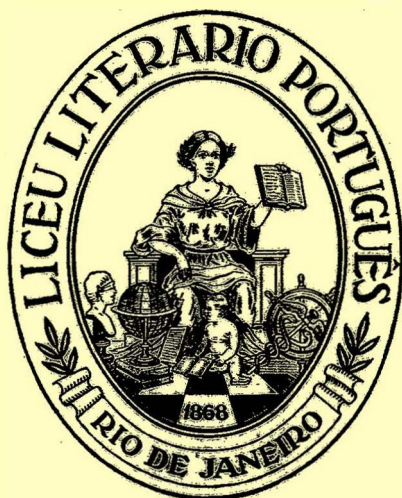


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



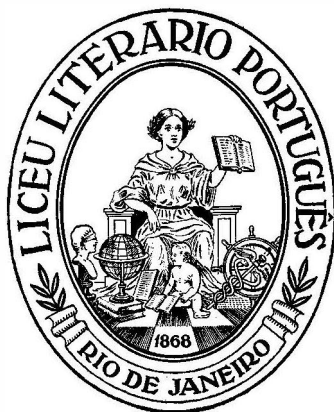
N.º 11 - 1.º semestre de 1996 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

Per multiplum ad unum

*"As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem."*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 11 - 1.º semestre de 1996 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Edison Chini

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antonio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Edison Chini (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da Tap – Air Portugal

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	5
Homenagem a Clóvis Monteiro	7
Recordando Clóvis Monteiro (ENEIDA MONTEIRO BOMFIM)	9
Saudade de Clóvis Monteiro (OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA)	15
ARTIGOS	
Língua Literária e Língua Padrão (WOLFGANG ROTH)	17
Lusofonia em Angola e Moçambique: Implicações Educativas (ANA MARIA MÃO-DE-FERRO MARTINHO)	25
Três Exotismos Quinhentistas (o Bétel, a Coca e a Cola) (ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA)	33
A <i>Post-Vulgata</i> Arturiana na Península Ibérica: Qual Foi Sua Primeira Tradução? (HEITOR MEGALE)	39
Diálogo Literário e Realidade Lingüística (DINO PRETI)	57
Diretrizes Gerais para a Elaboração de uma Gramática Descritiva (VALTER KEHDI)	65
TRANSCRIÇÕES	71
NOTAS E COMENTÁRIOS	73
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	85
RESENHAS CRÍTICAS	
MENEGAZ, Ronaldo. <i>Vocabulário da "Miscelânea de Garcia de Resende"</i> (A. G. CUNHA)	103
CEPEDA, Isabel Vilares. <i>Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa</i> (A. G. CUNHA)	105
MOLLICA, Maria Cecília. <i>(De) que falamos</i> (SÍLVIO ELIA)	107
AZEVEDO FILHO, Leodegário A. <i>Lírica de Camões</i> (SÍLVIO ELIA)	109
ROSÁRIO, Pe. Manuel da Penha do. <i>Questões Apoloéticas</i> (EVANILDO BECHARA)	115
VERDELHO, Telmo. <i>As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas.</i> (EVANILDO BECHARA)	119
NOTICIÁRIO	123
COLABORADORES DESTE NÚMERO	131

EDITORIAL

UMA QUESTÃO DE BOM-SENSO

Na cidade do Maputo, em Moçambique, reuniram-se, em abril, os chanceleres dos 7 países lusófonos, com a finalidade de acertar os pontos finais de institucionalização do projeto da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Poucas semanas antes, tinha havido em Lisboa o encontro dos embaixadores e já nessa altura não existiam, praticamente, quaisquer diferenças em relação à estrutura e ao ordenamento da Secretaria-Geral que a partir de julho – quando devem ser assinados os atos constitutivos – terá a responsabilidade da parte executiva, com as estruturas definidas e uma operacionalidade que, pelo menos nesta fase, seja capaz de responder ao arranque e à dinâmica do projeto.

Na capital moçambicana a reunião dos Ministros decorreu sem grandes discussões, aprovaram-se os textos, orçaram-se as despesas e redigiu-se o comunicado final para se tornarem públicas as decisões tomadas. E, já em seqüência ao comunicado, veio também a informação de que, depois de terem discutido a forma de escolher o Secretário-Geral, os ministros resolveram, atendendo ao que parece, a um pleito de representante de Angola, que o primeiro ocupante do cargo deveria ser uma personalidade daquele país. Ao governo de S. Tomé e Príncipe caberá indicar o adjunto!

A decisão foi uma surpresa e se representou, por um lado, uma “desfeita” ao Brasil, que precisa de ser reparada, por outro, pode significar que a Comunidade corre o risco de transformar-se num organismo nati-morto, o que também não devemos aceitar em silêncio.

Como escrevia no “Diário do Rio de Janeiro” o velho Machado: apliquemos a observação e perfilemos os argumentos. Em primeiro lugar, foi uma desconsideração ao Brasil porque pelo peso e pela importância do país no contexto internacional; por ter sido o responsável pelo projeto e o seu maior articulador; pela qualidade de seus quadros diplomáticos e por dispor de condições, que nenhum outro parceiro tem, de dar conteúdo e forma às iniciativas que urgem ser tomadas no âmbito da CPLP; por esses e por tantos outros motivos, o 1º Secretário-Geral teria de ser uma grande figura brasileira, da política ou da diplomacia, da intelectualidade ou dos meios universitários – não importa o quadrante, desde que brasileiro fosse.

É claro que, “in pectoris”, como no colégio dos cardeais, um nome aparece entre as indicações a reunir consensos, se mais não fora pelo entusiasmo e pela persistência com que se bateu pela idéia, pelo prestígio de que desfrutava em todo o espaço da

lusofonia e por ser um intérprete lúcido e seguro das idéias-força que potenciam o projeto. Trata-se, é bem de ver, do ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira. Mas se por esta ou aquela razão, ele não puder, ou não for o escolhido, que o governo indique outra personalidade para o cargo, mas que não abra mão, seja qual for o motivo, da atribuição que, de “- juris et de jure”, deveria ter-lhe sido conferida na reunião do Maputo.

Fora a desatenção que foi passar por cima de todos esses considerandos e ter-se optado pelo critério da ordem alfabética dos países, ou simplesmente para fazer a vontade aos africanos, sem olhar para os interesses superiores e o futuro da Comunidade, existe ainda o perigo de se ter, à partida, um organismo sem forças para se firmar e sem músculos para sair do lugar. Não vai nisto nenhuma restrição aos países da Africa, nem se pretende negar o mérito e a capacidade de tantos angolanos e são-tomenses; mas a verdade é que, neste momento, Angola sequer consolidou o processo de paz, vive num estado de miséria atarrador, tem mil problemas internos para resolver com prioridade, enquanto São Tomé e Príncipe não dispõe de recursos mínimos para assumir cargos no plano internacional – e, por isso, entregar a Secretaria-Geral da CPLP a esses países, conforme se pretende, na fase atual, é uma temeridade.

Há quem pense que fixando-se a escolha num país africano dissipar-se-á qualquer suspeita sobre “neo-colonialismo”, ou sobre o poder hegemônico luso-brasileiro. E atende-se à questão do governo de Luanda, de onde veio a idéia, de usar o critério da escolha por ordem alfabética. A nosso ver, trata-se de uma desculpa esfarapada. Primeiro, porque se até agora os africanos ainda não compreenderam que a formação de um espaço comum é sobretudo a eles que favorece, pelas vias da cooperação e dos condutos para organizações internacionais, e que o projeto da CPLP não tem nada de redutor de sua soberania, então precisam, antes de tudo, rever essa posição e perder esse temor. Depois, não se devem sacrificar os benefícios e impulsos que resultam para todos de ser o Brasil a assumir a Secretaria-Geral, para se recorrer a outro qualquer critério que não leva em conta as vicissitudes e os dramas de cada país, os recursos de que dispõem para o desempenho de um trabalho que é decisivo para a sobrevivência e a consolidação do projeto.

Esperamos que em julho os Chefes de Estado e de Governo revejam a sugestão emanada do Maputo. E se o Brasil, por escrúpulo, achar que a Secretaria-Geral estaria bem entregue a um africano, que seja Portugal a exercer sua força dissuasória e a convencer os angolanos que esta é a vez do Brasil – e também, por justiça e reconhecimento, de José Aparecido de Oliveira.

A. Gomes da Costa

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
CLÓVIS MONTEIRO**



CLÓVIS MONTEIRO
(1898 – 1961)

RECORDANDO CLÓVIS MONTEIRO

Eneida do Rego Monteiro Bomfim
PUC-Rio

Em 13 de julho de 1961, aos 62 anos, Clóvis Monteiro faleceu, deixando uma lacuna na Filologia e um vácuo irreparável no seu grande clã, integrado, não apenas pelos dez filhos e suas famílias, pela mãe e irmãos, mas também pelos amigos, colegas, alunos e discípulos que nele encontraram apoio, confiança, amor e respeito.

Nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 10 de setembro de 1898. Era o segundo dos oito filhos de Adolpho Thiers do Rego Monteiro e de Júlia Rodrigues Monteiro. Aos dezessete anos perdia o pai e, como o irmão mais velho, Mozart Monteiro, estava no Rio de Janeiro, estudando Direito, ficou à frente da família, educou os irmãos menores e desvelou-se até a morte pela mãe a quem venerava. Somente quando se viu em condições materiais de ampliar a família, casou-se com Maria Luisa de Oliveira, coroando um relacionamento que já vinha da meninice, quando ele, aos onze anos, conheceu uma menina de dez que, além de aluna brilhante do melhor colégio de moças da capital cearense (lia Cesar no original aos onze anos), já era uma pianista extraordinária.

Maria Luisa foi a companheira de todas as horas e com ele colaborou, copiando com caligrafia impecável os escritos de Clóvis e anotando trechos de conferências ou outros trabalhos que ele ditava, para ganhar tempo, enquanto se preparava para sair. Entre esses ditados estavam as palestras proferidas na Universidade do Ar, curso programado e transmitido pela Rádio Nacional, em ondas médias e curtas para todo o Brasil.

A facilidade de expressão oral e, por outro lado, a labuta diária em sala de aula, que se estendia das sete da manhã às vinte e duas horas, contribuíram fortemente para que não registrasse por escrito suas reflexões e pontos de vista sobre a língua e sobre a história da literatura no Brasil. A independência intelectual, segurança teórica, originalidade, intuição para interpretar os fatos lingüísticos e literários foram a marca da sua atividade docente. Esse legado ficou com as sucessivas gerações de alunos e discípulos que tiveram o privilégio de tê-lo como professor.

A vida de trabalho iniciou-se na adolescência. Em Fortaleza, colaborou nas revistas literárias *Fenix* e *Colombo*, nos prestigiados jornais *Unitário* e *Correio do Povo*, foi secretário de *A Tribuna*, com dezesseis anos.

A passagem pela imprensa foi meteórica. Já então despontava a vocação para o magistério. Dedicou-se a grupos de candidatos aos chamados exames preparatórios que se realizavam em estabelecimentos oficiais de ensino que tinham como padrão o Colégio Pedro II e conferiam o certificado de habilitação ao ingresso nos cursos superiores. Dizia com orgulho que seus alunos logravam aprovação na primeira tentativa.

Aos dezenove anos, tornou-se, por concurso, Professor Normalista da Armada, com exercício na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Em 1920 escrevia a tese *Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguesa*, em conformidade com o ponto sorteado, pensando em concorrer a uma cadeira de português no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Não foi possível inscrever-se: não possuía certificado de reservista. Sua grande aspiração, pode-se dizer, sua meta, era prestar concurso para o Colégio Pedro II. Com esse objetivo publicou a tese *Da Tendência Análítica na Evolução do Nosso Idioma* (1926). Entre os candidatos ao concurso obteve o segundo lugar. A cátedra foi conquistada por Quintino do Vale com quem manteve laços de estreita e fraterna amizade por toda a vida.

Em 1928, fixou residência no Rio de Janeiro. Aqui chegando foi o primeiro colocado no concurso concorridíssimo para Professor de Ensino Secundário da Prefeitura do Distrito Federal.

Publicou no ano seguinte a tese *Traços do Romantismo na Poesia Brasileira*, para concorrer à cátedra de Literatura vernácula, especialmente brasileira, na Escola Normal do Distrito Federal. O concurso realizou-se em 1931 e o jovem cearense desconhecido saiu vitorioso. As reminiscências dessa época, apesar da tenra idade, levam-me a Antenor Nascentes, compadre de Clóvis duas vezes e a Ernesto Faria, ambos freqüentadores assíduos de nossa casa e, mais tarde, a Serafim da Silva Neto.

Em 1933 escrevia *A Linguagem dos Cantadores*, na condição de candidato a uma das cadeiras de Português do Colégio Pedro II. Isso, às vésperas do encerramento das inscrições, graças ao estímulo do grande amigo Ernesto Faria que saiu em campo, na busca de capital para a edição do trabalho. Lembro-me bem dessa fase. Já éramos então seis filhos. Eu, a mais velha, andava pelos sete anos e o caçula ainda não completara dois. Nosso pai, fechado no gabinete de trabalho, não estava presente às refeições. Andávamos na ponta dos pés e nossa mãe nos conseguia manter afastados e razoavelmente bem comportados. A tese foi publicada sem os exemplos, porque encareceriam e inviabilizariam a edição. Maria Luisa e a irmã mais nova de Clóvis, Yedda, prematuramente falecida, copiaram em fichas os verbetes com o registro das ocorrências nos textos, coligidos e publicados por Leonardo Mota no livro *Cantadores* e que haviam servido de base para o estudo. O concurso só se realizou em 1936 e não é necessário dizer-se que o fichário de aço com cerca de 1600 fichas acompanhou o candidato na defesa de tese. Clóvis Monteiro conquistou a cátedra.

Nos últimos anos de vida, convidou-me para ajudá-lo na reedição da obra. Cobia-me, como tarefa inicial, conferir os exemplos com as fontes. Por envolvimento de

ambos com as obrigações do dia a dia, a empreitada não passou do limiar. A morte levou o mestre, o turbilhão dos afazeres arrastou-me para outras direções. Mais tarde, o saudoso Cavalcanti Proença propôs-me a retomada do projeto. Faleceu antes que tivéssemos estabelecido o plano de trabalho.

Clóvis Monteiro não lecionou apenas em estabelecimentos oficiais de ensino. Trabalhou em vários colégios particulares de renome, Andrews, Jacobina, Santo Inácio, São Bento, Sion. Com a criação das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, em 1939, foi catedrático fundador da Faculdade Santa Úrsula, hoje USU, da Faculdade Católica, posteriormente PUC-Rio e da Faculdade Lafayette, depois UEG e hoje UERJ. Foi também professor do Instituto Rio Branco, a convite de Guimarães Rosa.

Paralelamente às atividades docentes e de pesquisa, exerceu atividades administrativas a partir de 1937. Foi diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação (1937), do Colégio Pedro II, Internato (1938-1947) e do Externato (1956-1961). Secretário Geral de Educação e Cultura na administração do Prefeito Mendes de Moraes, criou o almoço escolar, com base em pesquisa reveladora de que o mau rendimento na escola estava diretamente relacionado à deficiência alimentar. Duplicou em três anos a rede escolar. Criou as Escolas Rurais, onde os alunos familiarizavam-se com o plantio e outras atividades do campo, paralelamente às tarefas escolares de rotina, e as mães aprendiam técnicas de aproveitamento e conservação de alimentos e trabalhos artesanais.

Como administrador, foi lúcido, renovador e construtivo. Foi bom e justo. Transcrevo o testemunho de Jairo Dias de Carvalho, no trabalho “A vida e a obra de Clóvis Monteiro”, publicado na *Miscelânea Filológica* em honra do mestre :

“Devem-lhe imensamente as gerações que cursaram o velho Internato do Colégio Pedro II, na década em que ele o dirigiu. Sua presença fez de um casarão, que poderia ser triste, o alegre lar de todos, pois não distinguia entre os filhos que ali estudavam e os demais alunos, a todos dando o mesmo tratamento compreensivo e amigo.” (op. cit. p.XIV)

Incontáveis foram as bancas de concursos públicos promovidos pelo antigo DASP de que participou como examinador ou presidente. No Colégio Pedro II, examinou em concursos para as cátedras de Português, Latim e Literatura. Na Faculdade Nacional de Filosofia foi examinador de Alceu Amoroso Lima no concurso para a cátedra de Literatura Brasileira.

Conhecia além das línguas neolatinas (não tenho notícia de que conhecesse o catalão nem o romeno), o grego, o latim, o inglês, o árabe e o alemão. Surpreendi-me, quando criança, ao encontrar um caderno em que Clóvis transcrevia suas versões de textos do grego para o latim e deste para o alemão.

Acredito que não seja do conhecimento geral que foi poeta inspirado. A maior parte da sua produção poética é de quando andava pelos dezessete anos. São, na maioria, sonetos parnasianos, de versos decassílabos ou alexandrinos, revelando um poeta inspirado e um artista esmerado. Parte desse material foi publicado em 1915 e

1916 no *Correio do Ceará* e, posteriormente, algumas de suas produções figuraram em antologias e livros editados no Ceará. Depois de longo silêncio, em 1939, escreve o epitáfio transcrito no túmulo da sua irmã Yedda. Nas décadas de 40 e 50, o Suplemento Literário do *Correio da Manhã* publicou poemas de Clóvis Monteiro, uns antigos e outros compostos de março a maio de 1946. Marcou a volta à poesia o soneto “Prece”, dirigido à sua filha Maria Lyriss, Irmã Luisa Maria, que acabara de ingressar como postulante na Congregação de Nossa Senhora de Sion. Clóvis reuniu seus poemas, agrupou-os em partes de um livro que pretendia publicar, mas não chegou a realizar o seu intento.

Era muito procurado pelos jornais para opinar sobre questões controversas relativas ao português.

Orador inspirado, raramente escrevia seus discursos. O mesmo acontecia com palestras e conferências de que ficaram, quando muito, esboços de roteiros ou pequenos trechos como, por exemplo, o começo de uma conferência sobre “Camões e a língua portuguesa”, proferida na Academia Brasileira de Letras em 1943, no curso Camões e incluída no opúsculo *Fundamentos Clássicos do Português do Brasil*. Relacionamento a seguir as obras que publicou, acompanhadas de um rápido comentário.

- *Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguesa*. Fortaleza, Gráfica A. C. Mendes, 1920. Tese apresentada, em concurso, à Congregação do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Neste primeiro trabalho, revela surpreendente familiaridade com os ensinamentos dos expoentes da época. Nota-se já a independência e o espírito crítico que acompanharam sempre a sua atividade intelectual.

- *Da Tendência Analítica na Evolução do nosso Idioma*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1926. Tese apresentada, em concurso, à Congregação do Colégio Pedro II.

O conteúdo dessa tese aparece anotado e modificado na Primeira parte do livro *Português da Europa e Português da América*.

- *Traços do Romantismo na Poesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Tip. D’A Encadernadora, 1929. Tese apresentada como candidato à cadeira de Literatura vernácula, especialmente brasileira, na Escola Normal do Distrito Federal. O autor discorda de pontos de vista de alguns críticos nacionais e defende com segurança e objetividade suas opiniões. É particularmente importante a posição que assume com relação ao papel que os poemas épicos de Basílio da Gama e Santa Rita Durão têm na história da nossa literatura. A esse respeito é citado por Afrânio Peixoto na sua edição de *O Uruguai*.

- *Português da Europa e Português da América*. Aspectos da evolução do nosso idioma. Rio de Janeiro, Depositária J. Leite, 1931. A 3a.ed. é da Livraria Acadêmica, 1959. Trata-se de sua principal obra. Nas palavras de Joaquim Ribeiro “um livro magistral e definitivo” (*Miscelânea Filológica* em Honra à Memória do Professor Clóvis Monteiro. Rio de Janeiro, Editora do Professor, 1965).

Este livro compõe-se de três partes: 1 - Da Tendência Analítica; 2 - Da Influência do Tupi e 3 - O Problema Ortográfico.

• *Nova Antologia Brasileira*. Rio de Janeiro, F.Brigueit, 1933. A última edição em vida do autor é a 15a., de 1960.

Foi a única obra didática de Clóvis Monteiro. São importantes os resumos biobibliográficos dos autores que figuram na antologia, as notícias sobre as características dos estilos de época em que se enquadram os textos que se situam entre Romantismo e Modernismo e, principalmente, as 120 notas sobre assuntos gramaticais, motivadas pelos textos.

• *A Linguagem dos Cantadores*. Segundo textos coligidos e publicados por Leonardo Mota. Rio de Janeiro, 1933. Tese apresentada, em concurso, à Congregação do Colégio Pedro II.

A tese apresenta, inicialmente um vocabulário de 1600 itens, agrupados de acordo com sua procedência. Seguem-se comentários sobre usos peculiares ao português do nordeste e capítulos que tratam das tendências fonéticas, da morfologia e da sintaxe dos textos estudados.

• *Ortografia da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1955.

São apresentados documentos referentes à história do sistema ortográfico em Portugal e no Brasil, seguidos de numerosos exemplos ilustrativos das normas vigentes.

• *Fundamentos Clássicos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1958.

Neste opúsculo, trata do problema da língua nacional no Brasil, analisa as características gerais da língua portuguesa no Brasil colonial e depois da Independência e também comenta a situação atual do português do Brasil. Em anexo, relaciona, com comentários, 126 regionalismos lexicais.

• *Esboços de História Literária*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1961.

Composto com base nos apanhados taquigrafados de Mariana Bastos, aluna da turma do 2º ano do Curso Complementar de Direito do Colégio Andrews, em 1940, este livro veio a lume depois da morte do autor. Nele assume posição crítica e pessoal em face de pontos importantes de nossa história literária.

Encerro com a apreciação do querido mestre Sílvio Elia sobre a obra de Clóvis Monteiro:

“Não publicou muito, mas em tudo que escreveu há o selo de uma inteligência arguta servida por bem sedimentada cultura. Foi dos nossos poucos filólogos que puderam dedicar-se não só à língua, mas também à literatura, e a esses estudos trouxe sempre uma palavra de bom senso e de sábia moderação”. (*Ensaio de Filologia*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1963, p.199).

SAUDADE DE CLÓVIS MONTEIRO¹

Olmar Guterres da Silveira
UFF/UERJ

Se o tripé pode ser o ícone representativo da estabilidade, do equilíbrio, da segurança, da firmeza; se assim é, o tripé da minha longa – ou teria sido curta – experiência de adolescente no Internato do Colégio Pedro II foi constituído por João Baptista Mello e Souza, por Quintino do Valle e por Clóvis Monteiro.

Cada qual com seu jeito especial de ser, contribuíram todos para a minha formação: foram o Mestre, o exemplo, o Pai. A homenagem que preste a um deles há de ser, certamente, homenagem tríplice.

Clóvis do Rego Monteiro nasceu em Fortaleza, aos 10 de setembro de 1898 e faleceu, vítima de longo sofrimento, aos 13 de julho de 1961, no Rio de Janeiro.

Erudito, profundo e claro na exposição de suas idéias, a relação de suas Teses de Concurso espelha a trajetória que seguiu no magistério, e ensaja o conhecimento da atualidade e pertinência da bibliografia.

Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguesa, de 1920, foi apresentada à Escola de Aprendizes Marinheiros de Fortaleza; por dificuldades de interpretação burocrática, não foi a Tese submetida a exame.

Português da Europa e Português da América, de 1926; na verdade, sob este título se reproduzem as duas Teses apresentadas a Concurso, a que se anexou um suplemento sobre Ortografia: *Da Tendência Analítica na Evolução do Idioma e Influência do Tupi*.

Traços do Romantismo na Poesia Brasileira, de 1929. Tese apresentada a Concurso para Cátedra de Literatura, recém-criada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. E, por fim, *A Linguagem dos Cantadores*, de 1933. Tese com que obteve da Congregação cabal aprovação, ao contrário do que acontecera em 1926, quando a indicação de primeiro lugar coubera a Quintino do Valle. Clóvis Monteiro escreveu as Teses aqui citadas com excelência de doutrina e grande propriedade de bibliografia, o que lhe garante lugar de renome, como escritor seguro e atualizado.

Deixou-nos ainda *Nova Antologia Brasileira*, livro escolar que veio substituir a já desgastada *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, não por lhe negar o valor que a vetustez assegurara, mas por tornar mais leve e interessante a seleção e apresentação de textos. É curiosa a inserção de páginas em que o Autor examina as características da língua literária segundo o estilo de época. Outra observação de alto interesse está no capítulo em que estuda o poeta cearense José Albano, um quinhentista da século XX.

Ortografia da Língua Portuguesa;
Fundamentos Clássicos do Português do Brasil.

Neste livro o Autor desenvolve, com linguagem clara e elegante, com verdadei-

1-Texto apresentado em Sessão de Comemoração da Fundação do Centro Filológico Clóvis Monteiro.

ra visão científica, o tema que a obra propõe. Finalmente, esgota-se o elenco das obras publicadas de Clóvis Monteiro com *Esboços de História Literária*, obra de alto valor, e de valioso conteúdo didático.

Veio Clóvis Monteiro a exercer o magistério universitário, na PUC, no Instituto Santa Úrsula, e na Fac. de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La Fayette, germe da atual UERJ. A administração pública contou com o seu concurso, já na direção da Escola secundária do Instituto de Educação, já na direção do Internato do Colégio Pedro II, já na Secretária de Educação da municipalidade do Rio, sendo Prefeito o Gen. Ângelo Mendes de Moraes. Em algumas destas atividades é possível reconhecer o Homem Clóvis Monteiro, preocupado com o estado social dos que dependem dele. Assim, na Prefeitura do Distrito Federal, criou os Ginásios Industriais, unidades profissionalizantes a que deu força a alimentação gratuita; como muito bem resumiu o Prof. Jairo Dias de Carvalho em bela página sobre a vida e a obra de Clóvis Monteiro, esta deliberação traduzia uma filosofia de administração escolar: primeiro alimentar, para depois ensinar. No Colégio Pedro II punha em prática, juntamente com o Gigante daquela Instituição, o Diretor do Externato, Raja Gabaglia, a permissão legal de nomear Inspetores de Alunos aqueles ex-alunos que, assim, tinham o honesto provento que lhes permitia fazer frente às despesas do Ensino Superior; outros, que mostravam pendor para o magistério, vieram a ser nomeados Auxiliares de Ensino, como é o caso do autor destas linhas, que serviu àquela Casa por 44 anos. Para mostrar com exatidão quem foi Clóvis Monteiro justo e bom, reservo-me o prazer de narrar algo maravilhosamente definidor daquelas qualidades. Passo a contar-lhes uma história verdadeira...

Niel [Niel Aquino Casses] era aluno do Internato, com a Família residente no Rio Grande do Sul. Vivia, pois, o Niel no Colégio o tempo todo, sem qualquer Responsável no Rio, Temperamento brincalhão, *moleque*, como carinhosamente se podia apelidar a inteligente alegria, sua brincadeira constante contagiava todos os circunstantes. Certo dia, veio-lhe, não sei como, a idéia de uma *molecagem* digna de aplausos. Alguns alunos sabiam, por informações boca-a-boca; outros saberiam no momento... O belo prédio de São Cristóvão onde ficava o Internato tinha, em toda a volta, uma platibanda, que sustentava, na fachada, quatro figuras típicas da arquitetura clássica: mulheres em trajes guerreiros. E Niel ia fingir-se de sonâmbulo... e cumprir a promessa. Foi uma farra!... É difícil imaginar a alteração que perturbou, aquela noite, o sono do Internato... Finalmente, após muitas execrações, muitos gritos, muitas ordens daqui e dali, finalmente a paz reapareceu e o Niel já antecipava a medo os castigos imagináveis. No dia seguinte, lá pelas nove, nove e meia, fomos chamados à presença do Diretor, já inteirado do fato pelo Chefe-de-Disciplina. Fomos os dois admitidos, porque o permitia a nossa situação à frente do Grêmio Literário Mello e Souza. Lembro-me como se fosse ontem:

– Que me diz a respeito do que aconteceu? O senhor fez isso?

E o Niel, pesando lá consigo a inutilidade de negar,

– Fui eu, sim Senhor!

Eu, por mim, tive nessa ocasião a mais certa das certezas: aquele semblante irritado, certo tremor a traduzir a imposição da disciplina... tudo me repetia aos ouvidos:

O Niel vai ser expulso!

Mas, de repente, numa fração de segundo, a fisionomia mudou! As lágrimas abrandaram o rosto severo e ouviu-se em tom balbuciante:

E se você cai, e morre, menino, que é que eu vou dizer a seu pai?

Saudade do Professor... Saudade do Administrador... Saudade de Clóvis Monteiro...

LÍNGUA LITERÁRIA E LÍNGUA PADRÃO

Wolfgang Roth
Bochum- Alemanha

As tentativas de definir o que seria a língua literária devem-se em grande parte ao estruturalismo das primeiras décadas do nosso século. Antes, na corrente lingüística histórico-comparativa do século passado, a consciência da diferença entre língua literária e língua padrão surge apenas esporadicamente. O interesse dominante pela pesquisa da evolução e da reconstrução de línguas históricas e protolínguas versava sobre as variantes dialetais e populares das línguas que eram objeto dos estudos filológicos do século XIX. A língua literária e a língua padrão em geral eram consideradas como uma unidade. Só mais tarde aparece o interesse pelas variedades, especialmente pelas variedades dialetais, ao passo que a língua documentária (por exemplo testamentos escritos em variantes dialetais) interessavam exclusivamente como testemunhos de variedades locais de línguas históricas em fases anteriores. A preferência que se dava à língua literária se explica pelo fato de a filologia do século XIX ter-se dedicado tanto à literatura como à lingüística e ter considerado os textos literários como a principal fonte para estudos e análises lingüísticos. A filologia do século passado e até de boa parte do século XX ainda não conhecia a divisão do trabalho entre a lingüística e a literatura e combinava, sobretudo na área da reconstrução e da edição de textos, as duas matérias. Com o fim da escola idealista, que em certos países, como a Espanha, perdurava até a segunda metade do nosso século, o estudo da língua separou-se definitivamente do da literatura. A separação entre as duas disciplinas da filologia se deu definitivamente, na maioria dos países, nos anos 20 e 30.

A idéia básica do estruturalismo consistia em estabelecer uma oposição e em considerar a língua literária como uma língua distinta da língua de uso, i. é, da linguagem empregada na comunicação diária e imposta por esta. De acordo com esta opinião, a língua literária se caracteriza por um alto grau de independência frente à língua não-literária, independência que se deve a fatores literários e que se refletem na língua. Isto vale especialmente para a forma literária que pode considerar-se como a mais elaborada do ponto de vista estético: a língua poética. Desde a Escola de Praga e os formalistas russos, os lingüistas partidários das idéias estruturalistas construíram esta oposição entre língua literária e língua não-literária. Esta última, usada com o mero fim comunicativo, careceria de ambições estéticas. Para este tipo de língua se tem proposto, entre outros termos, o de língua de uso ou língua utilitá-

ria (em alemão: *Gebrauchssprache*), uma língua, ou melhor dito, uma linguagem que se caracteriza por seguir os moldes da norma prescritiva não somente no que respeita às regras da gramática, mas também à norma comunicativa, ou seja: a língua de uso observa certas regras preestabelecidas relativas às formas de expressão mais consagradas e consideradas como as mais eficientes e adequadas à finalidade comunicativa.

A linguagem literária seria, de acordo com esta hipótese, uma linguagem livre destas restrições, ao passo que a língua não-literária seria comparável a uma língua mecanizada, sem ambições de originalidade, na qual o modo de exprimir-se transmitido e consagrado é considerada como o único possível para se conseguirem as metas comunicativas. Ultimamente se tem denominado esta oposição com os termos de linguagem automatizada versus linguagem desautomatizada, sendo esta última justamente a linguagem poética.

Para caracterizar esta linguagem poética em forma pormenorizada até em trabalhos recentes recorre-se ao conceito de estilo e parte-se de uma das definições mais divulgadas: estilo como desvio da norma. O que na linguagem "normal" seria considerado como um desrespeito da norma, ou seja, um erro, na linguagem poética é tido como algo permitido e pessoal ou original. A linguagem poética se baseia na indefinição de numerosos elementos lingüísticos. Assim, por exemplo, na semântica, uma fonte quase inesgotável é construída pela polissemia. A opção por um sentido fora do comum, de um sentido arcaico revivido, de um sentido que não se enquadra no contexto, de uma figura retórica, etc. pode ser um traço especial apreciado esteticamente na linguagem literária, mas rejeitado na linguagem comum.

O "desvio literário" pode ocorrer em qualquer nível de análise, embora a margem de "liberdade poética" possa ser diferente. Assim, no que respeita à gramática, pode haver tanto uma infração propositada às regras como também a exploração excessiva das possibilidades gramaticais, por exemplo o uso de orações extremamente longas e complexas. A não-observância das regras gramaticais parece difícil de determinar e, às vezes, tem-se a impressão de que as infrações às regras não conhecem regras.

A famosa caracterização de Roman Jakobson, que falava de uma "gramática da poesia", de acordo com a qual "a função poética transfere ("projeta") o princípio de equivalência do eixo da seleção para o eixo da combinatória" significa que podemos distinguir uma seleção no nível da paradigmática de uma combinatória no nível da sintagmática. Esta última é própria da linguagem literária, ao passo que a primeira, a seleção paradigmática, seria essencial para a linguagem de uso com simples finalidade comunicativa. O que conta na linguagem de uso é a faculdade de poder optar entre várias possibilidades de expressão com o fim de chegar ao modo de exprimir-se o mais eficiente possível. Em compensação, a linguagem poética se basaria antes na combinação dos elementos, numa seqüência especial dos elementos anteriores com elementos posteriores, a qual não segue necessariamente as regras da linguagem de uso.

Já os representantes da Escola de Praga se dedicavam à descrição e análise da oposição entre linguagem cotidiana e linguagem literária. O que distingue estas

duas variantes é o fator "comunicação". A linguagem diária ou de uso tem como objetivo a comunicação, e se concentra nos recursos para tornar esta comunicação a mais eficaz possível, com o fim de intervir na chamada realidade extralingüística, ou seja, a linguagem de uso se dirige à realidade extralingüística, ao passo que a linguagem literária se concentra no próprio signo lingüístico.

De acordo com a Escola de Praga, a linguagem meramente comunicativa provoca uma automatização lingüística. Em compensação, a linguagem literária constitui uma "atualização" dos recursos de uma língua transpondo as convenções estabelecidas pela linguagem comunicativa. Assim, a linguagem comunicativa sofre um processo de deformação e, ao mesmo tempo, modifica a linguagem poética anterior.

Esta atitude literária para com a língua significa também que os autores literários, para chegarem aos seus objetivos lingüísticos, se vêem forçados a partir da realidade lingüística representada pela linguagem comunicativa. Qualquer criação literária implica, no que diz respeito à linguagem, não somente uma familiaridade, mas também um relacionamento com a linguagem comunicativa. Este relacionamento muda com a época literária e, muitas vezes, até com as concepções estéticas do autor. Assim há tendências literárias que insistem em uma linguagem elevada superposta à linguagem diária, outras que preconizam e praticam uma aproximação à linguagem de todos os dias ou até à linguagem popular ou aos dialetos. A atitude para com a linguagem de uso abrange toda a gama desde o Classicismo até o Naturalismo. A história literária não é apenas a história de temas, motivos, gêneros, etc., mas também a história das diferentes manifestações da linguagem literária e sua proximidade ou afastamento da linguagem puramente comunicativa.

A história da linguagem literária constitui uma série de atitudes línguio-estéticas que vacilam entre uma inter-relação estreita entre conteúdo e palavra e uma separação quase completa entre estes dois aspectos da fala humana. Assim, por exemplo, o Romantismo se caracteriza por esta cisão, cisão que se pretende superar no Realismo e Naturalismo que se lhe segue. Sobretudo em autores e épocas preocupados com a atualidade social e política, podemos observar uma interdependência relativamente íntima entre linguagem de uso e linguagem literária.

Este resumo de idéias externadas a respeito de uma possível definição da língua literária seria incompleto, se não se mencionasse o fato de a linguagem literária ter, por sua vez, repercussões na linguagem comum. É consabido que se a linguagem comunicativa por um lado tem a sua autonomia relativa ante a linguagem literária, por outro esta última tem servido de modelo para aquela. Uma parte fundamental da gramática normativa se baseia justamente nos usos literários, nos chamados bons autores. Este ideal de um estreito relacionamento entre linguagem de uso e linguagem literária parece contradizer as observações acima mencionadas. Para superar esta contradição, é preciso voltar ao processo da formação histórica das línguas padrões européias. Este processo se fundamenta no que poderíamos chamar a liberação das línguas populares das línguas eruditas escritas na Idade Média. O latim, como na Igreja Oriental o grego e, em menor grau, o búlgaro arcaico, o chamado eslavo eclesiástico arcaico, representavam línguas hieráticas com apoio

numa ampla tradição escrita, constituída em grande parte por uma linguagem de ambições estéticas. Isto não quer dizer que não tenha havido uma vasta literatura escrita num latim de uso, mas surgiu repetidas vezes, desde a Idade Média e, depois, no Renascimento, a consciência da necessidade de renovar a linguagem de uso pelo recurso ao chamado latim clássico que, essencialmente, se baseava nos grandes autores da chamada latinidade de ouro (*Latinitas aurea*).

Assim, também as línguas "populares" modernas, ao se generalizarem, recorreram à linguagem literária durante o seu processo de padronização. Várias escolas literárias em diferentes países europeus desenvolveram uma consciência de que trabalhavam em prol de uma elaboração da língua nacional. A escola francesa da Pléiade, por exemplo, lançou mão de todos os recursos possíveis, latinismos, helenismos, dialetalismos, arcaísmos e outros, para enriquecer o léxico do francês, que parecia uma língua pobre aos membros dessa corrente literária. Na Espanha da época do Renascimento se sentia a falta de uma tradição linguoliterária que pudesse servir – segundo o exemplo da Itália – de modelo. Por falta de exemplos recorreu-se aos provérbios, que seriam uma espécie de sucedâneo da tríade dos autores italianos Dante, Petrarca e Boccaccio.

O auge da idéia de uma equiparação de linguagem culta de uso com linguagem literária foi alcançado na França com o Classicismo do século XVII, que promoveu um ideal de instrução no qual coincidiram a linguagem literária com a linguagem de uso. Era este o ideal do chamado *gentil-homem*, cujo lado lingüístico persiste em parte até hoje, não sem provocar uma crise do francês devido ao seu caráter ultraconservador e à rápida evolução do francês falado e informal.

A partir do século XVIII, caracterizado pela importância cada vez maior de uma burguesia dedicada às transações financeiras, ao comércio e às atividades manufatureiras e interessada no progresso das ciências naturais, – finalmente com a revolução industrial do século XIX e o ensino de uma língua padrão às massas em parte alogotas, iniciou-se uma separação entre linguagem literária e linguagem de uso. Os textos que visavam à pura comunicação, sobretudo no âmbito da comunicação científica, tornaram-se mais sóbrios, embora em algumas áreas sobrevivesse a retórica, por exemplo, no discurso político que continuava orientando-se pelos grandes autores da história literária (cf. o modelo lingüístico-retórico de Schiller na retórica nacionalista alemã).

Mais ou menos na segunda metade do século passado recomeça uma reaproximação mútua entre as linguagem comunicativa e literária. Mas, desta vez, a aproximação partiu em sentido inverso, ou seja, da língua literária para a linguagem de uso. Correntes literárias como o Realismo ou o Naturalismo concretizaram as suas concepções também no que respeita à linguagem. A reprodução literária da realidade exigia uma volta ao fator comunicativo da linguagem literária.

Pode-se dizer que desde então houve uma cisão interna da linguagem literária em muitas literaturas nacionais: por um lado, nos diferentes gêneros, especialmente na poesia, uma concentração na palavra e no texto e um afastamento da função principalmente transmissora de mensagens diretas, por outro lado, uma ten-

dência que coloca a mensagem direta, a comunicação, em primeiro plano sem, é óbvio, renunciar ao objetivo línguo-estético inerente a qualquer obra literária.

Assim, a partir da segunda metade do século passado, a linguagem literária absorve cada vez mais elementos da linguagem diária versada unicamente para a comunicação. Mas, ao mesmo tempo, o caráter modelar da linguagem literária começa a declinar. A sobriedade do estilo dos textos de uso reflete-se na literatura, mas a linguagem de uso já não se baseia tanto, como antigamente, no modelo da linguagem literária. A literatura serve, até hoje, de documentação para fenômenos recentes registrados pelos dicionaristas e pelas gramáticas, mas não é mais o caráter exemplar da linguagem literária que interessa, senão a literatura como inventário de fenômenos lingüísticos que refletem as particularidades da comunicação recente.

Parece que este fenômeno, até hoje, não tem encontrado a atenção que mereceria. Assim temos de contentar-nos com observações feitas ocasionalmente. Entre diferentes publicações a respeito seja citado aqui apenas um artigo escrito por uma estilicista russa que trata de um fenômeno na moderna literatura alemã. Este artigo, publicado já nos anos setenta, intitula-se "*A descontração lexical como recurso estilístico e como fenômeno de mudança de norma*" (Elise Riesel, "Lexikalische Auflockerung als Stilmittel und als sprachliche Umnormung", in: *Probleme der Sprachwissenschaft*, Aia 1971).

Neste artigo a autora chama a atenção para o fato de a moderna literatura narrativa alemã recorrer cada vez mais a um léxico informal. Trata-se, na palavra da autora, de uma espécie de "rebaixamento" estilístico. Aqui teríamos então, na linguagem literária, um fenômeno de aproximação rumo à língua diária falada. O problema consiste, de acordo com a autora, em saber se este fenômeno indica um recurso estilístico ou se pode ser considerado como um princípio de mudança de norma lingüística literária.

O fenômeno da descontração é principalmente próprio da fala dos personagens na literatura e, em menor grau, das partes narrativas. Segundo a autora, a literatura contemporânea permite o emprego das diferentes variantes de uma língua, tanto diatópicas e diafásicas, como diastráticas. A extensão do emprego deste recurso dependeria principalmente da atitude do autor que, não raro, nos apresenta um retrato lingüístico de seus personagens. Teríamos, então, uma espécie de avanço na individualização lingüística dos personagens fictícios e, ao mesmo tempo, uma mudança da atitude dos autores para com a linguagem literária. Mas enquanto persistir, paralelamente, o ideal tanto da linguagem culta a empregar na literatura como o do "desvio poético", pode-se apenas comprovar a irrupção de uma visão diferente da linguagem literária que começou a conviver com os ideais de uma linguagem literária tradicional.

Falta, para poder verificar esta hipótese, uma série de estudos preliminares.

Primeiro seria preciso empreender um estudo histórico da introdução de elementos da linguagem falada na literatura. A literatura conhece, desde a Antigüidade, o fenômeno dos diferentes "estilos" e apresenta, além disso, o fenômeno da fala "basileta" na forma da caricatura (cf. *A Cena Trimalchionis* atribuída a Petrônio, ou nos autos portugueses do século XVI). Provavelmente apenas com as teorias do

Realismo e do Naturalismo começa o recurso à língua falada com objetivos inerentes às respectivas teorias literárias que postulavam a descrição das diferentes faces da sociedade.

Segundo é imprescindível pesquisar em que nível de análise elementos da língua falada se integram no discurso literário. É provável que isto ocorra primeiro e principalmente no léxico. A morfossintaxe geralmente resiste aos diferentes tipos de "descontração", já que é considerada como a parte mais sólida e menos tangível de estrutura lingüística e da norma prescritiva. Neste nível teríamos "irrupções" principalmente na fala dos protagonistas e menos nos trechos narrativos. No que respeita ao nível fonético-fonológico, este tem menos importância na linguagem literária, pelo menos nos gêneros líricos e narrativos. Estando estes dois gêneros via de regra destinados à leitura, uma representação fonética da fala de certos protagonistas significaria um afastamento da ortografia e traria dificuldades de compreensão para os leitores habituados a uma ortografia tradicional. As – relativamente – poucas tentativas nesta área (por exemplo Balzac) parecem ter tido pouco êxito. Apenas no gênero dramático encontramos exemplos notáveis de representações "realistas" da pronúncia dos personagens, por exemplo em peças faladas em dialeto. A encenação exige, às vezes, uma intensa preparação de dicção, uma vez que as peças dramáticas, na sua maioria, se destinam à audição e não à "visão", ou seja, à leitura.

Terceiro não se deve esquecer que qualquer reprodução da língua informal ou subpadrão, língua essencialmente falada, nos é apresentada numa forma estilizada. A maioria dos autores, por mais observadores e conhecedores da língua falada que sejam, não podem reproduzir nas suas obras esta linguagem por duas razões: primeiro por não se terem familiarizado com a autêntica língua falada, estudos que começaram a ser feitos só relativamente tarde, e segundo pelo fato de esta linguagem ser completamente "indigesta" para qualquer leitor. A arte de reproduzir a autêntica língua falada em textos literários consiste justamente em combinar os elementos desta linguagem com a tradição estética escrita e com isto aos hábitos de leitura.

Os autores com ambições realistas têm desenvolvido, no decorrer das últimas décadas, todo um inventário de recursos lingüístico-estilísticos para dar à sua linguagem literária, sobretudo na ficção da fala direta, um aspecto realista. Não somente a descontração lexical, da qual nos fala a lingüista russa acima mencionada, tem contribuído para esta tendência. Para tornar também a morfossintaxe mais adequada à fala real realista e mais próxima da fala diária, tarefa mais árdua do que a adaptação do léxico à língua falada, surgiram técnicas narrativas como o discurso indireto livre e o monólogo interior que permitiram certas liberdades de expressão menos apreciadas nas partes narrativas devido a uma tradição línguio-estética mais rígida.

Assim, falando da linguagem literária, seria preciso fazer uma distinção entre seus vários tipos. Se a linguagem poética se concentra nos próprios elementos da língua com o fim de desautomatizar a linguagem de uso, colocando em segundo plano o fator "comunicação", na literatura "realista", ou seja, na literatura que tem

como objetivo captar de maneira direta a realidade social e cultural de um país, o fator "comunicação" ou "intermediação" desempenha um papel pelo menos tão decisivo como o fator "forma lingüística". Daí as tentativas de equilibrar "forma" e "conteúdo", concedendo à forma um lugar diferente do que ocupa na literatura "mais formal" e adaptando-a a um conteúdo mais próximo da realidade mediante uma aproximação desta à linguagem de todos os dias.

Assim era natural que o postulado de uma dedicação mais intensa à realidade nacional do Brasil, sobretudo a partir da Semana de Arte Moderna, implicasse no que se costumou chamar de "questão da língua brasileira". Esta questão, ainda que debatida também no que respeita à linguagem de uso, veio a ser uma questão fundamental da língua literária. Tanto a linguagem literária de antes da Semana de Arte Moderna, por exemplo a do Parnasianismo, como a posterior a este evento político-cultural, se afastam da linguagem de uso destinada à pura comunicação. A chamada língua culta, no que se refere aos textos de uso, continuou sendo, na parte morfosintática, uma língua mais conservadora e mais próxima de uma tradição luso-brasileira comum. Sob este aspecto, tanto a linguagem poética quanto a literária "realista" constituem desvios. Mas destas duas variantes de desvio, a "realista" hoje serve mais de fonte da pesquisa da língua atual, ao passo que, em épocas anteriores, talvez a linguagem poética tenha constituído um modelo digno de ser imitado.

Voltemos ao início das nossas considerações: A diferença entre linguagem automatizada e linguagem desautomatizada precisaria de uma revisão. Da linguagem literária "realista" não se pode dizer que seja "desautomatizada". Trata-se de uma linguagem literária baseada profundamente em observações da língua falada diária, sem que esta deixe de ser estilizada. Seria interessante saber se esta nova linguagem literária pode servir de modelo para uma futura linguagem de uso ou se esta última continua seguindo o seu caminho fundamentando-se menos na atualidade lingüística e mais na tradição estabelecida. Provavelmente teremos de conformar-nos com o fato de a língua literária já não desempenhar o papel central para a elaboração da língua padrão que tinha antigamente. Assim, não é de excluir que é antes a língua literária que sofre a influência da linguagem de uso, ao passo que esta última já não toma como modelo a linguagem literária conforme o fazia antigamente.

Embora os dicionários, quando recorrem a citações para fundamentar a evolução do léxico de uma língua, se baseiem até hoje mormente na literatura, isto não quer dizer que a linguagem literária tenha conservado todo o seu prestígio de antes. As citações da literatura se devem possivelmente ao fato de ela refletir, numa forma condensada, a gama inteira das variedades de uma língua, ao passo que os diferentes textos de uso em geral representam apenas cada uma uma faceta desta gama.

Se pelo menos uma parte da linguagem literária perdeu sua função de modelo lingüístico para a elaboração de um padrão geral e se tornou um reflexo da linguagem diária, caberia indagar se isto – a longo prazo – não atingiria o padrão lingüístico. Estamos diante de uma mudança de modelo? Qual seria, neste caso, o modelo que substituiria o ex-ideal?

*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Bechara, Evanildo, *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, São Paulo: Ática 1985.
- Brunot, Ferdinand, *Histoire de la langue française des origines à nos jours*, tome XIII: L'Époque réaliste, par Charles Bruneau, Armand Colin 1968-1972.
- Brau, Peter, *Tendenzen in der deutschen Gegenwartssprache. Sprachvarietäten*, 3ª ed., Stuttgart: Kohlhammer 1993.
- Du Bellay, Joachim, *La Défense et illustration de la langue française*, éd. Chamart, Paris: Didier 1904 (réed. 1948).
- Glück, Helmut, *Schrift und Schriftlichkeit: eine sprach- und kulturwissenschaftliche Studie*, Stuttgart: Meltzler 1987.
- Jakobson, Roman, "Poesie der Grammatik und Grammatik der Poesie", in: *Mathematik und Dichtung*, ed. H. Kreuzer/R. Gunzenhäuser, München: Nymphenburger 1965.
- Lapesa, Rafael, *Historia de la lengua española*, 8ª ed., Madrid: Gredos 1980.
- Krahl, Siegfried / Kurz, Josef, *Kleines Wörterbuch der Stilkunde*, Leipzig: Bibliographisches Institut 1979.
- Lessa, Luiz Carlos, *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa* Rio de Janeiro 1966.
- Oomen, Ursula, *Linguistische Grundlagen poetischer Texte*, Tübingen: Niemeyer 1973.
- Pinto, Edith Pimentel, *A língua escrita no Brasil*, São Paulo: Ática 1986.
- Popelar, Inge, *Das Akademiewörterbuch von 1694 – das Wörterbuch des Honnête homme?*, Tübingen: Niemeyer 1976.
- Riesel, Elise, "Lexikalische Auflockerung als Stilmittel und als sprachliche Umnormung", in: *Probleme der Sprachwissenschaft*, Aia etc.: Mouton 1971, p. 447-485.
- Roth, Wolfgang, "Portugiesisch oder Brasilianisch? Zur Sprache Brasiliens als sprach- und literaturwissenschaftlichem Problem", in: *Iberomania* 6, 1979, p. 16-41.
- Roth, Wolfgang, "Gesprochene und literarische Sprache im Werk von Graciliano Ramos", in: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 18, 1985, p. 174-189.
- Seco, Manuel, "Lengua coloquial y literatura", in: *Diálogos* 20, 1984, p. 5-16.
- Serebrennikov, B.A. (Org.), *Allgemeine Sprachwissenschaft*, vol 1: "Existenzformen, Funktionen und Geschichte der Sprache", München/Salzburg; Fink 1973, Kap. 8: "Die Literatursprache".
- Varvaro, Alberto, "Storia della lingua: passato e prospettive di una categoria controversa", in: *Romance Philology* 26, 1972-1973, p. 16-51, 509-531.

LUSOGRAFIA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE: IMPLICAÇÕES EDUCATIVAS

Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho
Universidade de Lisboa

I- Nota Introdutória

Hoje em dia, basta folhearmos o *Jornal de Angola* ou o *Notícias de Moçambique* para constatar a evidência de estruturas lingüísticas que se estabeleceram com foros de diferenciação nesses países.

Mais flagrante no quadro das distâncias lingüísticas, é a comparação possível entre o Português europeu e o do Brasil, exercício fácil se folhearmos os periódicos *Expresso* e *Estado de São Paulo*. Só na seção de anúncios, neste último, uma pessoa pode *calçar sua chácara* ou *sítio*, *fabricar suas lajotas* ou ter um *quiosque piaçava e sapé*, exemplos flagrantes de variação lexical e semântica¹.

Recorro aqui ao exemplo dos jornais pela sua natureza de mediação entre a norma oficial e as realizações orais e escritas particulares de grupos ou indivíduos.

Mesmo o hibridismo dos gêneros e subgêneros jornalísticos favorece tônicas diversas que não raro acentuam formas de escrita diferenciadas. Em todo o caso, o jornalista, pelo imediatismo de leitura que os seus textos supõem, encontra-se naturalmente próximo do seu público e necessita de manter com ele relações de dependência que passam, como é óbvio, por cumplidades lingüísticas e de estilo.

Em termos televisivos, e voltando aos casos africanos lusófonos, parece ser mais visível a procura de formas canônicas de exercício lingüístico, até pelo compromisso que a imagem impõe, como uma assinatura incontornável.

Na literatura, a regra é a não existência de princípios lingüísticos precisos reservando-se cada autor o espaço que melhor lhe enquadra a criação dentro e fora do país de produção. Podemos partir de casos pragmáticos como os da experiência algo solitária de Luandino ou da mais recente de Mía Couto a par de outros que, sem negarem o seu próprio caminho literário, não recorreram no entanto a idioletos fortemente codificados.

O texto literário tem sido utilizado preferencialmente na aprendizagem da língua portuguesa, nomeadamente a partir do momento em que se considera garantida a alfabetização. Esta questão é de ponderação fundamental se nos lembrarmos que a Escola se oferece como sistema que ratifica uma norma tão próxima quanto

possível da oficial e a que cabe a prescrição dos limites da sua aplicabilidade educativa.

Daqui que pareçam ser de evitar os exemplos de variação integrados no ensino, até estar garantida a aquisição das regras que lhes são pré-existentes. Como é comum dizer-se, não se pode variar sobre uma regra ou recriá-la, sem conhecer com segurança, os limites da sua validação gramatical.

II- Língua segunda e implicações educativas

A visibilidade das mudanças lingüísticas nos espaços lusófonos africanos, sendo um dado incontornável, não é no entanto um fator que tenda à ininteligibilidade entre os falantes de diversas nacionalidades, como se tem freqüentemente pretendido.

A sua natureza particular de país para país deriva no fundamental da diversidade de influências das várias culturas ocidentais em presença e do fato de o Português manter um relacionamento endógeno com as línguas africanas bantu e de com elas partilhar universos de referência que naturalmente se itersetionam.

Daqui que muitas questões lingüísticas ganhem em ser iluminadas por meio de dados culturais. A definição da natureza de uma língua segunda permite desde logo avançar nesta perspectiva. Assim, tomemos dois exemplos: para CRYSTAL² trata-se de uma língua não nativa que é globalmente usada para efeitos de comunicação, educação, governo e negócios, também se podendo referir a minorias emigrantes. No dizer de NGALASSO³, e referindo-se particularmente ao caso africano, língua 2^a pertence ao vocabulário da psicolingüística e designa, num indivíduo pelo menos bilíngue, a Língua adquirida imediatamente depois da língua materna, definida como língua primeira. Avança depois, no mesmo artigo, o fato de, habitualmente, pela sua natureza veicular e/ou oficial, as L2 serem grafadas, ao contrário da esmagadora maioria das L1.

Aqui residem precisamente alguns dos grandes problemas do ensino de uma língua: por que formas se podem conciliar as competências lingüísticas orais com as novas, orais e escritas, como integrar dados culturais pertinentes sem prejuízo da aquisição gramatical, como viabilizar uma aprendizagem de sucesso em que todas as correções necessárias se façam sem perder de vista a língua de origem materna e gregária? (Pode lembrar-se ainda a necessidade de uma atenção individualizada a cada aluno já que nada nos garante a homogeneidade dos antecedentes étnicos dentro de mesmo grupo).

Vejam os de seguida alguns dos princípios metodológicos que neste âmbito se vêm recentemente discutindo.

Por envolver muitas decisões conscientes, a aprendizagem de uma língua tanto a nível cognitivo como metacognitivo, exige dos professores que possam apoiar os alunos no uso de estratégias orientadas colocando-lhes desafios no controle da sua própria aprendizagem.

Têm sido elaboradas diversas hipóteses sobre este problema e parece-nos particularmente esclarecedora a de O'MALLEY e CHAMOT (1990)⁴ segundo a qual o comportamento pode ser explicado por referência ao modo como os indivíduos percebem e interpretam as suas experiências. Se o Homem raciocina de modo afim ao processamento informático (SHUELL:- 1986), é viável esclarecer o modo como se fazem os mecanismos de automatização da compreensão e da produção, o que são estratégias de aprendizagem ou como é guardada na memória informação sobre essas estratégias.

Neste contexto, e aceitando que a competência comunicativa numa determinada língua obedece a três competências fundamentais (gramatical, sociolinguística e estratégica na definição de CANALE e SWAIN: 1980) fará sentido, sempre que viável, um trabalho de comparação entre as línguas 1 e 2, com a participação de falantes nativos e a análise aprofundada da língua-alvo com a integração de componentes afetivas na aprendizagem.

Se desde os anos 50 uma discussão importante tem sido entre a abordagem do ensino da língua pela estrutura ou pelo uso, o fato de hoje se colocar preferencialmente a tônica nos processos cognitivos que estão na sua base, obriga a rever ou moderar os métodos estruturalistas. Igualmente, não parece vantajoso incorrer no uso excessivo de amostras lingüísticas retiradas do uso quotidiano, o que levou ao erro frequente de se considerar exclusivo ou central o mundo lingüístico mais próximo dos alunos.

A solução parece pois residir na diversidade e particularização dos materiais e práticas, com especial atenção ao contexto originário das culturas em presença. Se o Português é língua 2ª para a generalidade das comunidades lingüísticas em Angola e Moçambique, não o é rigorosamente em contexto educativo, pela grande dificuldade em integrar línguas e falantes das culturas primeiras. Assim, parece necessária, de momento, uma aprendizagem que se faça através de uma relação de compromisso entre técnicas utilizadas em língua Materna e em Estrangeira.

III- O oral e o escrito: gramaticalidade e ruptura

*"... em todas as línguas do sul d'África (isto é, a recordação do objeto ao qual cada palavra se refere) sempre se realiza por meio de algum dos mencionados prefixos designativos."*⁵

A explicitação de qualquer prática pedagógica numa língua passa pela necessária distinção entre o que é o domínio do Oral (ouvir e falar) e o que é o domínio do Escrito (ler e escrever).

A partir de levantamentos orais e escritos de alunos com proveniências diversas e com formação média, é-nos possível pôr algumas questões que contamos poder retomar futuramente de modo mais detalhado. Vejamos alguns dados observados e anotados.

No tocante à oralidade, verificamos que em termos prosódicos há, tanto no Português de Angola como no de Moçambique, nítidas variações dos acentos vocálicos e frásico⁶ em relação ao Português europeu e por vezes com a aproximação ao do Brasil (no caso angolano): o *a* fechado é muitas vezes substituído pelo aberto em casos como *mas, cada, para*. Do mesmo modo, as frases tendem a um acentuação mais marcada em posição final nas declarativas simples e de acordo com a palavra ou classe de palavras que centralizam a informação.

Estes dados têm relação também com algumas das características prosódicas gerais das línguas banto. Na sua gramática da língua umbundu, Diarra⁷ chama a atenção para o fato de que por exemplo os prefixos têm um tom estruturalmente baixo, dependendo tal tom do contexto sintático em que se incluem.

No kikongo, o acento tônico regra geral fica na primeira sílaba do radical, mesmo quando recebe prefixo e infixos⁸. O esquema tonal dos constituintes varia portanto segundo a sua função e a sua posição na frase.

Ou seja, as relações complexas que se estabelecem na estrutura destas línguas favorecem uma sintaxe regulada pelos fenômenos de flexão e como tal pela morfologia, sendo que por sua vez qualquer destas áreas vem a condicionar o funcionamento fonológico. Questões a que o ensino da língua portuguesa tem naturalmente que atender na projeção das opções cognitivas e performativas que se planifiquem.

Irene Guerra Marques⁹ chama igualmente a atenção para a necessidade de ter presente a influência das línguas kikongo, umbundu e kimbundu, nomeadamente, na articulação dos sons [z] como [s], [ç] como [s] e de [j] como [z], entre outros casos.

Um outro exemplo, o dos locativos, coloca habitualmente problemas de uso, ocorrendo com frequência o uso preferencial da preposição *em*. Sendo que no umbundu indicam sobretudo a proximidade (p'), o destino, direção ou origem (k'), ou o interior (v'). Neste caso, os prefixos locativos não regem o acordo no quadro de um sintagma nominal em função de circunstâncias mas de enunciados predicativos quando os nomes que regem são sujeitos.

Nos casos do kikongo, as preposições locativas têm também valor temporal: *mu* (em, dentro de) e *ku* (para, de) usam-se para reforçar o verbo mas também quando referidas a advérbios temporais e a complementos circunstanciais. Assim, temos por um lado uma acentuada economia de uso, por outro uma complexa rede de relações lógicas do domínio morfossintático.

Alguns fenômenos morfológicos mais visíveis são também os de concordância em gênero e número, pelo que as desinências nem sempre se encontram corretamente colocadas, com implicações na construção de frases agramaticais na L2.

Quanto ao léxico, as ocorrências de empréstimo e os fenômenos de neologia são tão comuns que quase se torna ocioso fazer-lhes referência. Sendo no entanto também de grande mobilidade, sobretudo os de importação, há que observar algum cuidado na sua integração pedagógica. Neste âmbito é necessário referir também as

expressões fixas, fortemente codificadoras e relevantes pelo valor semântico que sempre implicam.

Sendo o acordo a principal característica sintática das línguas banto, tal é importante para a compreensão das relações do nome e do verbo com os seus elementos constitutivos. O nome impõe esse acordo sob forma de índice pronominal a todos os elementos de si dependentes no quadro do enunciado com predicado nominal ou verbal; os elementos constitutivos de uma forma verbal são ordenados de um e de outro lado da base verbal sendo esta posição fixa.

Ainda quanto às formas verbais, é ao nível do enunciado que revelam os seus diferentes componentes, incluindo a sua estrutura aglutinante índices pessoais e pronominais que ocorrem em função de sujeito ou de objeto.

No que respeita ao uso dos verbos auxiliares há algumas afinidades com o que é comum no Português do Brasil, com recurso preferencial para o verbo *ter* por *haver*. Em kikongo, por exemplo, os verbos auxiliares ajudam a formar locuções verbais e adverbiais para exprimir os diversos modos da significação da ação do verbo, tendo por isso uma extensiva utilização (*estar ainda, estar quase a, começar a, estar para, acabar de*).

Um fenómeno generalizado na escrita em Angola (que detectamos esporadicamente em Moçambique) e que cremos ter uma base fonológica, é o uso da preposição *a* pela contração *à* e o inverso (ex: *Fui as Ingombotas /Tenho à mala*). Este é um dos casos em que se geram situações de agramaticalidade, não aceitáveis portanto em situação escolar.

Também é necessário referir a muito comentada colocação dos clíticos e particularmente a dos pronomes oblíquos. Se há situações destas que são perfeitamente gramaticais (*lhe falei/falei-lhe*) outras há que não são aceitáveis como em *lhe prendem por prendem-no*.

No domínio da escrita, é necessário considerar a importância central do texto literário, largamente utilizado nas aulas de Português. De fato, em Angola, a partir da 7ª classe, e até à 12ª, os manuais são apenas antologias de textos literários organizados tematicamente e em que dominam os autores da nacionalidade, com ressalva para caboverdianos e moçambicanos. Em Moçambique, estas antologias organizadas tematicamente vão da 6ª à 10ª classes.

Uma das maiores dificuldades que os professores em formação ou em exercício nos apresentam é a de como ensinar através de textos literários uma vez que os manuais e os guias não oferecem indicações suficientes para o efeito.

A primeira opção a fazer quando se ensina com base em autores e seus textos, é de claramente selecionar os modos de leitura que se pretende privilegiar. A necessidade de criação de espaços de leitura alternativos e complementares aos que os materiais podem oferecer coloca-se pois como imperativo pedagógico mas também como fator de motivação.

Quando se pensa em atividades, há que começar por isso pela seleção exata do tipo de trabalho que se pretende: duas possibilidades mais comuns são as de

leitura, comentário e escrita a partir de temas ou a partir de autores, sendo que a diversidade das leituras se impõe como fundamental.

Selecionar um autor permite trabalhar dados geracionais mas também de estilo, particularidades formais que se apresentem relevantes no conhecimento global da sua obra, ou que facilitem exercícios de base comparativa.

Por outro lado, o trabalho por temas permite a ampliação dos universos de referência e o desenvolvimento das capacidades de compreensão e análise, ao mesmo tempo que facilita a complexificação de tarefas, pelo espaço que permite reservar à pesquisa e pelo tempo que aí se confere à leitura individual e à produção de materiais.

Temos assistido às mais diversas formas de analisar com os alunos ou formando os textos literários. Muitas delas não atendem às características éticas ou estéticas particulares. Cremos que o respeito pela sua integridade não se compadece com exercícios de desestruturação em nome do estudo lingüístico, gramatical ou puramente histórico.

Por outro lado, há que guardar alguma distância em relação aos textos considerados canônicos pelas várias comunidades de leitura, uma vez que nem sempre correspondem claramente às necessidades ou ao desenvolvimento cognitivo dos alunos. Digamos que, não devendo colocar-se restrições à leitura livre (todos os textos têm um lugar, de Luandino a Manuel Lopes, passando por Camões ou Torga), quando passamos a estudá-los na aula, então é necessário ter presente que as nossas escolhas e comentários encaminham futuras perspectivas e, como tal, não podendo deixar de ser pessoais, têm acima de tudo que corresponder a claros propósitos de formação (humana, literária, gramatical, pragmática).

Partindo de exemplos por mim planejados e que já tive oportunidade de testar, se escolhermos para uso didático dois tipos de textos, um lírico e outro narrativo, como *Makèzú*, de Viriato da Cruz e *Chuva Braba* de Manuel Lopes, temos obviamente exigências pedagógicas distintas.

Em termos genéricos, digamos que o primeiro é um texto que pode motivar à leitura de outros, à pesquisa sobre diferenças culturais, à reflexão sobre o Velho e o Novo, o Passado e o Presente, o Rural e o Urbano. A mimetização da fala da quitandeira, por exemplo, não devendo ser aproveitada didaticamente, uma vez que propõe enunciados de ruptura gramatical, tem por outro lado a qualidade de estilisticamente acentuar as diferenças entre os mundos em presença, merecendo ser comentada por esse fato.

O outro texto, dado que é excerto de narrativa e que revela um discurso próximo da norma europeia, permite um trabalho mais centrado nas estruturas. Ampliação de sentidos narrativos no texto, retratos de personagem, mimetização de estruturas frásicas, exercícios de variação ao nível da palavra ou do som.

Estejamos onde estivermos, os instrumentos de trabalho, reduzidos ou em quantidade, são aquilo que com eles soubemos fazer. A chave de quaisquer alternativas de sucesso, em termos pedagógicos, na língua portuguesa, está necessariamente por isso na formação dos profissionais da Educação. O seu acompanhamento

tanto quanto possível individualizado e sistemático, o conhecimento das culturas em que cada núcleo escolar se encontram em presença, a fundamentação científica do trabalho didático, darão as necessárias respostas a este processo que nunca se encontra concluído, antes remete sistematicamente para princípios de revisão e adaptação.

NOTAS

- 1- Cf. *O Estado de S. Paulo*, de 13 de Julho de 1994, Suplemento Agrícola.
- 2- CRYSTAL, David, *The Cambridge Encyclopedia of Language*, Cambridge, CUP, 1987.
- 3- Cf. MUSANJI, Ngalasso, *O Ensino das Línguas Segundas-Contribuição da Ciência Lingüística à Didática*, palestra proferida no âmbito do projeto ANG/77/009, do ILN, Luanda, 1987
- 4- Cf. *Learning Strategies in Second Language Acquisition*, Cambridge University Press, col. Cambridge Applied Linguistics, 1990.
- 5- BATALHA, Ladislau, *Línguas d'Africa*, Biblioteca do Povo e das Escolas, Companhia Nacional Editora, 1889, p.46.
- 6- Cf. BECHARA, Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, Companhia Editora Nacional, SP, 34ª edição, 1992.
- 7- DIARRA, Boubacar, *Gramática do Umbundu*, ILN, 1981.
- 8- del FABRO, Rafael, PERTTERLINI, Flaviano, *Gramática Kikongo, Padova, 1977*.
- 9- MARQUES, Irene Guerra, *Algumas Considerações sobre a Problemática Lingüística em Angola*. INAL, Luanda, s/d.

TRÊS EXOTISMOS QUINHENTISTAS (O BETEL, A COCA E A COLA)

Antônio Geraldo da Cunha
Fundação Casa de Rui Barbosa

1. PRELIMINARES. Julgamos conveniente dar início a este estudo histórico-etimológico com a transcrição destas três passagens abonatórias:

1516 T. PIRES *Carta* [datada de Cochim, no sul da Ásia, a 27 de janeiro] *in* A. CORTESÃO *A Suma Oriental* (1978) 456: Folio Jndo he betelle o melhor de q^a he do Reyno de goa desde chaull ate canboja ho ha ã todas as ylhas ate alem de maluco ho ha em grande avomdança/verde he sustamçiall com avelana India ou areca e cõ a call/seco pa nada nom presta ã tem a virtude tã sutil ã seco nõ tẽ cheyro nẽ sabor em betele se sostem os homẽs destas partes tres quatro dias [*no manuscrito original* de] sem comer outra coisa.

a **1557 A. GALVÃO** *Trat. Descobr.* 264: Os ã viuem nas fraldas destas mõntanhas dos Andes, antre a frialdade & quentura, sam pela mayor parte tortos, & algũs cegos: de marauilha se acham dous homẽs juntos, ã hum delles nam seja torto. Tambem se dá por estes campos, ainda ã darea calidissimos, muito bõ maiz & batatas, & hũas heruas a ã chamam coca, ã trazẽ sempre a boca, como na India o betele, ã dizẽ ã mata a sede & fome.

1575 G. SIMÕES *Carta* [datada de Angola, a 20 de outubro] *in* MMA III (1953) 133: Esta cola hé uma fruta que usã brancos e pretos. Hé como castanhas muito grandes mais vermelha algũa cousa. Hé amargosa, e provala hé provar hũ pouco de pao; faz os dentes amarelos, e a agoa em que se lança dizem que hé boa para o figado, e que lançandoa em hũ figado ceidiço [*sc.* corrupto] de huã galinha o torna vermelho e fresco, que parece tirado daquela hora, mas o porque estes homẽs comumente a usã hé porque cõ os calores ordinarios bebem a meude, e agoa sobre ella tem muito bom gosto. Tambẽ dizem que sustentão muito e que andarã huã pessoa hũ dia todo sustentado com huã cola.

1.1 A leitura destas três passagens é bastante sugestiva, particularmente quando verificamos: 1º) que plantas de regiões tão distantes umas das outras (Ásia, América e África), e de famílias botânicas diferentes (piperáceas, eritroxiláceas e esterculiáceas) possam apresentar características tão semelhantes no que diz respeito às suas extra-

ordinárias propriedades alimentícias; 2º) que os portugueses, que foram os primeiros europeus a mencionarem o *bétel* e a *cola*, tivessem observado e descrito a maneira como os indígenas da Ásia e da África as utilizavam, mascando-as constantemente; coube, porém, aos espanhóis a primeira descrição da *coca* e a difusão do vocábulo nas demais línguas da Europa.

2. O BÉTEL: ORIGEM DO VOCÁBULO E SUA DIFUSÃO NAS LÍNGUAS DE CULTURA. O vocábulo *bétel* ou *bétele* designa uma planta da família das piperáceas (*Piper chavica betel*), originária da Índia, e, por extensão, a mistura das suas folhas com tabaco e areca, usada para mastigar, principalmente entre os povos do sul da Ásia. Pouco ou quase nada poderemos acrescentar ao magnífico verbete do *Glossário Luso-Asiático* (s.v. *bétele*, com as variantes *bétel*, *betle*, *bétere* e *betre*), de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. Este sábio orientalista abona-o com numerosíssimos textos portugueses, desde 1500 (a *Navegação de P. A. Cabral*) e, bem assim, com textos italianos, franceses, etc. Como informa Dalgado “As formas *bétele* e *bétere* são as mais antigas: *betle* e *betre* são as suas contracções, sendo *betle* modernamente [a saber, em 1919, data do 1º volume do *Glossário*] mais usado na Índia. Bento Pereira também regista *béter*. O vocábulo *catre* passou por idêntico processo.”

2.1 Cumpre assinalar que o texto de 1500, a saber, a *Navegação de P. A. Cabral*, é tradução da versão italiana de Ramúsio, o qual, por sua vez, traduziu-o de um original português, já perdido no século XVI, que teria sido escrito por um piloto português, testemunha ocular da viagem de Cabral. Conquanto não seja original esta leitura, pois já é versão do italiano, podemos crer na sua fidelidade, pelo menos parcial, uma vez que o vocábulo português, que é o étimo imediato do italiano, já fora introduzido neste idioma desde 1507-1508, como se verificará mais adiante.

2.2 Ainda de acordo com Dalgado, “O étimo de *bétele* é o malaiala *vettilla*, composto de *veru* “simples”, e *ila* “folha”, isto é, folha por antonomásia”.

2.3 Através do português, o vocábulo passou às demais línguas da Europa: italiano, francês, inglês, alemão, sueco, etc. O mais recente dicionário etimológico italiano, já integralmente publicado, o DELI, registra, s.v. *bétel*, as variantes *betella* (de 1508), *betole* (de 1510), *betre* (de 1525) e *betele* (de 1556). No longo e substancioso verbete *bétel* da *Contribution a l'étude des termes de voyage en français* (1505-1722), Paris, 1963 (págs. 91-100), Raymond Arveiller transcreve, entre muitas outras passagens que documentam o vocábulo em francês, o seguinte trecho de Du Redouer:

Tout le iour aussi bien les hommes comme les femmes mangent dune feuille qui sapelle Beteille laquelle faict la bouche vermeille et les dens noirs.

Arveiller esclarece que este texto francês (em que o vocábulo se documenta pela primeira vez neste idioma) data de 1515 e é tradução de um texto italiano, de 1507, o qual, por sua vez foi traduzido do português. O TLF, s.v. *bétel*, com base em Arveiller, reproduz a mesma informação.

2.3.1 Diretamente do português procedem também o inglês *betel*, bem documentado desde o século XVI (*betola* em 1553, *betels* em 1585, *bettele* em 1598, etc; cf. OED, s.v. *betel*), e o alemão *Betel* (*Betele* em 1595; cf. Kluge-Mitzka 71); do português, através do alemão, provavelmente, deriva o sueco *betel* (de 1705, *bettela* e *bettele* de 1712; c Hellquist 67).

3. A COCA: ORIGEM DO VOCÁBULO E SUA DIFUSÃO NAS LÍNGUAS DE CULTURA. A *coca* é uma planta da família das eritroxiláceas (*Erithroxylum coca*), de cujas folhas e da casca podem ser extraídos diversos alcalóides, dos quais o mais importante é a cocaína. Deve-se aos espanhóis a primeira descrição da *coca* e a difusão do vocábulo nas demais línguas da Europa. Segundo Corominas, s.v. *coca*, o termo data de 1550 e deriva do quíchua *kuka*, o qual, por sua vez, procede do aimará.

3.1 Do espanhol o vocábulo passou ao português *coca* (a 1557: cf. a passagem acima transcrita), ao francês *coca* (1568; cf TLF), ao italiano *còca* (1560; cf DELI), ao inglês *coca* (1616; cf. OED), ao alemão *coca* (1590; cf Kluge-Mitzka, s.v. *Kokain*), etc.

3.2 É interessante confrontar as três passagens acima transcritas - de Tomé Pires, António Galvão e Garcia Simões - com esta do *Tesouro do Rio Amazonas* (c1767), do Padre João Daniel, com que abonamos o termo *ipadu*, no DHPT:

[...]celebre chá Padú [forma variante de *ipadu*] que usão alguns Indios, especialmente os naturaes do Rio Negro, cujas folhas trazidas na bocca suppreem a falta do somno, e mastigadas matão a fome e sêde, alem de outros admiraveis effeitos em que vence o affamado Bétele da Azia, sem serem necessarios tantos ingredientes, nem tantas misturas.

O *ipadu*, tal como a *coca*, pertence à família das eritroxiláceas e, também como ela, apresenta propriedades tóxicas e entorpecentes. O vocábulo, que se documenta em português a partir de 1763, deve provir do tupi (cf. DHPT s.v. *ipadu*).

4. A COLA: ORIGEM DO VOCÁBULO E SUA DIFUSÃO NAS LÍNGUAS DE CULTURA. A *cola* é uma planta da família das esterculiáceas (*Cola acuminata*), cuja semente contém alcalóides tônicos e estimulantes. A mais antiga referência européia à *cola* deve atribuir-se ao padre português Garcia Simões, o qual, na sua carta, datada de Angola, a 20 de outubro de 1575, apresenta uma descrição bastante precisa das características da planta e da sua utilização pelos indígenas (cf. a passagem acima transcrita).

4.1 O português *cola* provém de um idioma indígena da região do Sudão, na África Ocidental. Devem provir do português o castelhano *cola*, muito tardiamente documentado, segundo Corominas, que o data do século XIX, o francês *cola* (de 1610; cf. TFL), o italiano *cola* (*colla* em 1600; cf. DELI), o inglês *cola* (de 1795; cf. OED), etc.

5. CONCLUSÃO. Com esta exposição, propositadamente concisa, procuramos ressaltar a extraordinária semelhança das propriedades das três plantas - o *bétel*, a

coca e a *cola* - e a maneira por que eram utilizadas pelos indígenas da Ásia, da América e da África; e, bem assim como chegaram ao conhecimento dos europeus em princípios do século XVI. Aliás, já Antônio Galvão, em pleno século XVI (*a* 1557), chamava a atenção para o fato de que a *coca* era utilizada pelos indígenas da América da mesma maneira que os indígenas da Ásia usavam o *bétele* (cf. a passagem acima transcrita). Convém ressaltar, também, que tal estudo revela a importância e, consequentemente, a necessidade imperiosa de se prepararem monografias sobre boa parte do vocabulário português. A lexicografia portuguesa, com efeito, ressentiu-se, ainda, de numerosos estudos histórico-etimológicos que permitam, num prazo não demasiadamente longo, a elaboração do tão almejado Dicionário da Língua Portuguesa, baseado em princípios históricos.

OBRAS CITADAS

ARVEILLER = *Contribution a l'étude des termes de voyage en français (1505-1722)* par Raymond Arveiller. Paris, 1963.

COROMINAS = Corominas, Joan- Pascual, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. 6 vols. Madrid, 1980-.

DALGADO = *Glossário Luso-Asiático* por Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. 2 vols. Coimbra, 1919-1921.

DELI = Cortelazzo, Manlio - Zolli, Paolo. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. 5 vols. Bologna, 1979-1988.

DHTP = Antônio Geraldo da Cunha. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. Melhoramentos/Universidade de São Paulo. 3ª edição. São Paulo, 1989.

GALVÃO, A = Antônio Galvão, *Tratado dos descobrimentos [a 1557]*. Terceira edição. Minuciosamente anotada e comentada pelo visconde da Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição *princeps* [1563]... Livraria Civilização-Editora. Porto, 1944.

HELLQUIST = Elof Hellquist, *Svensk etymologisk ordbok* [3ª ed.] 2 vols, Lund, 1948.

KLUGE-MITZKA = Friedrich Kluge. *Etymologisches Wörterbuch der Deutsche Sprache*. 21 Auflage bearbeitet von Walther Mitzka. Berlin, 1975.

OED = *The Oxford english Dictionary*... edited by James A. H. Murray, Henry Bradley, W.A. Craigie, C.T. Onions. Oxford at the Clarendon Press, 1933 (12 vols. + 1 vol. de Suplemento]

PIRES, T. = *A Suma Oriental [a1515]* de Tomé Pires e o Livro [c1514] de Francisco Rodrigues. Leitura e Notas de Armando Cortesão. Coimbra, 1978.

SIMÕES, G. = *Carta do padre Garcia Simões*, de 20-10-1575, in MMA [=Monumenta Missionaria Africana, coligida e anotada pelo padre Antônio Brásio], vol III, págs. 129-142. Lisboa, 1953.

TLF = *Trésor de la langue française. Dictionnaire de la langue du XIX^e et du XX^e siècle (1789-1960)*. 16 vols. Paris, 1971-1994.

A *POST-VULGATA* ARTURIANA NA PENÍNSULA IBÉRICA: QUAL FOI SUA PRIMEIRA TRADUÇÃO?*

Heitor Megale
USP

Resumo: A publicação em andamento de *La Version Post-Vulgate de la Queste del Saint Graal et de La Mort Artu*, de Fanni Bogdanow, pela *Société des Anciens Textes Français*, traz novamente à tona a questão da prioridade da tradução ibérica. De fato, ao tempo em que eminentes filólogos polemizaram em torno da questão, ainda não havia sequer uma estemática definida dos testemunhos franceses, de que se conservam apenas fragmentos, além do que muitos deles nem eram conhecidos ou não haviam sido devidamente identificados como fazendo parte da *Post-Vulgata*. Agora, considerando que sua edição se faz com todo o rigor filológico, torna-se possível um estudo contrastivo dos fragmentos editados com os textos ibéricos.

O que se pretende apresentar hoje é uma amostragem de pesquisa em andamento em que teremos o texto francês primitivo numa ou em mais de uma versão, seguido do texto português, todos sempre da mesma passagem, de modo que possamos compará-los e levantar os argumentos que a *collatio* permitir.

Texto: A arturiana britânica Fanni Bogdanow, ao publicar, em 1966, sua tese *The Romance of the Grail*, para a época, um verdadeiro achado que encontrou certa resistência em determinados setores da especialidade, anunciou a publicação da *Post-Vulgata* arturiana, em que, declarou, vinha trabalhando.¹

Vinte e cinco anos depois, um quarto de século, portanto, saem três volumes do meticuloso trabalho. O primeiro volume, tomo I, é uma longa Introdução de 599 páginas. Dentro dos agradecimentos em que principia por Jacques Monfrin, da *Société des Anciens Textes Français*, passa por nomes ligados a todas as instituições e bibliotecas que a ajudaram, sendo interessante para nós a lembrança de nomes como Manuel Rodrigues Lapa e Ivo Castro, bem como Harvey L. Sharrer, o arturiana hispanista de Santa Barbara, e presta sentida homenagem a seu mestre Eugênio Vinaver. Em seguida, apresenta novos testemunhos da *Queste del Saint Graal et de La Mort Artu*

*1ª Semana de Estudos da Língua Portuguesa - Rio de Janeiro, 23 a 28 de outubro de 1995 - Liceu Literário Português - Instituto de Língua Portuguesa.

Post-Vulgate. Retoma sua tese de 1966 expondo o que é a *Queste Mort Artu Post-Vulgate* e o *Roman du Graal*. Trata das relações entre a *Queste do Tristan en prose* com a Demanda portuguesa e examina detidamente a tradição manuscrita da *Queste-Mort Artur Post-Vulgate*. Distingue todos os manuscritos, os que contêm apenas fragmentos da *Post-Vulgata*, os da *Vulgata* que contêm fragmentos da *Post-Vulgata*, o manuscrito de *giron le courtois* que contêm um fragmento da *Post-Vulgata*, os da compilação de Rusticiano de Pisa, os do *Tristan en prose*, os de *Mort Artu Post-Vulgata*. Examina criteriosamente os textos ibéricos, os manuscritos, entre os quais os mais completos são o da *Demanda* portuguesa de Viena e *O Livro de Josep Ab Aramathia*, da Torre do Tombo, os fragmentos de manuscritos e a tradição impressa castelhana de 1515 e de 1535. Realiza o que chama de tentativa de classificação dos manuscritos da *Post-Vulgata*, a partir da qual apresenta as filiações dos manuscritos da *Quest do Tristan e prose* e da *Queste et La Mort Artu Post-Vulgata*. Examina as relações entre as *Demandas* portuguesas e castelhana e sua fonte francesa como comprovação de sua tese do *Roman du Graal*. Apresenta um estudo da língua dos manuscritos O, N, e S², considerados fonte ou mais próximos do que seria a fonte da tradução ibérica. Seguem-se o estabelecimento do texto, a bibliografia, as abreviações, os índices de nomes de lugares e de pessoas e o índice.

O segundo volume, tomo II, com 600 páginas, publica o texto da *Queste del saint Graal* até o número 393, o total, nas edições Magne é 706 números. O estudioso conhecedor das edições Magne 1944, em três volumes, dois de texto e um de glossário, ou na magnífica edição fac-similar de que saiu o volume I em 1955 e o volume II em 1970,² fica a satisfação de ler *pari passu* os números, porque a especialista britânica manteve a numeração Magne, conforme aliás veio fazendo em todos os artigos que tem publicado nas revistas especializadas, ao longo de mais de um quarto de século de pesquisa incansável. O critério de publicação é seguir os fragmentos franceses e lá onde ele faltam, preencher com o testemunho do códice vienense 2594 da *Demanda* portuguesa. A lição é do próprio códice. Para se fazer uma idéia, da página 11 a 109, o que equivale em números, do 1 ao quarto parágrafo do 81, o texto vem do códice vienense. No quinto parágrafo do número 81 começa o primeiro fragmento francês que vem do códice *S, IV, fól. 84d* estendendo-se até a página 163, no quarto parágrafo, quando volta o códice vienense, já em seu fólio 41b, mas volta somente até a página 168, porque na 169, no número 129, está de volta o fragmento francês que pára no número 144 e assim prossegue a alternância, com textos ora longos, ora breves numa e noutra língua. Convém lembrar que a numeração referida não se confunde com a divisão da matéria em capítulos. Se aqueles números conferem com a lição Magne, esta divisão não, por exemplo, ao terminar o número 393, a edição Bogdanow está no capítulo XXXIV, Magne 1944 está no LIV e Magne fac-similar, no LXI. Sabe-se que o que conta para as referências textuais são aqueles números. Aparato crítico discreto acompanha o texto sempre no rodapé. No final do volume, figuram dois apêndices: o primeiro com as variantes das *Demandas* portuguesa e espanhola e o segundo, com as variantes do *Tristan en prose*.

O terceiro volume, tomo IV.1, com 324 páginas é o Comentário da parte publicada no tomo II. Pode-se dizer que este volume é um verdadeiro aparato crítico ampliado exaustivamente e enriquecido de comentários muito úteis e esclarecedores.

Ficam faltando, anunciados para breve, esperemos não sejam outros vinte e cinco anos, o tomo III, que deverá conter o que falta do texto e o tomo IV.2 destinado, tudo indica, ao Comentário daquele.³

Embora fosse excusado informar acerca da matéria que envolve tal publicação, é bom lembrar alguns pormenores, mesmo porque eles documentam a origem dos fragmentos que trataremos para a colação.

Vulgata da Matéria da Bretanha, como a própria palavra *Vulgata* o diz, é a versão da *Matéria da Bretanha* mais comumente difundida ou aceite como autêntica.⁴ Essa versão é constituída pela primeira prosificação como ciclo por que passaram os textos anteriormente existentes. Considerada a mais elaborada versão da matéria até então literariamente desenvolvida, essa primeira prosificação compõe-se dos seguintes romances nesta seqüência narrativa:

1. *Estoire del Saint Graal*,
2. *Estoire de Merlin*,
3. *Lancelot* (em três livros),
4. *La Queste del Saint Graal*,
5. *La Mort le Roi Artu*,

portanto sete livros em cinco títulos.⁵ Esses romances caracterizam um ciclo porque, distribuídos nessa ordem, desenvolvem a mesma seqüência narrativa, pelas etapas necessárias, do mesmo modo como são cíclicos, na literatura brasileira do século XX, os conhecidos romances da cana-de-açúcar, de José Lins do Rego, ou os romances de *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo. Tal organicidade cíclica, porém, não implica que os romances medievais, diferentemente do que ocorre com os romances dos dois ciclos dos autores brasileiros referidos, tenham sido escritos por um mesmo escriba e naquela ordem, Tampouco implica que seus textos tenham sido mentalizados por um único autor e tenham tido uma única forma desde o início. De fato, sabe-se há muito tempo que o *Lancelot*, *La Queste del Saint Graal* e *La Mort le roi Artu* teriam sido escritos primeiro, sendo ainda mais antigo entre esses o *Lancelot*, enquanto a *Estoire del Saint Graal* e o *Merlin* (ou a *Vulgata do Merlin*), com o propósito de serem aplicados à seqüência narrativa desejada, teriam sido escritos depois. Aliás, não é por acaso que essa prosificação tem também outro nome: Ciclo do *Lancelot-Graal*, designação que descreve a fusão da massa narrativa, digamos assim, do cavaleiro Lancelote, mais antiga, com a do santo graal, posterior.

Em que pese à complexidade do trabalho de elaboração, de que fica aqui apenas uma breve notícia, o ciclo da *Vulgata* chegou a ser atribuído a um só autor, Gautier

Map, o que fez com que fosse usualmente denominado Ciclo de Gautier Map. Há muito tempo, porém, tornou-se o Pseudo-Map, dada a comprovação de que esse autor era já falecido ao tempo em que operou-se a prosificação.⁶ O escriba, que preferiu não identificar-se, tomou emprestado o nome de Gautier Map. Tal procedimento não era raro na época. Ao valer-se de um nome de prestígio, o autor, que se escondia sob o anonimato, buscava garantir a aceitação e um futuro para seu texto.

Elaborado o ciclo, por volta de 1220, seguiram-se logo inúmeras cópias que constituem uma riquíssima tradição manuscrita. Em toda ela, fica documentado o propósito de constituição de um grande ciclo mediante as chamadas *Suites*, que quase todas as partes do ciclo vieram recebendo.

A tradição manuscrita dessa *Vulgata* seguia seu curso, quando processou-se muito pouco tempo depois de sua elaboração, uma segunda prosificação cíclica compactada, digamos, em relação à primeira. A maior redução que o texto sofreu foi a supressão dos três volumes do *Lancelot*, mas significa também razoável redução o que se fez com a *La Mort le roi Artu*, cujos capítulos finais, numa forma também abreviada, foram incorporados à *Queste del saint Graal*.⁷ O novo texto cíclico resultou nos seguintes livros:

1. *Le livre de Joseph d'Armathie*, novo título da *Estoire del saint Graal*;
2. *Le livre de Merlin*;
3. *La Queste del saint Graal*.

Post-Vulgata é como passou a ser chamada essa nova prosificação cíclica, anteriormente conhecida como Ciclo do Pseudo-Boron, em condições idênticas às do Pseudo-Map.

Convém lembrar ainda a respeito dessa matéria, em seu conjunto, que o texto que abre tanto o primeiro ciclo, a *Vulgata*, sob o título, *Estoire del saint Graal*, como o segundo, a *Post-Vulgata*, sob novo título, *O Livro de Joseph Ab Arimathia*, é a parte que logo adquiriu forma mais definida do que as demais, em ambos os ciclos. Desde sua primeira prosificação, com efeito, o texto mantém-se basicamente o mesmo. Há de ser essa a razão pela qual Fanni Bogdanow, em sua edição, em andamento, da versão da *Post-Vulgata*, deixa de lado esta primeira parte do *Romance do Graal*. Quanto à segunda parte, o *Merlin*, texto que não é o mesmo na *Vulgata* e na *Post-Vulgata*, visto que recebeu acréscimos nessa segunda versão, a razão para ter sido deixado de lado é que a edição Jacob Ulrich e Gaston Paris do *Merlin*, conhecido como *Huth-Merlin*, que contém suas *Suites*, dispensa trabalho da mesma natureza. O texto da *Queste*, a que se acoplou um resumo dos últimos capítulos de *La Mort le roi Artu*, motivo pelo qual Fanni Bogdanow designa-a *Queste del Saint Graal et de La Mort Artu*, este sim suscitou problemas desde 1887. Tais problemas começam a despertar interesse a partir do momento em que Gaston Paris percebe a incompletude de textos originais de um conjunto para o qual ele vislumbra a possibilidade de

constituir uma nova versão da matéria. Suas suspeitas confirmam-se ao publicar seu *Merlin*, e não mais abre mão delas depois de ter tomado conhecimento do trabalho de edição parcial do códice vienense da *Demanda* portuguesa, por Reinhardstoëttner. A busca dessa completude é o objetivo dos cinco volumes da edição da *Post-Vulgata*, de Fanni Bogdanow, trabalho que permite hoje levar-se a cabo o cruzamento de todos os testemunhos desse texto.

É possível que Fanni Bogdanow, no início de suas pesquisas, não imaginasse enfrentar tantas dificuldades, nem tardar tanto para dar a lume a intricada *Post-Vulgata* com que nos brinda e que talvez imaginasse mais acabada em francês do que se revelou. Logo percebeu a pesquisadora que o conjunto de testemunhos franceses está muito longe de reconstituir o original, o que tornou indispensável trazer os testemunhos das traduções. O que ela fez foi prosseguir e perseguir a trilha de seu mestre Eugênio Vinaver, que, por sua vez, insistiu na mesma linha de pesquisa de Gaston Paris. Quer nos parecer que a pedra fundamental de todo este monumento está naquela dupla recensão que o próprio Gaston Paris faz, na *Romania*, XVI, 1887, p. 582-586. O primeiro livro recenseado é o *Merlin* que ele mesmo publicou em parceria com Jacob Ulrich e o segundo, *A historia dos cavalleiros da mesa redonda e da demanda do santo Graall*, publicação parcial de Karl von Reinhardstoëttner. A partir dessa recensão, o códice vienense da *Demanda* portuguesa passou a adquirir uma importância que só fez crescer, porque esse texto revelou-se ser o *corpus* mais acabado que existe de *La Version Post-Vulgate de la Queste del saint Graal et de la Mort Artu, troisième partie du Roman du Graal*.

Tal publicação, em andamento, traz novamente à tona a questão da prioridade da tradução do texto na Península Ibérica, se terá sido feita em espanhol ou em português, visto que a pesquisadora britânica põe à disposição de todos nós os textos-fonte remanescentes.

Muita erudição e muitas informações de grande interesse circularam, durante a profícua polêmica dessa prioridade, em que destacaram-se Manuel Rodrigues Lapa e Pere Bohigas Balaguer.⁸ O reexame da questão ganha agora novas trilhas, além das percorridas pelos dois gigantes, mas, a o que tudo indica, pode não gerar discussões tão acaloradas como aquelas. Aos argumentos de Manuel Rodrigues Lapa, os dados textuais parece só somarem-se para confirmar a tese do velho mestre de Anadia. Aliás, seu próprio oponente acatou a tese da prioridade portuguesa em 1933.

Portanto o reexame não objetiva acirrar ânimos, busca tão somente fazer uma *collatio* de testemunhos que não terão sido lidos, pelo menos com essa finalidade, até Fanni Bogdanow editá-los. Os trabalhos de quantos ocuparam-se da questão até o momento nunca os trouxeram à argumentação. Em seguida, será necessário submeter a critérios rigorosos a *collatio*, sendo então possível apontar para onde os testemunhos levam. Na expressão de Ivo Castro, “fazer os testemunhos falarem”, é como referiu-se ele ao códice do *Livro de José de Arimatéia*, ao tratar da datação de sua cópia, o que na verdade, levou-o muito mais longe, nada menos do que a definir a entrada do ciclo em Portugal.⁹

A grande dificuldade da empreitada, sei que já avaliam qual seja, a grande dificuldade que se levanta é o fato de os textos ibéricos não se conservarem num estado mais antigo de língua. O códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena é do século XV, ao que tudo indica do reinado de D. Duarte, portanto teria sido copiado entre 1433 e 1438.¹⁰ Do códice espanhol, o antigo 2G5 da Biblioteca de Palácio, de Madrid, hoje 1877 da Biblioteca Universitária de Salamanca, datado de 1470, restam apenas fragmentos que Pietsch editou, em 1924 e 1925¹¹. Na Espanha, a tradição impressa da matéria arturiana iniciou-se logo no século XVI. Mas da *Demanda*, o exclusivo texto de nosso interesse, só há incunábulo de 1515, exemplar único na British Library, e de 1535, pelo menos cinco exemplares, um dos quais em Madrid. Se tivéssemos esses textos em estado mais antigo da língua, ao tempo da tradução ibérica ou de cópia muito próxima dessa tradução, não há dúvida de que a dificuldade estaria atenuada.

Mas essa dificuldade não é intransponível, nem invalida o reexame da questão. Se os textos ibéricos estão num estado mais avançado da língua, os franceses, de certa forma compensam, porque, não tendo tido em seu país de origem o mesmo prestígio que tiveram os da *Vulgata*, permanecem todos no estado primitivo em que foram elaborados ou em estado muito próximo daquele. O meticuloso trabalho de Fanni Bogdanow, reconhecido internacionalmente, talvez dispensasse o recurso aos códices, mas eventualmente é para se supor sua utilização, ainda que apenas confirmem a lição da arturiana britânica. O interesse científico do trabalho limita-se aos trechos de que sobrevivem testemunhos da fonte francesa que tenham ao lado os respectivos textos português e espanhol.

O que vamos então fazer é apresentar uma breve amostragem da colação de fragmentos, tais como Fanni Bogdanow os apresenta ou no volume da Introdução à *Version Post-Vulgate* ou em artigos anteriores, em que teremos o texto francês primitivo, numa ou em mais de uma versão, seguido do texto português e do espanhol, todos sempre da mesma passagem, de modo que possamos compará-los todos e tirar os argumentos que a *collatio* fornecer. Quando Fanni Bogdanow aproxima tais passagens tem, como deixa claro, tão somente o objetivo de mostrar que as relações entre as versões confirmam sua tese da existência da *Post-Vulgata*, a que ela denomina, desde 1966, o *Romance do Graal*. Quanto à questão da prioridade, diz textualmente a arturiana britânica; “Cette question, si souvent discutée, est fort difficile à trancher d’une manière définitive.”¹² Sempre que consideramos necessário, procuramos ampliar o texto das passagens em questão, o que nem sempre foi possível, visto que o trabalho de edição está, por enquanto, na altura do número 393. Sempre que perseguimos uma ampliação foi com o intuito de conseguir argumentos mais sólidos para nosso objetivo que é definitivamente outro, mas que só pode ser levado a cabo com a edição de Fanni Bogdanow.

De fato, antes de pretender afirmar alguma prioridade, sabemos que é indispensável, como dado inicial, confirmar a existência de uma primeira tradução ibérica como fonte dos testemunhos que hoje temos: o códice vienense 2594 da *Demanda* português-

sa e as edições da *Demanda* castelhana de 1515 e 1535. Temos certeza de que apenas a confirmação desse caráter de fonte dos testemunhos ibéricos hoje conhecidos poderá levar, com menor margem de erro, à prioridade.¹³

Temos perfeita consciência de que a tarefa é árdua, conforme dissemos, a dificuldade decorre exatamente dos diversos estados de língua em que temos os textos hoje, mas, se estivessem no mesmo estado, a simples leitura seria suficiente para dar a solução. Então é essa dificuldade, esse desafio que perseguimos, não com a pretensão de *trancher la question*, mas com a certeza de poder trazer alguma contribuição com argumentos, que esperamos sejam sólidos para apontar na direção acertada.

Primeira *collatio*:

Q§377(fól.182b),N(fol.86b),S(IV,fól.121a):

- Et cuidez vos, ce dit Tristan, que se je m'en vois par illuex, qu'il m'i conviegne a joster?
- Oil, certes, dit Lambegues. *Sanz ce ne vos en poez departir.*
- Donc vos comant je a Deu, ce dit Tristan, car por celle menace ne guerpilai je ja, *se Dex plaist*, mon chemin.

Tr.(T.,fól.349c):

- Et cuidez, fet Tristan, que se je m'en vois par illuex, qu'il me conviegne joster?
- Oil, feit Lambegues, *Sanz ce ne vos en poez departir.*
- Je vous coumant a Dieu, fet Tristan, car por telle menace ne guerpilai je ja, se Dex ne plaist, mon chemin.

D.(fol.127a):

- Cuidades vos, disse Tristam, que se per i for, que haja de justar?
- Si, sem falha, disse elle.
- Pois comendo-vos a Deus, disse Tristam, ca por tal meação, non leixarei meu caminho.

De.¹(ch.CxCV),De.²(p.235b):

- E cuydays vos, dixo Tristan, que se por ay yo passare, que aure de justar?
- Si, sin falla, dixo el.
- Pues acomiendovos a Dios, dixo Tristan, que por tal amenaza no dexaria mi camino.

Esta é uma passagem rica de elementos diferenciadores. Os próprios manuscritos franceses já apresentam divergências. O primeiro tem os advérbios *certes*, que o segundo elimina. A seguir, os dois testemunhos ibéricos eliminam a mesma frase e o mesmo fragmento de frase que ocorrem nos dois testemunhos franceses. A frase omitida: *Sanz ce n'en poez vos partir*, o fragmento de frase: *Se Dex plaist*. E há outros procedimentos comuns aos dois testemunhos ibéricos: ambos fazem *sem falha/sin falla* por *certes* que ocorre no primeiro testemunho francês. Ele mesmo ou

outro muito próximo dele teria então sido a fonte da tradução ibérica. Depois, ambos substituem *Lambegues* pelo pronome pessoal da terceira do singular. A diferença entre os testemunhos ibéricos é que o castelhano faz *dexaria*, enquanto o português segue de perto os testemunhos franceses: *leixarei*. Se a única diferença entre os testemunhos ibéricos e os franceses fosse *sem falha / sin falla* por *certes*, poder-se-ia alegar que a passagem não seria altamente esclarecedora em relação à prioridade, visto que ficaria difícil saber qual adotou primeiro a solução, no entanto a modificação do tempo verbal denuncia que o testemunho castelhano poderia ter usado de maior liberdade tendo diante de si uma tradução, o que seguramente não praticaria se estivesse diante do texto original.

Segunda *collatio*:

***Q.*§377.O(fól.181c),N(fól.86a),S(IV,fól.120d):**

Et Blioberis raquelt sa voie d'une autre part. *Ensi se departent li troi chevaliers*. Et messire Tristan, *qui toute voies chevauchoit tant doulenz et tant corrociez que nul plus*, tant [ot] alé *en tiel maniere* qu'il li anuita a l'entree d'un chastel...

***Tr.*(T.,fól.349b):**

Blioberis retint sa voie d'autre part. *Ainsi departent li troi chevalier*. Et Tristan, *qui toute voies chevauchoit tant iriez con nun plus*, a tant chevauchié *en tel maniere* qu'il li anuita a l'entree d'un chastel...

***D.*(fól. 126c):**

E Blioberis ar filhou sa carreira per outra parte. E Tristam andou tanto aquel dia que lhe anoitece<o> aa entrada de huu castelo...

***De.*¹ (cap.CXCV), *De*² (p.235b):**

E Brioberis tomo camino para otra parte. E Tristan anduuo tanto aquel dia que le anochescio a la puerta de vn castillo...

Estão em itálico, nos testemunhos franceses, as passagens que os dois testemunhos ibéricos eliminam. A primeira eliminação é de uma frase completa, a segunda é da explicativa que aliás sofreu redução do primeiro para o segundo testemunho francês e a terceira eliminação é da locução adverbial de modo *en tiel / tel maniere*, dentro da oração subordinada adverbial consecutiva *tant [ot] alé qu'il...* / *a tant chevauché qu'il...*, numa solução satisfatória de tradução. Os dois testemunhos franceses trazem o prefixo *ra-* e *re-* que o português traduz com *ar*, e o espanhol ignora. A novidade que os testemunhos ibéricos apresentam é *aquel dia*, indicação de tempo que não existe em nenhum dos dois testemunhos franceses, além do que a tradução de *tant [ot] alé / chevauchié* por *andou / anduuo*, índice de que o testemunho francês utilizado para a primeira tradução ibérica tenha sido igual a *O*, *N* ou *S*, com a posterior divergência entre os atuais testemunhos ibéricos: *entrada*, do português, por *puerta* do castelhano, além da falta já apontada neste do prefixo *re-*.

Terceira *collatio*:

Q. §377 O (fóls. 181d-182a), N(fól. 86a), S(IV, fól. 120d):

-Messire Tristan, dit Lambegues, quex nouvelles?

-Je ne sai, fait-il, nouvelles se bone non. Mes coment a puis vos esté que vos meistes en ceste queste?

-Sire, bien Deu merci. Assez i ai puis trouvé aventuieres belles et laides, *puis que g'i entrai*. Hui sanz faille m'est il plus mésavenu q'il ne fist pieça mes.

-Et de quoi? fait messire Tristan.

Tr.(T., fól.349c):

-Sire, bien Dieu merci. Et ai puis trouvé assez aventures beles et leides, *puis que g'i entrai*. Hui sanz faille m'est il plus mesavenu qu'il ne fist pieça mes.

D.(fól.126d):

E Tristan disse:

-Dom Lambegues, que novas?

-Mui boas, disse ele.

-Mais como vos foi depois que entrastes em esta demanda? disse Tristan.

-Senhor, disse Lanbeguez, bem, aa mercee de Deus, *ca* muytas aventuras achei boas e maas, *mas* oje, sem falha, me aveeo peor ca peça a mym aveo.

-De que? disse Tristam.

De.¹(cap.CXCV), De²(p.235b):

Dixo Tristan:

-Don Lambegus: ¿ay nueuas?

-Mui buenas, dixo el, mas ¿como vos fue desque entrastes en la Tabla Redonda?

-Muy bien, dixo el, a la merced de Dios, *ca* muchas aventuras falle, buenas e malas, *mas* oy me avino sin falla peor que me avino tiempo ha.

-¿Como? dixo Tristan.

Nesta passagem, embora fosse muito interessante, não se conseguiu ampliar o testemunho T., fól. 349c, do *Tristan en prose*, mas foi possível colher, no aparato crítico de Fanni Bogdanow, a variante do códice N, o ms. 343 da Biblioteca Nacional de Paris, correspondente à primeira fala no diálogo, a que a editora chama de *leçon fautive*,¹⁴ mas que os testemunhos ibéricos acabam seguindo. O testemunho castelhano, ainda acompanhado, carrega um agravante.

O exame da passagem exige cautela. De acordo com o primeiro testemunho, o diálogo entre Lambegues e Tristan começa com uma fala de Lambegues. Alternando-se, cada um fala duas vezes no recorte transcrito. É assim no testemunho francês que conseguimos ampliar. Já os testemunhos ibéricos seguem a variante em que a primeira fala é passada para Tristan, numa inversão flagrante em relação ao primeiro testemu-

nho. O modo como se faz a inversão merece destaque. A variante do testemunho N faz: *Messire Tristan dist a Lambegues*, os ibéricos fazem: *E Tristan disse / Dixo Tristan*. Ambos têm a mesma solução. Mais à frente, quando o testemunho castelhano foge de todos os outros, fica patente a gralha que resulta em duas falas seguidas de Tristan, porque só Lambegues pode ter respondido à pergunta de Tristan e, se ao responder, Lambegues faz uma pergunta desta vez cabe a Tristan. Apesar disso, a última fala é dele ainda: *¿Como? dixo Tristan*.

Muito curioso também nessa passagem este outro pormenor que só pôde ser explorando com a ampliação das transcrições. Trata-se do emprego de *bien Deu merci / bien Dieu merci / bem, aa mercee de Deus / Muy bien, dixo el, a la merced de Dios*, em que se observa que o códice vienense não traz a vírgula depois de *bem* e o testemunho castelhano desloca *bien* fazendo-o proceder do intensificador *Muy*.

O trabalho de tradução transforma a subordinada adverbial temporal *puis que g'i entrai* numa explicativa: *ca muytas aventuras achei/ca muchas aventuras falle*. Cada um dos testemunhos ibéricos traz um outro dado diferente: *dise Lanbegues / dixo el*, sendo que, em função da gralha, este *el* não pode referir-se a Lambegues.

Quarta *collatio*:

Q.§577.O(fól.211d),N(fól.100c):

Et tout ausint com Simeu avoit esté delivrez de *l'ardor del feu qui tant avoit duré* en la venue de monseignor Galahaz, tout ausint fu Moïs delivrez, et celle meesmes maniere. *Si fu celle chouse tenue par le roiaume de Logres a grant merveille et fu mis en escrit a Saint Estiene de Chamaalot.*

D.(fól.178d):

E bem asy como Simeu foy livre *do fogo* polla vñjnda Galaz, asi foy Moïs livre per aquella mesma aventura. *Este milagre* foy metudona *see* de Cammaloc em escrito.

De.¹(cap.CCCLIII),De.²(p.95a):

E bien asi como Simeon fue librado de la *pena* por la venida de Galaz, assi fue Moyses *su hijo* por aquella mesma aventura. *Y este miraglo* fue metido en escrito *en la Silla Peligrosa* de Camaloc.

Antes de maisnada, o detalhe do aposto *su fijo* presente no testemunho castelhano e ausente dos dois outros testemunhos. A edição de Fanni Bogdanow ainda não permite conferir se os manuscritos franceses arrolados como testemunho trazem a menção do fato de Moïs ser filho de Simeu no início do parágrafo como ocorre nos testemunhos ibéricos. No códice 2594 de Viena, lê-se: “Ali achou el o moimento de Moises, o filho de Simeon que sempre ardia, como o conto há já devisado”, o que precede imediatamente a passagem acima. Na edição castelhana de 1535, temos: “E assi fallo el monumento de Moyses, el fijo de Simeon que siempre ardia assi como el cuento lo ha devisado”, seguindo-se a passagem em questão. tais informações revelam que o

testemunho castelhano repete a informação por meio do aposto referido. Se os fragmentos franceses tiverem preservado a cena toda que ocorre pela altura do número 577, o próximo volume da edição Bogdanow deverá trazê-la, por enquanto a publicação atinge o número 393.

Os destaques em itálico mostram um crescente processo de redução: *de l'ardor del feu qui tant avoit duré*, para *do fogo*, e por fim, para *pena*; depois: *Si fu celle chose tenue par le roiaume de Logres a grant merveille et*, para *Este milagre* para o equivalente espanhol: *Y este miraglo*. Além dessa redução progressiva, há uma outra palavra que se repete nos dois testemunhos ibéricos, mas não traduz literalmente o francês: *aventura / aventura* por *meesme maniere*. O mais interessante porém, nesta passagem, é a diferença de *a Saint Estiene*, para *see* e depois para *en la Silla Peligrosa*. Essa passagem parece fornecer argumento sólido para confirmar que o tradutor espanhol valeu-se de um testemunho diferente daquele a que nos remetem os fragmentos franceses, visto que o orago da Sé foi muito apropriadamente substituído por *See*. Possivelmente, o tradutor espanhol sobrepôs a idéia de *See* à do único assento destacado ao longo do texto, a *seeda perigosa* e então fez: *em la Silla Peligrosa*. Ora, *meter en escrito en la Silla Peligrosa* não faz o menor sentido, nem tal *Silla* confunde-se com a *See de Camaloc*, nem tampouco em qualquer assento da tábua redonda escrevia-se o que quer que fosse. Certamente não se consegue explicar como o texto castelhano teria chegado a *Silla Peligrosa*, sem outro testemunho que não o original francês, a julgar pelos fragmentos que deles subsistem.

Quinta *collatio*:

Q.§107.S(IV,fól.90a):

En ceste partie dit li comptes que quant Keux le Seneschal se fut partis de monseigneur Galaad pour aler a monseigneur Gauvain, messire Boort monta sur le cheval au chevalier que Keux avoit occis, et *laissierent* le chevalier gisant en my le chemin, *qu'ilz n'en porterent riens du sien fors seulement l'escu qu'il avoit*. Cellui prist messire Boort pour le sien que Galaad avoit trenchié en .ii. moitiés, si com ly contes a ja devisé. Quant ilz se furent mis en la voye, messire Boors dist a Galaad...

D.(fól.35b):

Quando se *querria* partir de Gallaaz por hir a Galvem, Boorz cavalgou no cavallo do cavaleiro que hi matara, e *leixou* o cavaleiro morto *em meyo* da carreira, e *nom lhe quis al tomar ergo o cavallo*, e pois entraram no campo, dise Boorz a Gallaaz...

De.¹(cap.XC):

Dize el cuento que pues que se partio de Galaz e de Boores por yr a Galuan, Boores caualgo en el cauallo de caullero que mato que ante ellos (De² omite que ante ellos) e dexaronlo yazer en el camino, e fueronse; e andando assi, dixo Boores a Galaz...

De² (p.195b):

Pues dize el cuento que se partio Galaz de Boores por yr a Galuan, Boores...

Esta passagem, na expressão de Fanni Bogdanow, é muito característica das relações que há entre os testemunhos ibéricos e sua fonte francesa.¹⁵ Os destaques que ela traz em itálico em sua edição permitem ver o que se conserva, o que sofre alteração e o que é eliminado de um testemunho para o outro. O testemunho espanhol *De* conserva o plural da forma verbal *leissierent / dexaron*, que o português levou para o singular: *leixou*. O texto espanhol elimina *qu'ilz n'en porterent riens du sien fort seulement l'escu qu'il avoit*, que o português faz, a seu modo: *e nom lhe quis al tomar ergo o cavallo*. Os dois testemunhos ibéricos omitem *cellui prist messire Boort pour le sien que Gallad avoit trenchié en .ii. moitiés, si com ly contes a ja devisé* (que contrariando a norma, não vem em itálico na edição), bem como o nome do cavaleiro Quéia. Fanni Bogdanow, com a familiaridade que tem com manuscritos e testemunhos impressos, sugere a seguinte conjectura para a tradução portuguesa, em seu estado mais antigo:

Diz o conto que quando se *Queya* partio de Galaaz por hir a Galvam, Boorz cavalgou no cavallo do cavaleiro que hi matara, e leixaron o cavaleiro...¹⁶

É mesmo possível que o copista do testemunho português de que dispomos tenha lido *querria* onde estava escrito *Queya*, o que o testemunho castelhano suprimiu. Ou terá sido seu impressor quem, em seguida, suprimiu. Convém lembrar que no códice vienense esse nome é grafado indistintamente com **K**, com **Qu** ou somente com **Q**. É possível que a grafia **Qu**, ainda que abreviada, ou sobretudo abreviada, pudesse permitir erro de lição, devido ao **r** longo poder confundir-se com **y**. Outra hipótese é que a fonte comum do texto português e do texto espanhol, algo igual ou próximo da conjectura de Fanni Bogdanow, já tivesse efetuado a supressão de *Queya* (sem prejuízo do sentido da frase, como se pode verificar) e diferentes copistas deram tratamento diferente. Essa hipótese parece mais fraca pelo fato de o texto português ter conservado *querria*.

Sexta *collatio*:

Q.§141.S(IV,fól.96d):

Aprés ceste parole dist Hector:

- Sire, vous avés grant piece chevauchié tout *seul*, et je aussi. Nous n'avons riens trouvé. Or chevauchons ensemble.

D.(fól.47a):

Depos esto, disse Estor:

- Dom Galvam, vos andaste ata ora *ssoo* e eu outrosi, e nom achamos rrem. Ora andemos de consum.

De.¹(ch.CXVI),De.²(p.206a):

E despues desto dixo Estor a Galuan:

- ¿ Vos fuistes fasta agora sano?
- Sy, dixo el.
- E yo otrosi; pues andemos en vno.

Nesta passagem o comentário fica todo por conta da grafemática e da consqüente leitura do códice. O grafema-*l*- em qualquer das três línguas em questão constitui-se de uma haste cuja altura varia segundo o punho que a realiza, mas em hipótese alguma poderia reduzir-se ao corpo único de grafemas como: -m, -n, -u, -v, -e... Se o tradutor ou copista castelhano tivesse tido à sua frente uma palavra com esse grafema *l*, não teria justificativa para ter grafado uma palavra com grafemas todos de um corpo sem haste. A conclusão que se impõe é que tenha tido à sua frente um testemunho em que a palavra tinha tão somente grafemas dessa natureza. O contraste ainda persiste entre os testemunhos ibéricos: *sanno* não confere com *ssoo*. O testemunho castelhano distancia-se de todos os demais e sua lição, ainda que tenha sentido, não traduz nenhuma fonte francesa.

Sétima *collatio*:

Q.(112,IV,fól.112d):

Gaheriet, or pouez veoir la grant *loyalté* de monseigneur Gauvain, vostre frere. Il a orendroit occis ung des plus preudoms de la Table Ronde, c'est Eret, le filz Lac, qui cy gist mort... et illeques compterons la *loyauté* de monseigneur Garvain et en quel maniere il l'occist.

D.§§345-346(fól.115c):

Gariet. ora podedes ver a gram *lealdade* de voso irmão que matou agora esta ora huü dos milhores homeês da Mesa Redonda, Erec, filho de rey Lac...; e alli contaremos a *lealdade* de Galvam e em que guisa o matou.

De.¹(ch.CLXXVIII):

Gariete, agora podeys ver la gran *deslealtad* de vuestro hermano, que mato agora a este cauallero que era vno de los mejores que eran en casa del rey Artur. Y este era Erec, fijo del rey Lac... e contarle la *deslealtad* que vuestro hermano fizo, y en qual guisa lo mato.

Nesta passagem, o testemunho português é literal absorvendo a ironia. O castelhano distancia-se não percebendo a ironia e faz uma lição rigorosamente presa ao código cavaleiresco. Quer nos parecer que, nesta passagem, pesa bastante o argumento de que o escriba castelhano sabia perfeitamente que tinha diante de si uma tradução e não o original. Tal circunstância propiciava-lhe mais facilmente o direito de alterar o texto, de acordo com sua leitura crítica. Não significa que diante do texto original não houvesse possibilidade de leitura crítica, certamente poderia haver, mas a facilidade em eliminar uma ironia, tomando a palavra *lealdade* por eventual erro é algo que diante de um texto-fonte fica mais complicado.

Oitava *collatio*:

Q.(ms.772,fól.387b):

...Et il en mercie mout. Puis dit a la damoiselle:

-Savez vous ou *noz armes* sont?"

Lors les mainne en une chambre ou les armes estoient, si s'arment vistement...

D.§505,fól.165a):

E entom lhe deu sa espada e dise-lhi:

-Vedes aqui vossa espada. Gardade-a ben des oje mais.

E ele filhou sa espada e agradece-lha muyto. E pois dise-lhi:

- Sabedes u san *vossa irmaãs*?

E ela os levou a hũa camara u eram. E pois eles foram armados, tornarom aos do paço que se ergueram ja.

De.¹(ch.CCLXXX):

Y estonce le dixo:

-Señor, vedes aqui vuestra espada, e guardadla bien do oy mas.

Y el tomo su espada, e gradeciolo mucho a la donzella e dixole:

-Señor, sabeis do son *vuestras armas*?

Y ellos dixeron que no. Y ella los lleuo a vna camara donde eran; e armaronse...

O possessivo nos textos ibéricos está na segunda do plural enquanto na fonte francesa o mesmo possessivo está na primeira do plural. O acoplamento do *i-* de *irmaãs* com o *-r* pode provocar a lição *armaãs* em que a nasal devia ser desconsiderada. O próprio contexto exige a correção, visto que a seqüência traz: "E pois eles foram armados, tornarom aos do paço..."

Não sendo possível prolongar por hoje a amostragem, julgamos útil trazer um argumento que a *collatio* vem sugerindo, à medida que vamos caracterizando as mais freqüentes divergências entre os testemunhos espanhóis e o códice português de Viena. Ainda embrionário, o argumento apresenta-se-nos como algo próximo de uma liberdade maior que se dá o texto castelhano, sabendo que o testemunho que tem em mãos não é o original, mas uma tradução. Tal argumento ainda precisa ser mais elaborado e sua aplicação, se confirmada com alta freqüência, poderá tornar-se muito esclarecedora.

Temos certeza de que o trabalho só poderá apontar para tal ou qual direção na medida em que delinearão-se traços nítidos do processo de transmissão do texto. Esses traços precisam ser multiplicados como recursos de defesa contra o argumento da ocorrência eventual dentro do processo. Dados desta natureza diferenciam a atitude atual diante da questão que apresenta-se em novo estado para o pesquisador. Se, há cinqüenta ou sessenta anos, era possível tomar-se uma passagem, uma ocorrência ou mesmo uma palavra, como de fato aconteceu, para se pretender afirmar uma fonte, hoje em dia, face aos dados quantitativa e

qualitativamente muito superiores, conta mais a multiplicidade de traços e a multiplicação de sua ocorrência.¹⁷

Como se trata de pesquisa em andamento, poderia comodamente dizer que não há conclusão, mas para fazer jus à apreciação do público tão especializado os fragmentos que trouxe, agradeceria muito, se me ajudassem a ir percebendo mais tópicos de interesse semelhante aos que aponte, e que propiciam, até o momento, as seguintes indicações:

1. Há passagens em que o texto português do códice vienense 2594 está inegavelmente mais próximo da fonte francesa.

2. Dentro de algumas passagens, há momentos em que o texto castelhano parece estar mais próximo de alguma fonte francesa.

3. Não foram encontradas, até o momento, passagens em que se possa constatar que o texto português suponha o acesso a uma tradução ibérica de outra língua, que fosse intermediária entre os fragmentos dos testemunhos franceses e a cópia do século XV.

4. Há passagens em que é difícil admitir-se que o texto castelhano dos incunábulo de 1515 e 1535 possa ter chegado ao estado em que se apresenta, sem se supor o acesso a uma tradução peninsular intermediária, em outra língua.

Tais têm sido os resultados parciais a que vimos chegando. Mas há muito chão pela frente e certamente muitas pistas a explorar mais ainda: além do léxico, a sintaxe, as alterações de discurso, o emprego do tempo verbal, as eventuais substituições, glosas, reduções ou ampliações, e com isso também o trabalho propriamente dito de tradução. Esse tem apontado méritos do tradutor. A confirmar-se a prioridade da tradução portuguesa, se é verdade, como se diz, que o tradutor revela-se mais quando seu trabalho deixa de ser literal, quer parecer-nos que o tradutor português impressiona pela compreensão abrangente que revela ter da obra, da mentalidade da época, talvez até dos objetivos que teria Afonso III ao trazê-la da França, na circunstância histórica em que assumiu o trono de seu irmão Sancho II.

NOTAS

1. Fanni Bogdanow (1966) *The Romance of the Grail. A study of the structure and genesis of a thirteenth-century arthurian prose romance*, Manchester, Nova Iorque, Manchester University Presss, Barnes and Nobre 1966. À p. 89, nota 3, diz a arturianista: “I am preparing a critical edition of the Post-Vulgate Queste (SATF).”
2. Augusto Magne. *A Demanda do Santo Graal*, edição em três volumes, dois de texto e um de glossário, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, INI, 1944. Edição Fac-similar em dois volumes, tendo saído o primeiro em 1955 e o segundo em 1970,

- pelos mesmos editores da edição de 1944. O glossário tomou as mesmas proporções da fac-similar, mas dele saiu apenas o volume I A-D, em 1967.
3. Fanni Bogdanow (1991) *La Version Post-Vulgate de la Queste del saint Graal et de La Mort Artu. Troisième partie du Roman du Graal*. T. I Introduction, T.II (texto até 393), T.IV.I *Commentaire*, Paris, Société des anciens textes français - Picard.
 4. Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mira Mateus (org.) s/d. *Dicionário de termos lingüísticos*, vol. I Lisboa, Cosmos, p.404, verbete 1898 *Vulgata*, que declara ter como fonte: Muzerelle, D. (1985) *Vocabulaire Codicologique. Répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits*, Paris, Editions CEMI.
 5. H. Oskar Sommer (1908-1916) *The Vulgate Version of the arthurian romances edited from manuscripts in the British Museum*, v. I (1909) *L'Estoire del Saint Graal*; v. II (1908) *L'Estoire de Merlin*; v.III (1910) *Le Livre de Lancelot del lac*, part 1; v. IV (1911) *Le Livre de Lancelot del lac*, part II; v. V(1912) *Le livre de Lancelot del lac*, part III; v. VI (1913) *Les aventures ou la Queste del Saint Graal, - La Mort le roi Artus*; v. VII (1913) *Le Livre d'Artus*; v. VIII (1916) *Index of names and places*, Washington, The Carnegie Institute of Washington.
 6. Ao término do *Lancelot*, em seu *explicit*, vem nomeado Gautier Map: “Gautier Map achève ici son livre et commence le Graal.” Que a referência ao autor de *De nugis curialium* seja do autor anônimo ou tardia, o propósito há de ser o mesmo, garantir futuro e prestígio para a obra. Gautier Map havia falecido por 1209, antes portanto, da primeira prosificação cíclica, a *Vulgata*, dentro da qual insere-se o *Lancelot*. O emprego do nome Gautier Map revela o quanto seu prestígio ainda era forte.
 7. Excusa dizer que a designação *Ciclo do Lancelote-Graal* atende tão somente à *Vulgata*, não cabendo de forma alguma à *Post-Vulgata*, mesmo porque sua maior redução é exatamente a supressão dos três volumes do *Lancelote*.
 8. Manuel Rodrigues Lapa “*A Demanda do Santo Graal*, prioridade do texto português”, *A Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1929-30, p. 266-279. Reimpresso em Manuel Rodrigues Lapa, *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, Rio de Janeiro, INI, 1965, p. 105-133. Traduzido para o francês, Manuel Rodrigues Lapa, “*La Demanda do Santo Graal*, priorité du texte portugais par rapport au texte castillan” *Bulletin des études portugaises*, I, 3, Coimbra, 1931. Acompanham Lapa: C. E. Pickford, “*La priorité de la version portugaise de la Demanda do Santo Graal*” *Bulletin Hispanique*, 83, 1961, p. 211-216; F. Bogdanow, “*Old Portuguese seer em car teudo and the priority or the portuguese Demanda do Santo Graal*”, *Romance Philology*, XXVIII, 1974, p. 48-51; Ivo Castro, “*Sobre a data da introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata*” *Boletim de Filologia*, XXVIII, 1983, p. 81-98. A prioridade espanhola é defendida por K. Pietsch, *Spanish Grail Fragments*, 1, p. XXXII; W. J. Entwistle, *The Arthurian Legend in the Literatures of the Spanish Peninsula*, Londres, Nova

- Iorque, J.M.Dent, Dutton, 1925, reimpresso em Nova Iorque, Phaeton Press, 1975; Pere Bohigas Balaguer, *Los textos Españoles y gallego-portugueses de la Demanda del Sancto Grial*, Madrid, 1925 (Revista de Filologia Española - anejo VII). Numa recensão ao trabalho de Manuel Rodrigues Lapa, na *Revista de Filologia Española*, XX, 1933, p.180-5, o arturianista catalão aceitou a tese da prioridade portuguesa.
9. Ivo Castro, “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata” *Boletim de Filologia*, , XXVIII, 1983, p. 81-98, bem como Ivo Castro, “Quando foi copiado o *Livro de José de Arimatéia?*” *Boletim de Filologia* XXV, 1976-79, 1-4, p.173-183.
 10. Ivo Castro, “*Demanda do Santo Graal*” *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, 1993, p. 203-206.
 11. *Spanish Grail Fragments: El libro de Josep Abarimatia, la Estoria de Merlin, Lançarote*, editados do único manuscrito, por Karl Pietsch. Modern Philology Monographs of the University of Chicago, 2v, 1924 e 1925. Edição dos fragmentos espanhóis do Graal contidos no ms. 2-G-5 da Biblioteca de Palácio, Madrid, hoje ms, 1877 da Biblioteca Universitária de Salamanca.
 12. Fanni Bogdanow, *La Version Post-Vulgate...*, T. I. *Introduction*, p.477, nota 17.
 13. Fanni Bogdanow, *La Version Post-Vulgate...*, T. I. *Introduction*, p. 477: “Il est manifeste qu’elles ne sont pas des traductions indépendantes du même manuscrit français, mais qu’elles dérivent d’un intermédiaire commun, la première traduction ibérique.” A arturianista britânica é incisiva.
 14. Fanni Bogdanow, *La Version Post-Vulgate...*, T.II, p.510, nota 11.
 15. Fanni Bogdanow, *La Version Post-Vulgate...*, T. I, *Introduction*, p. 467.
 16. Idem, *Ibidem*, p. 467.
 17. Veja-se, por exemplo, o célebre artigo de H. O. Sommer: “The Queste of the holy Grail forming the third part of the trilogy indicated in the Suite du Merlin Huth ms.” *Romania*, XXXVI, (1907) p. 369-402 e 543-590. Interessa a passagem da p. 548, em que o crítico alude a *strange blunders* como *destoria por descocia; aquella domaa (?)* por *en aquella demanda* ou ainda *ante a jnsoa grande* por *ante la joyasa guarda*. Convém ver como avalia a questão Rodrigues Lapa em “*A Demanda da Santo Graal prioridade do texto português*” As indicações bibliográficas desse texto estão na nota 8.

DIALOGO LITERÁRIO E REALIDADE LINGÜÍSTICA*

Dino Preti
(USP - PUC/SP)

1. A Literatura já serviu de *corpus* para inúmeras pesquisas lingüísticas. Prosa e poesia forneceram material para documentação de uma ampla bibliografia de análise, dentro da Estilística ou da Análise do Discurso, principalmente. Mas, também, documentaram normas de Lingüística Histórica, de Morfossintaxe ou de Léxico. Esses *corpora* literários vieram suprir, muitas vezes a falta de documentação gravada (que não existia, até recentemente) para registrar variantes da modalidade oral da língua, testemunho (por escrito) como as pessoas falavam, nas mais variadas *situações de interação*, em outras épocas. Narradores e personagens tomaram o lugar de falantes reais, reproduzindo natural ou intencionalmente, a realidade lingüística. Seria temerário afirmar que, estudando-se a língua de uma época, por meio de narrações e diálogos literários, teríamos uma visão real do que foi a língua falada nessa época. Mesmo porque foram desiguais, ao longo da história literária as relações entre a linguagem literária e a língua oral. Mas, em todos os momentos da Literatura em língua portuguesa, podemos encontrar autores que se deixaram influenciar pela oralidade, levando para a escrita variantes que deveriam ter sido comuns em seu tempo. Assim, já a narrativa histórica medieval, além de seu ritmo paratático, com repetição de conjunções coordenativas que alongavam o período (quem sabe, uma primeira documentação escrita do que hoje chamamos na Análise da Conversação de marcadores conversacionais) poderia constituir um exemplo do que teria sido a influência da narrativa oral sobre o estilo literário, como ocorre, por exemplo nas lendas medievais do século XIII:

Ex. 1.

“Dom Diego era muy boo monteyro e, estão hum dia em sa armada e atendemdo quando verria o porco, ouuyo cantar muyta alta voz huua molher em cima de huua pena e el foy para la e vio-a ser muy fermosa e mu,y bem vistida e namorou-sse logo della muy fortemente e perguntou-lhe quem era e ella lhe disse que era huma molher de muyto alta linhagem...” (A dona pee de cabra - lenda medieval)

*1ª Semana de Estudos da Língua Portuguesa - Rio de Janeiro, 23 a 28 de outubro de 1995 - Liceu Literário Português - Instituto de Língua Portuguesa.

Ou mesmo, na crônica histórica de Fernão Lopes (século XV), autor que tem sempre presente a oralidade, pois insite em mencionar os leitores, num processo de “interação à distância”:

Ex.2.

“Sendo a tormenta do Reino tão grande como ouvistes...”(Crônica de D. João I. 1a parte, cap. 26)

“Prosseguindo nossa fala, para dar fim ao que começamos, deveis notar...”(Idem, ibidem)

“Nas falas que ouvistes o conselho que el-rei teve se gastou tanto do dia ; que já eram horas de véspera...”(Idem, ibidem).

A presença desse suposto diálogo na crônica medieval, conforme sabemos, era também uma decorrência do fato de haver na época um hábito de ampliar um pouco os limites de expansão do livro, que consistia na leitura em voz alta para pequenos grupos de ouvintes, uma vez que as edições manuscritas se compunham de poucos exemplares, distribuídos nos pequenos círculos cortesãos, pois o povo não tinha acesso aos livros, muito menos condições de lê-los. (Cf. Saraiva, A.J., s/d, p.20).

É forçoso reconhecer, entretanto, que, ao longo do tempo, alguns autores, mais do que outros, se preocuparam com o problema das variantes sociolinguísticas, pretendendo com seu estilo caracterizar melhor a variação social ou psicológica de suas personagens ou de seus narradores. Assim, no século XVII, vemos um Gregório de Matos satirizando em seus versos a pronúncia dos pretensos nobres baianos, sem instrução, no sentido de denegri-los pela comparação com a linguagem de Portugal.

Mas foi, especialmente, a partir dos meados do século XIX, com o advento de um processo de valorização político-social das classes mais populares, que se tornou possível na Literatura uma descrição mais cuidadosa dos hábitos linguísticos dessas classes. É nessa época que românticos, realistas e naturalistas incursionam pela prosa de costumes, caracterizando com maior realidade os diálogos de suas personagens.

No Brasil, um dos autores mais preocupados com as variações socioculturais da linguagem foi José de Alencar, escritor polêmico de seu tempo que, conforme se sabe, chegou a ler obras de Linguística, no sentido de discutir problemas sobre as diferenças entre a língua oral de Portugal e a do Brasil. No prefácio de *Sonhos d'ouro*, chegou a defender seus supostos erros linguísticos, que atribuía a atitudes conscientes de diferenciação entre a língua de além-mar e a do Brasil. Em *Lucíola*, cuidou dos tratamentos gramaticais (*tu / o senhor*), opondo formas de poder e de sujeição. Em *Senhora*, propôs uma diferença semântica entre os pronomes de tratamento *a senhora* (com ó aberto) e *a senhora* (com ô fechado):

*“-É verdade; dancei com ele; é um dos meus pares habituais, tornou com volubidade. E o senhor, por que não dançou também?
- Porque a senhóra não me ordenou.*

- *É esta a razão? Pois vou dar-lhe um par... Quer oferecer-me seu braço? replicou Aurélia sorrindo.*
- *Seria ridículo oferecer-lhe o que lhe pertence. A senhóra manda, e é obedecida. Aurélia tomou o braço do marido, e afastou-se lentamente ao longo da alameda.*
- *Por que me chama de senhóra? perguntou ela fazendo soar o ó com a voz cheia.*
- *Defeito de pronúncia.*
- *Mas às outras diz senhóra. Tenho notado; ainda esta noite.*
- *Essa é, creio eu, a verdadeira pronúncia da palavra; mas nós, os brasileiros, para distinguir da fórmula cortês, a relação de império e domínio, usamos da variedade que soa mais forte, e com certa vibração metálica. O súdito diz à soberana, como o servo à sua dona, senhóra. Eu talvez não reflita e confunda.”(Senhora, p.334)*

No Realismo-Naturalismo brasileiro, a presença de personagens mais populares, de baixa cultura, oriundos de um meio ambiente mais pobre e menos escolarizado ou dos grandes aglomerados urbanos, levou os prosadores a registrar vocábulos, construções, pronúncias tidos como subpadrões lingüísticos, mas expressivos para completar a descrição social dos tipos marginalizados, como os habitantes dos cortiços ou das casas de pensão cariocas, por exemplo, descritos por Aluísio Azevedo, o representante mais conhecido dessa tendência literária. Por trás de seu estilo recheado de modismos, gírias, estava, porém, seu credo realista, pretendendo um retrato pormenorizado da realidade descrita, que incluía também a linguagem típica do povo. Fora, porém, do diálogo, os escritores realistas-naturalistas manteriam seus narradores oniscientes nos limites da linguagem escrita regida pelos preceitos de gramática tradicional.

É, por exemplo, com referência, ao problema social dos tratamentos que encontramos uma interessante observação de Aluísio Azevedo sobre a linguagem oral de seu tempo:

Ex. 4.

(Acostumado a uma educação rígida no ambiente familiar, Amâncio, o herói de Casa de pensão, que vive sozinho no Rio de Janeiro, recebe uma carta comovida do pai, o Vasconcelos, confessando-lhe a sua derrocada financeira nos negócios do Maranhão)

“Meu filho.

Até então nunca recebera de seu pai esse carinhoso tratamento. O Vasconcelos nem ao menos o tratara por tu...”(Casa de pensão. p.184)

Mas foram os prosadores de nosso século que aproveitaram melhor as sugestões da sintaxe falada, dos regionalismo, da gíria. São importantes as contribuições de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, na chamada “geração de 45”, bem como as dos cronistas como Fernando Sabino, na década de 60 e, mais recentemente, a de autores como João Antônio (com seu original aproveitando da gíria marginal) e Rubem Fonseca, este particularmente nos contos.

2. Se podemos afirmar que existe na Lingüística, em todo o mundo, nas últimas décadas, uma valorização dos estudos de língua oral, com o conseqüente surgimento de disciplinas novas (como, por exemplo, a Análise da Conversação e a Sociolingüística Interacional) que nos dão conta da importância do ato conversacional e da ação de fatores internos e externos que o influenciam, também podemos dizer que, na arte literária, há uma tendência para aceitar melhor a contribuição da língua oral, no sentido de caracterizar, dar um tom mais realista às vozes das personagens e do narrador (especificamente o de primeira pessoa).

Além disso, no contexto político-social do Brasil contemporâneo, a linguagem popular, o vocabulário gírio, o estilo comum da mídia romperam as expectativas do leitor e se instalaram, também, na literatura, com artifícios de narração que lembram a interação espontânea face a face, com sua variação de registros, com a mudança abrupta dos tópicos e subtópicos da conversação, com recursos novos para descrever o hábil jogo de preservação das faces dos interlocutores.

3. Seria possível um estudo lingüístico de um texto literário, que não fosse apenas um levantamento de figuras de linguagem, uma interpretação do sentido ou um comentário nos moldes da análise de texto de tradição francesa?

Já tentamos em, outros momentos, uma aplicação da teoria sociolingüística dos níveis de fala ou registros, para comprovar, ao longo da história da literatura brasileira, o tratamento dado aos diálogos na prosa de ficção mais ligada à descrição dos costumes (PRETI, D., 1994).

Sendo uma manifestação escrita, o texto literário pressupõe um processo de elaboração, de reflexão, de planejamento, que se afasta da dinâmica da língua oral espontânea, que se desenvolve de forma imprevista, em face da situação interacional.

Os objetivos do escritor são de natureza estética e não há limites entre as variantes lingüísticas para atingi-los. Pos isso, ao considerar as variações de norma lingüísticas, dificilmente se poderia, como prevê Coseriu (1967:98) falar em “língua literária”. O que há são estilos literários diversificados, que se valem das características comuns da língua escrita, mas, também, às vezes, da língua falada, de sua espontaneidade, para atingir seus objetivos. Ou conforme afirma Urbano (1985:152): “A língua literária é uma variante da língua escrita, mas também é da língua culta, etc., no sentido de ser uma combinação de códigos auxiliares, superpostos no código comum de que fala Granger. Na verdade, sendo a obra literária de ficção uma transposição da realidade, recria no texto literário todas essas espécies de modalidades lingüísticas, porém sob o aspecto abrangente da interação artística e estética”.

Se quisermos proceder ao estudo da linguagem literária, na sua natural variedade, seria conveniente estabelecer, de início, os objetivos e os limites dessa análise.

Na perspectiva da Sociolingüística, a teoria das variantes lingüísticas propicia uma visão dos diálogos literários, partindo-se de um levantamento dos fatores exteri-

ores do ato de fala (sexo do falante, sua idade, sua profissão, seu grau de escolaridade, seus índices culturais, sua origem etc.) e *da situação de interação* (isto é, no diálogo, o tema, o grau de intimidade entre os falantes, o estado emocional dos interlocutores, a tensão conversacional, o local em que se desenvolve o ato afalado e outras circunstâncias), elementos esses que devem ser relacionados com a fala das personagens ou do narrador.

Na linha da Análise da Conservação, são estudados os mecanismos que incidem sobre as interações descritas na obra literária: os elementos pragmáticos ou situacionais; os conhecimentos implícitos ou partilhados pelos falantes; a cooperação discursiva que transforma o ato conversacional num discurso a dois; a luta pelo turno e suas implicações, como a perda ou a manutenção da face; os tópicos e subtópicos, numa organização nem sempre precisa; as sobreposições de voz e sua ligação com o problema do “assalto” ao turno, não raro um índice de poder na conversação; etc.

Como vemos, a vertente da Análise da Conversação é bem rica para o estado dos elementos formais da interação e, se associado à Sociolingüística, poderá dar-nos uma visão mais complexa e abrangente do ato conversacional.

Seria pretender demais supor que os autores de qualquer época tenham refletido, em profundidade, sobre esses e outros problemas lingüísticos do diálogo. No entanto, a instituição artística, a vivência do escritor, seu conhecimento do meio ambiente e dos tipos que o povoam nos contextos narrativos têm operado milagres, no sentido de aproximar a linguagem dos diálogos da realidade falada. Mas há limites intransponíveis. Como já o dissemos em outro momento (Cf. PRETI, 95:228), existe uma fronteira bem demarcada entre a fala espontânea e o diálogo literário imaginado pelo escritor. As maiores aproximações estão sempre em nível de léxico. Além disso, essas aproximações estão limitadas pela própria expectativa do leitor, pelo seu grau de aceitabilidade das formas lingüísticas populares na literatura, ou seja, pelo que ele “espera” encontrar num texto literário (desde que, a priori, o admita como tal).

Ex.5.

“A cidade não é mais aquilo que se vê do Pão de Açúcar. Na casa de Gisele?”

“Foi”, respondeu F.A.

“Aquela francesa é mesquinha e ruim. E também uma trepada de merda. Dizem.”

“Eu dou qualquer dinheiro”, disse F.A.

“Hum”, respondi.

“Você disse que dinheiro compra tudo. Eu gasto o que for preciso”, disse F.A.

“Sei. Continua.”

“Quem me recebeu foi o... pederasta, a Gisele não estava. Fui correndo para o quarto, enquanto ele dizia

“Uma coisa especial, o senhor vai gostar, acabou de se perder”, Eu estava com medo de ser reconhecido, havia na sala algumas pessoas, dois homens, uma mulher. Quando entrei no quarto, ela encostou-se na parede com uma das mãos na garganta. Apavorada, entendeu?”

“Sei. E depois?”

“Eu disse: não tenha medo, quero apenas conversar com você. Ela continuou amedrontada, com os olhos arregalados, sem dizer uma palavra. Segurei sua mão de leve, sentei-a ao meu lado na cama. Ela estava dura de pavor, mal respirava.”

F.A. passou a mão sobre os olhos.

“Estou com pressa”, eu disse.

“Ficamos dentro do quarto duas horas. Não toquei nela. Falei, falei, falei, disse que também estava com horror daquilo. Estou mesmo, não agüento os encontros mecânicos com essas infelizes, sem amor, sem surpresa. No fim ela começou a chorar. Só falou uma vez, para dizer que desde que saíra de casa eu era a primeira pessoa que a tratara como um ser humano. Eu tinha reunião do Conselho e não podia ficar mais tempo. Paguei e saí.”

“Pagou a quem?”

À Gisele. Ela havia chegado e estava na sala.”

“A Gisele disse alguma coisa?”

“Acho que disse. Perguntou se eu tinha gostado, uma coisa assim. Eu disse que estava com pressa. Paguei o dobro.”

“Por quê?”

“Não sei. Acho que quis impressionar a Gisele. Não, impressionar a garota.”

“A garota não vai saber de nada. Você devia ter dado o dinheiro para ela.”

“Fiquei com vergonha.”

“Você já deu para outras. O viado estava na sala de espera?”

“Não. Só a Gisele.”

“Alguém telefonou para você depois?”

“Não.”

“Você ligou para alguém?”

Ah... liguei. Mandei chamar a garota. A Gisele disse que ela não podia atender, que eu fosse lá.”

F.A. me segurou pelo braço: “A garota está numa prisão. Eu quero tirá-la de lá antes que ela se corrompa. Você precisa me ajudar.”

“Você voltou lá?”

“Não.”

“Você só viu a garota uma vez e ficou tarado por ela?”

“Bem ... eu a vi mais de uma vez...”

“Conta essa merda direita, porra.”

F.A. calou-se.

“Desembucha logo, estou com pressa.”

*(“O caso de F.A. *.in: O homem de fevereiro ou março).*

A interação dessas duas personagens é observada pelo leitor, quando ela já se encontra em andamento. Tanto o narrador como F.A. são dois falantes de nível culto: o primeiro, um advogado muito ligado ao submundo urbano e o

segundo, um conselheiro de Estado. Este pretende um serviço do primeiro: que lhe tire de um prostíbulo, dirigido por uma mulhe chamada Gisele, uma jovem que lá encontrou. O advogado e o conselheiro se conhecem de longa data. A situação de interação é tensa e notamos que o cliente está nas mãos do outro, porque a seqüência da história nos mostrará que F.A. é um homem de alto status, respeitado no ambiente em que vive, casado, com filhos, circunstâncias que não lhe permitem protestar contra o tratamento recebido do advogado. Essa situação está marcada no trecho pelo contraste de vocabulários, embora ambos sejam falantes cultos. Enquanto F.A., numa fala hesitante, chamará o homossexual, que viu entrar no bordel, de *pederasta*, o advogado preferirá viado (numa ortografia próxima da pronúncia popular), porque é muito mais agressiva na interação e ajudará a destruir as tentativas de introduzir maior formalidade no diálogo. A mesma razão explica outras falas do narrador:

“Aquela francesa é mesquinha e ruim. E também uma trepada de merda. Dizem.”
“Conta essa merda direito, porra.”

Na primeira, atente-se, também, como o escritor registra com a frase “Dizem” uma estratégia hábil, típica da língua falada, para indicar uma preservação da face.

As hesitações que são constantes no Conselheiro se opõem às frases breves e rápidas, de natureza interrogativa ou imperativa por parte do advogado.

O texto narrativo tem uma unidade tópica só interrompida pelos pedidos de ajuda de F.A., pelas ironias do advogado ou por algum comentário estranho ao contexto, inserido no tópico. Observe-se que, quando se inicia a narrativa, o advogado está no apartamento de encontros de F.A., olhando pela janela, supomos, e refletindo sobre a paisagem, enquanto o Conselheiro está contando-lhe a história. De repente, o advogado passa da reflexão sobre a paisagem para uma pergunta sobre o que está ouvindo:

“A cidade não é mais aquilo que se vê do Pão de Açúcar. Na casa de Gisele?”

Observe-se a espontaneidade da interação, apesar de não conhecermos o contexto, isto é, o que aconteceu no início do encontro entre os dois.

Além do cuidado com os tabus lingüísticos (*infelizes* substituirá *prostitutas*), o Conselheiro empregará uma sintaxe em que aparecem, por exemplo, construções cultas com verbos perfeitamente correlacionados (perfeito com mais-que-perfeito do indicativo), praticamente ausentes de uma fala mais natural, o que nos permite ligar sua linguagem a de um falante permanente atento ao que diz, em função de sua posição social (o que será objeto, ao longo da história, de repetidas agressões irônicas do advogado):

“Só falou uma vez, para dizer que desde que saíra de casa eu era a primeira pessoa que a tratara como um ser humano.”

Analisando esta breve trecho do diálogo inicial do conto, podemos avaliar as imensas dificuldades que existem na transposição do oral para o escrito, considerando-se a unidade da narrativa e a construção das personagens, pois a linguagem é o índice inequívoco da personalidade. Aqui, o advogado e F.A. apresentam contrastes, não apenas em sua profissão, em sua personalidade, em sua posição social, mas também, sobretudo em sua linguagem que, é, afinal, a revelação imediata de todas essas diferenças.

O diálogo, é certo, não equivale à transcrição de uma interação verbal espontânea. Os limites entre a língua falada e a língua escrita tornam-se evidentes. Mas alguns recursos que observamos de passagem nos revelam o alto grau de elaboração do texto de Rubem Fonseca, para envolver-nos na “ilusão da realidade”, um dos índices da verdadeira obra de arte literária.

BIBLIOGRAFIA

- COSERIU, Eugenio. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 2a. ed. Madrid, Gredos, 1967
- PRETI, Dino. *Sociolingüística - os níveis de fala. um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira*. 7a. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. 2a. ed. São Paulo, FFLCH da USP, 1995.
- SARAIVA, A.J. *Fernão Lopes*. Lisboa, Publicações Europa-América, s/d.
- URBANO, Hudinilson. *A elaboração da realidade lingüística em Rubem Fonseca* São Paulo, FFLCH da USP, tese de doutorado, 1985.
- ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957 (sem menção do ed.)
- AZEVEDO, Aluizio de. *Casa de pensão*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1951 (sem menção de ed.)
- FONSECA, Rubem. *O homem de fevereiro ou março*. Rio de Janeiro, Artenova, 1973.

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA GRAMÁTICA DESCRITIVA*

Valter Kehdi
USP - (FFLCH)

Tem-se insistido muito, atualmente, na necessidade da revisão de alguns princípios da gramática tradicional, com vistas à elaboração de uma gramática mais moderna e científica (1). Sem dúvida, trata-se de preocupação oportuna e saudável, levando-se em conta o grande avanço da lingüística moderna, a cujas conquistas não podemos mais permanecer indiferentes. Entretanto, cremos que certas questões básicas pairam acima de preocupações mais ligadas à fidelidade a certos “ismos” do momento, e é nessas questões que pretendemos concentrar-nos na presente exposição.

Inicialmente, cumpre esclarecer que se impõe, permanentemente, uma reavaliação dos nossos estudos gramaticais, como o sugerimos ao longo destas linhas.

Outro aspecto de capital importância vincula-se ao esclarecimento das devidas relações entre os enfoques sincrônico e diacrônico. Falar em gramática descritiva implica privilegiar uma investigação do ponto de vista sincrônico, o que não exclui a preocupação com a explicação dos fatos descritos. Ora, com frequência é a diacronia que traz as elucidações de certos fenômenos gramaticais: a variante -*arento* do sufixo -*ento* ocorre em *fumarento*, *luarento*, *sumarento* por influência de *suarento*: a mobilidade de algumas conjunções coordenativas, como *contudo*, *entretanto*, *portanto* (já observada por Maximino Maciel, em sua *Gramática descritiva*, às p. 153-4 (n.3) e (4)), deve-se ao fato de serem, na origem, adjuntos adverbiais móveis.

Cabe, também, ressaltar que certas noções e técnicas de análise sincrônica permitem a explicação de alguns problemas diacrônicos: assim, a noção de campo de dispersão de um fonema, isto é, o conjunto de suas variantes, permite esclarecer por que as vogais /e/ e /o/, do português, em oposição a /E/ e /O/, têm reduziíssima margem de variação, ao passo que as mesmas vogais /e/ e /o/, em espanhol, admitem mais variantes, pois não existem E e O como fonemas, em castelhano. Em outras palavras, o campo de dispersão de um fonema é tanto maior quanto mais afastado ele estiver dos fonemas vizinhos. Temos, aqui, um elemento de elucidação de certas alterações fonéticas que a gramática histórica só podia constatar, sem a devida explicação.

*1ª Semana de Estudos da Língua Portuguesa - Rio de Janeiro, 23 a 28 de outubro de 1995 - Liceu literário Português - Instituto de Língua Portuguesa.

A existência de oposições privativas, em que um elemento marcado (+) se contrapõe a outro não marcado (-), possibilita, também, o esclarecimento de certas evoluções em morfologia: as formas não marcadas, por serem mais freqüentes, tendem a resistir mais e a permanecer, em detrimento das marcas. É assim que E. Coseriu, em conhecido estudo sobre a coordenação latina e a românica, explica que, das quatro conjunções coordenativas positivas em latim, *et, ac, atque, -que* - é a primeira (não marcada) a que permanece no domínio românico (2). Deve-se, portanto, estabelecer relações dialéticas entre sincronia e diacronia; embora os enfoques sejam diferentes, não representam compartimentos e tanques.

Por outro lado, o gramático deve estar atento às armadilhas resultantes do decalque de descrições da gramática latina sobre a portuguesa. Lembremos, a título de ilustração, o exemplo das vogais de ligação: /i/ e /o/ só podem ser reconhecidos como vogais de ligação em português, se apresentarem realmente esse comportamento em nossa língua.

Com efeito, em *realidade*, dada a existência de *real* (sem -i_ e de -dade (também sem -i- em *bondade, maldade, etc.*), é possível depreender o /i/ de ligação, independente de sua origem latina.

Outro exemplo é o do gerúndio modal, de valor oracional ou não. É dado por alguns como não racional, por representar o ablativo do gerúndio. No caso, a correspondência diacrônica induz a erro, visto que, em latim, o gerúndio se opõe ao particípio presente; na evolução das línguas românicas, o gerúndio invade o terreno do particípio presente e, praticamente, o elimina. Dessa forma, em português adquire valor marcadamente verbal, constituindo sempre o núcleo de uma oração reduzida.

Dada a grande semelhança entre as línguas neolatinas, impõe-se ao gramático a observação do que se passa nos idiomas irmãos. Com freqüência, certos fenômenos gramaticais são mais nítidos em uma língua do que em outra, e o cotejo entre elas pode contribuir para o esclarecimento de algumas dúvidas. Lembre-se, por exemplo, que a diferença de emprego entre os verbos *ser* e *estar* foi muito mais estudada em castelhano do que em português, o que constitui convite para que se leiam as páginas dedicadas ao assunto nas gramáticas espanholas (3). Importante, também, é o capítulo do objeto direto preposicionado: os casos de objeto preposicionado por *a* são mais freqüentes em castelhano; numerosíssimos em francês são os encabeçados pela preposição *de*, com valor partitivo. Assim sendo, somente uma comparação com as línguas mencionadas possibilita determinar a verdadeira “feição” desse fato sintático em português.

Após as considerações relativas aos vínculos entre sincronia e diacronia e à importância do confronto com as demais línguas românicas, passemos a algumas observações ligadas especificamente aos terrenos da morfologia e da sintaxe.

A grande maioria das escolas lingüísticas deste século tem chamado a atenção para as estruturas primitivas e as derivadas, ainda que nem sempre de forma explícita. Os distribucionalistas (com seus conceitos de *modelo* e *expansão*), os funcionalistas de orientação martiniana (com a noção de “enunciado mínimo” e suas possibilidades de expansão por coordenação e subordinação), e outros, entre os quais os gerativistas (reconhecendo-se que, para estes últimos, a oposição se estabelece entre uma *estrutura*

profunda, fundamentalmente abstrata, e uma estrutura de superfície, correspondente à frase realizada), todos apontam para a existência de um nível básico e de outro derivado.

Fixando-nos na cadeia da fala, vamos admitir os dois níveis como efetivamente realizados (o que nos permite afastarmo-nos do ponto de vista gerativista) e discutir alguns casos em que se percebem as possíveis relações entre esses níveis. O complemento nominal representa um exemplo de estrutura derivada, visto que se configura em construções nominalizadas, ou seja, derivadas de construções inicialmente verbais; comparem-se *X construiu a ponte* e *a construção da ponte*.

Alguns predicativos do sujeito ou do objeto figuram em frases resultantes do cruzamento de dois outros enunciados: *Ele saiu satisfeito* (de *Ele saiu* e *Estava satisfeito (quando saiu)*).

Não nos esqueçamos, também, do oposto, associado ao predicativo de uma oração subordinada adjetiva explicativa básica: *São Paulo, o coração do Brasil, cresce exageradamente* (de *São Paulo, que é o coração do Brasil, cresce ...*). Esses poucos exemplos parecem-nos suficientes para mostrar a importância do estabelecimento dos dois níveis, o que imprime maior economia e maior rigor na apresentação dos fatos sintáticos.

Em morfologia, também é útil o reconhecimento desses dois níveis. A título de ilustração, citemos as formas teóricas (de acordo com a escola bloomfieldiana): **leo*N explica o plural *leões*, o feminino *leoa* e os derivados *leonino*, *leonismo*, ...; a forma teórica é, portanto, a básica, da qual derivam as demais. Nos radicais verbais com travamento nasal indicado pela segunda pessoa do singular do presente indicativo (*pões*, *tens*, *vens*), as formas básicas *pon-*, *ten-* e *ven-* são o ponto de partida para as demais formas da conjugação, com a aplicação de regras morfofonêmicas.

Lembre-se, ainda, que uma longa tradição de estudos de análise sintática com base na lógica - o que possibilitava apenas o reconhecimento do sujeito e do predicado - não permitiu que se identificassem e se caracterizassem, com o devido rigor, os complementos, cujo estudo é relativamente tardio. Pense-se por exemplo, nas discussões em torno da distinção entre objeto indireto e complemento relativo e da caracterização dos diferentes tipos de complementos substantivais. No que se refere aos sintagmas intervirgulados e móveis (como em *Durante as férias, vou à praia*), as preocupações são bastante recentes, embora alguns lingüistas já tivessem chamado a atenção para esse tipo de construção (4). O exame minucioso desses sintagmas conduz a importantes reflexões sobre sua mobilidade, suas relações com o núcleo da frase, as considerações semânticas daí decorrentes, problemas de coesão e de entonação. A gramática tradicional não desconheceu totalmente esse tipo de estrutura, pelas referências que fez aos advérbios de oração e às orações intercaladas; contudo, por falta de uma visão de conjunto, acabou por ater-se a conclusões de caráter predominantemente semântico (5). Uma análise atenta das intercaladas poderia esclarecer alguns processos de gênese da frase.

Reconhecem-se, também em morfologia, exemplos de coesão maior ou menor entre os morfemas: em alguns derivados sufixais, como *lealdade* e *limãozinho*, os respectivos plurais (*lealdades* e *limõezinhos*) revelam que os dois sufixos não têm o mesmo grau de aderência aos radicais a que se atrelam.

Finalmente, cumpre observar que a sintaxe tradicional estabelece como limite máximo de investigação o quadro frasal. Em nível de frase, ainda há muito por esclarecer, como lembramos acima: uma conceituação mais rigorosa de objeto indireto, de complementos substantivais, etc. Todavia, alguns fatos sintáticos apontam para uma investigação em nível textual; por exemplo, a coordenação, o emprego do artigo, a sucessão e uso dos tempos verbais, etc. (6). Não poderíamos deixar, aqui, de fazer referência aos estudos pioneiros do professor Dr. Isaac Nicolau Salum (ex-titular da área de Filologia Românica da FFLCH-USP), que, com o seu método de “Abordagem lingüístico-retórica do texto”, já chamava a atenção para certas questões de sintaxe: o caráter coesivo do aposto e do vocativo (em nível textual), o grande número de casos de aposição, a existência de novos tipos de orações intercaladas, etc. (7). Assim sendo, uma investigação adequada dos problemas sintáticos deve concentrar-se nos dois níveis, o frasal e o textual.

Da mesma forma, a fixação na sintaxe frasal impediu que se percebesse, nos vocábulos compostos, uma micro-sintaxe (distinta da sintaxe da frase), que permitiria a explicação das regras de flexão de gênero e número desses substantivos, sem as oscilações com que esse fenômeno vem sendo apresentado em nossas gramáticas. Ainda não se deu a devida importância ao ensaio de Benveniste, “Fondements syntaxiques de la composition nominale” (8), em que o autor assinala que o composto resulta da transformação de um anunciado sintático livre. Bem anterior ao artigo de Benveniste é o *Traité de la formation des mots composés ...*, de A. Darmesteter, que, numa perspectiva fundamentalmente histórico-comparativa, já tinha observado a existência de uma sintaxe dos compostos, com um enfoque marcadamente psicológico.

Não cremos ter feito o levantamento de todas as diretrizes para a elaboração de uma gramática descritiva; conscientes de nossas limitações, pensamos, todavia, que uma gramática, que se pretenda rigorosa e moderna, deve conter observações resultantes da reflexão sobre as questões aqui expostas.

NOTAS

- 1- É o que pretende a *Gramática descritiva do português*, de Mário A. Perini, em que muitos conceitos são revistos e questionados; contudo, o autor não nos oferece uma verdadeira gramática descritiva, propondo-nos apenas que repensemos alguns princípios básicos.
- 2- Cf. “Coordinación latina y coordinación románica” (p.203-30), in *Estudios de lingüística románica*.
- 3- Excelente estudo dessa diferença encontramos em R. Navas Ruiz: *SER y ESTAR. Estudio sobre el sistema atributivo del español*, em que o autor faz também referências a todos os gramáticos que se preocuparam com essa questão.
- 4- Assim, O. Jespersen, em *A modern English grammar* (7 volumes, dos quais 5 dedicados à sintaxe), estabelece o conceito de “extraposição”, mostrando como essa construção evoluiu para as apositivas ou para as quase predicativas, e destas para as predicativas propriamente ditas (cf.v. III - p.355-83). Não podemos deixar de men-

cionar as obras mais recentes de N. Dupont e P. Le Goffic (v. Bibliografia). Na linha distribucio na lista, merece especial destaque *The structure of American English*, de W. Nelson Francis (p.399-409).

- 5- Cf., por exemplo, as *Lições de português pela análise sintática*, de E. Bechara (p.80 (§ 19) e 108-9 (§ 4b)).
- 6- Obra de consulta indispensável para esclarecimentos sobre lingüística textual é a *Introducción a la lingüística del texto*, de E. Bernárdez.
- 7- Lembre-se que E. C. Pereira, em sua *Gramática expositiva*, já mencionava a existência de nexos entre frase, como as conjunções coordenativas *continuativas* ou *transitivas* (cf. p. 172-3).
- 8- Cf. E. Benveniste - *Problèmes de linguistique générale*. v. II, p.145-62.

BIBLIOGRAFIA

- BECHARA, E. - *Lições de português pela análise sintática*. 11. ed. Rio de Janeiro, Grifo, 1978.
- BENVENISTE, E. - *Problèmes de linguistique générale*. v.II. Paris, Gallimard, 1974.
- BERNARDEZ, Enrique - *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe, 1982.
- CAMARA Jr., J. Mattoso - *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- COSERIU, E. - *Estudios de lingüística románica*. Madrid, Gredos, 1977.
- DARMESTETER, A. - *Traité de la formation des mots composés dans la langue française*. 2. éd. Paris, Emile Bouillon, 1894.
- DUPONT, Norbert - *Linguistique du détachement en français*. Berne, Peter Lang, 1985.
- FRANCIS, W. Nelson - *The structure of American English*. New York, Ronald Press, 1958.
- JESPERSEN, Otto - *A modern English grammar on historical principles*. Copenhagen/London, Einar Munksgaard/George Allen & Unwin, 1949 (7 v.).
- Le Goffic, Pierre - *Grammaire de la phrase française*. Paris, Hachette, 1993.
- MACIEL, Maximino - *Grammatica descritiva*. 10. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1926.
- NAVAS RUIZ, Ricardo - *SER y ESTAR. Estudio sobre el sistema atributivo del español*. Salamanca, 1963.
- PEREIRA, E. Carlos - *Gramática expositiva*. 103. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1957.
- PERINI, Mário A. - *Gramática descritiva do português*. São Paulo, Ática. 1995.

TRANSCRIÇÕES

SOBRE A NOSSA UNIDADE LINGÜÍSTICA

Nós, brasileiros, não nos damos muita conta de que este país é um milagre absolutamente único no mundo. Nenhum outro, com extensão parecida, tem a unidade lingüística, cultural e até mesmo religiosa que tem o Brasil. Essa unidade, que possibilitou quase sem esforço a unidade política, é o legado que nos deixou Portugal. Legado que tratamos com indiferença, como se natural fosse, quando não o desprezo dos ignorantes e do desperdício dos pródigos.

(Do artigo *Língua e Cultura*, de Márcio Moreira Alves, publicado na edição de *O GLOBO*, de 31 de janeiro do corrente ano)

*

A UNIDADE LINGÜÍSTICA DA COMUNIDADE LUSO-AFRO-BRASILEIRA

"Na comunidade lusófona, ou nos unimos ou nos diluímos". A afirmação foi proferida em Fátima pelo Cardeal D. Alexandre do Nascimento, presidente da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, no encerramento do primeiro encontro de delegados da Igreja Católica dos países lusófonos.

De modo unânime, os bispos dos sete países lusófonos presentes – Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe – concordaram com a expressão e o fundamento de que "a língua portuguesa é a sua janela para o mundo", assim como o seu "traço de identidade e o fator de unidade".

(De *O Mundo Português*, de 16 de maio de 1996)

NOTAS E COMENTÁRIOS

24º CONGRESSO ALEMÃO DE ROMANÍSTICA

Dr. Eberhard Gärtner
Leipzig - Alemanha

Nos dias 25 a 28 de setembro de 1995, realizou-se na antiga cidade universitária de Münster, na Vestfália, o 24º Congresso Alemão de Romanistas, organizado, de dois em dois anos, pela Associação Alemão de Romanistas (DRV), que compreende romanistas de todos os países de língua alemã (Alemanha, Áustria e Suíça). Em dezotoitoseções foram debatidos, durante três dias e com base em mais de duzentos contribuições, problemas atuais da Filologia Românica, na sua mais ampla acepção.

Sendo impossível descrever, por mais sumariamente que fosse, toda a gama dos temas tratados, limitamo-nos a dar aqui o rol das 18 seções com os seus respectivos títulos e subtítulos.

Seção 1: “Problemas de câmbio lingüístico e Lingüística Histórica”, subdividida em duas subseções: 1a: “A mão invisível e a seleção do falante: tipologia e processos do câmbio lingüístico na România”, organizada por Thomas Stehl (Bremen) e 1b: “Gramaticalização:”, organizada por Petra Thiele (Berlim) e Susanne Michaelis (Bamberg).

Seção 2: “Diatese, transitividade, estrutura informacional nas línguas românicas”, organizada por Hans Geisler (Munique) e Daniel Jacob (Friburgo).

Seção 3: “Bases de uma gramática do texto das línguas românicas”, organizada por Chistian Schmitt (Bona) e Alberto Gil (Bona).

Seção 4: “Gramática das línguas românicas e Gramática Universal”, organizada por Georg A. Kaiser (Hamburgo) e Jürgen Meisel (Hamburgo).

Seção 5: Esta seção, a ser organizada por Franz-Joseph Meibener (Berlim) e Manfred Prinz (Colônia) e que iria dedicar-se à “Poliglossia e gramaticografia inter-

românica”, não chegou a realizar-se no âmbito do Congresso de Münster, por motivos alheios. Dada a importância do tema para a didática de línguas estrangeiras, foi anunciada a realização de um colóquio sobre o tema, num momento posterior, na Universidade Justus-Liebig de Gießen.

Seção 6: “Fraseologia das línguas românicas”, organizada por Elisabeth Gülich (Bielefeld) e Annete Sabban (Hildesheim).

Seção 7: “A herança lingüística do Colonialismo em África e na América Latina: balanço e perspectivas dum ponto de vista romanístico”, organizada por Peter Cichon (Viena).

Seção 8: “Minorias na România”, organizada por Dieter Kattenbusch (Gießen).

Seção 9: “Québec - les enjeux d’une francophonie lointaine”, organizada por Edwar Reichel (Dresden), Maria Lieber (Dresden) e Ingo Kolboon (Dresden).

Seção 10: “Anticolonialismo literário e ‘tiermondime’ nas suas relações com as literaturas francófonas da África e do Oceano Índico (1900-1945)”, organizada por János Riesz (Bayreuth).

Seção 11: “O olhar retribuído. A França e o Maghreb à luz de encontros e confrontos literários. Regards sur le Maghreb - Regards sur la France. Les écrivains de langue française à la recherche de *L’AUTRE*”, organizada por Elisabeth Arend (Göttingen) e Fritz Peter Kirsch (Viena).

Seção 12: “Estruturas de dominação e a sua superação..., organizada por Christoph Strosetzki (Münster).

Seção 13: “Formas de padronização e canonização literárias e culturais dentro do mundo lusófono - África, Brasil, Portugal”, organizada por Manfred Prinz (Colônia).

Seção 14: “A expansão da România a partir do século 15”, organizada por Ronald Daus (Berlim) e Christian Foltys (Berlim).

Seção 15: “Cine(Ro)Mania: Intertextualidade e Intermedialidade no cinema românico”, organizada por Jochen Mecke (Heidelberg) e Volker Roloff (Siegen).

Seção 16: “Bestiários entre a Idade Média e o Moderno”, organizada por Georg Maag (Stuttgart) e Gisela Febel (Stuttgart).

Seção 17: “O republicanismo judeu na França. Le républicanisme juif en France”, organizada por Christoph Miething (Münster).

Seção 18: “Aspectos do lirismo italiano do século 20”, organizada por Manfred Lentzen (Münster).

Como é natural, tratando-se de Congresso de Romanistas, muitas das contribuições baseavam-se em dados lingüísticos tirados de várias línguas românicas, ou, obe-

decendo à tradição romanística da Alemanha, tinham o francês como base de dados.

Não obstante, as línguas ibero-românicas, desempenharam também um papel considerável. O português foi tematizado nas seguintes contribuições, ordenadas por seções:

Seção 1: Tendências de gramaticalização no português substandard (Christoph Petruck, Manhehim); Sobre o papel dos mecanismo de gramaticalização na formação de locuções perifrásticas verbais de sentido repetitivo na Ibero-românia (Petra Thiele, Berlim).

Seção 3: Perguntas de controle e semelhantes no Português (Jürgen Schmidt-Radefeldt, Rostock).

Seção 4: Análise contrastiva dos clíticos nas línguas ibero-românicas (Sibylle Breilmenn-Massig, Colônia); Preferred argument structure” (PAS) e a descrição tipológica (no exemplo do espanhol e do português falados).

Seção 6: Sobre o emprego textual de fraseolexemas com base em diários e semanários portugueses (Christine Hundt, Leipzig).

Seção 7: “Eu vivo minha língua materna em outra cultura”. Anotações sobre a “brinciação” do escritor moçambicano Mía Couto (Ilse Pollack, Viena).

Seção 8: Portaliano e Portunhol. Fenômenos de comunicação intercultural na Sul do Brasil (Joachim Born, Dresden).

Seção 12: Macunaíma e Serafim Ponte Grande: Decomposição literária da realidade como subversão do poder (Horst Nitschack, Essen); A imagem das relações entre os sexos na moderna literatura feminista do Brasil (Gigi Reisner, Salzburg).

Seção 13: Machado de Assis - clássico brasileiro ou universalista? (Erhard Engler, Berlim); Portugal e Angola ou a expulsão do paraíso terrestre: a guerra colonial em *Eu vim para ver a Terra* (1965) de Maria Ondina Braga (Helmut Feldmann, Colônia); Recolonização lingüística de Portugal pelas ex-colônias (nomeadamente o Brasil) (Sebastião Iken, Colônia): ‘Menino, sabes o que é a Pátria?’ - ou da confrontação dos jovens combatentes portugueses com o Ultramar em guerra, nas perspectivas de Antônio Lobo Antunes (Os cus de Judas) e Lidia Jorge (A Costa dos Murmúrios) (Maria do Céu Mascarenhas, Colônia/Lisboa); Língua brasileira? - A língua como fator de identidade nacional. Discussões, polémicas e tomadas de posição nos séculos 19 e 20 (Marga Graf, Aachen); A imitação da ‘Imitação’ (Suzi Franki Sperber, Campinas); Políticas de identidade e de globalização: revendo o cânone estabelecido pela história das literaturas nacionais latino-americanas (Silviano Santiago, Rio de Janeiro); O Brasil - modelo cultural-literário para países africanos (Manfred F. Prinz(Düsseldorf/Colônia); A recepeção do Brasil na literatura alemã mais recente (Thomas Sträter, Colônia); Globalização, a soberania e dependência cultural nas relações entre o Centro e a Periferia (Lourenço Rosário, Maputo).

Seção 14: Fenômenos de substandard no português brasileiro e africano (Eberhard Gärtner, Leipzig).

As contribuições são tradicionalmente publicadas pelos organizadores das respectivas seções em publicações lingüísticas alemãs, não havendo portanto Actas do Congresso propriamente ditas.

O próximo Congresso Alemão de Romanistas realizar-se-á, em 1997, na cidade de Dresden, capital do Estado Federado da Saxônia, cuja Universidade Técnica, transformada em Universidade plena depois das mudanças políticas e da reunificação da Alemanha, voltou a ter um Instituto Românico, continuando assim uma tradição romanística interrompida durante quase sessenta anos.

NOTA DA REDAÇÃO

O Prof. Dr. Eberhard Gärtner é lúcido cultor dos estudos de língua portuguesa no amplo leque de seu espaço cultural. Já esteve duas vezes entre nós e, da segunda vez, veio especialmente convidado pelo Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, a fim de participar, como conferencista, do Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente. O tema que então desenvolveu - "O português de Angola a Moçambique" - foi substancial contribuição para o melhor conhecimento dessa variedade africana da língua portuguesa. Do elenco da matéria tratada no 24º Congresso Alemão de Romanistas, realizado em Münster no passado setembro de 1995, pode-se constatar desde logo, ter sido grande o interesse pelos estudos de língua portuguesa, entre os quais o português do Brasil figurou com justo destaque. Quando, infelizmente, certos setores timbram em acentuar, senão mesmo dar como aquisição científica, uma suposta desvinculação do português americano do português europeu e, mais, apontar fraturas numa unidade idiomática que raia pelo óbvio, reconforta ver no exterior serem feitas pesquisas com outro espírito e mais consentâneas com a realidade dos fatos.

O Prof. Gärtner é catedrático recentemente concursado da Universidade de Leipzig.

*

VI REUNIÃO INTERNACIONAL DE CAMONISTAS

José Augusto Cardoso Bernardo
Coimbra - Portugal

Promovida pelo Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos em colaboração com o Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras de Coimbra, decorreu de 16 a 19 de abril de 1996, nas instalações desta mesma Faculdade, a VI Reunião Internacional de Camonistas. O Congresso, que retomou uma linha de reflexão crítica iniciada em Lisboa (1972) e continuada depois em Niterói (1973), Coimbra (1980), Ponta Delgada (1983) e São Paulo (1987), contou desta vez com a presença de 287 participantes de 10 nacionalidades, em representação de 22 Universidades e de um conjunto muito numeroso de outras instituições de ensino superior e do ensino básico e secundário.

Foram 49 as comunicações apresentadas, repartidas pelas cinco linhas de reflexão sugeridas aos congressistas: crítica textual, intertextualidade e interdiscursividade, sentido e forma, problemas de recepção e didática. E, embora a acentuada desproporção verificada entre algumas destas linhas acabasse por contrariar a intenção inicial dos organizadores, o fator mais saliente a este propósito foi, sem dúvida, o desequilíbrio entre o número de trabalhos dedicado a cada um dos diferentes modos discursivos por que se reparte a produção camoniana. Com efeito, embora se tivesse mantido a já tradicional repartição entre a Lírica e a Épica (com o Teatro a ser praticamente esquecido), a verdade é que as comunicações que versaram aspectos do lirismo avultaram, desta vez, numa percentagem nunca antes verificada em reuniões deste gênero.

É certo que a própria circunstância das comemorações do 4º centenário da publicação das *Rhytmas* pode não ser alheia a esta focagem privilegiada; mas também é verdade que a quantidade e a qualidade dos estudos aparecidos nos últimos quinze anos vinham já apontando para a concepção da Lírica como o repositório privilegiado da modernidade camoniana.

A fortuna da recepção dos textos líricos de Camões, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, não se traduz apenas na exegese direta desses mesmos textos, estendendo-se ao próprio *corpus* épico, que através do que poderíamos designar por paradigma de leitura lírica d'*Os Lusíadas* quer através de uma hermenêutica conjugada e transversal da Épica e da Lírica, em busca das marcas de um idioleto poético tido por inconsútil.

De resto, a avaliar pelo teor das comunicações que neste Congresso versaram sobre a Épica camoniana, parece confirmar-se desde logo a tendência para superação das análises seccionadas e rarefeitas d'*Os Lusíadas* (de tão ampla circulação nos meios escolares) e para a sua substituição por leituras integrativas do poema concebido como um todo composto mas orgânico.

1. Assim, Hélder de Macedo retomou uma linha interpretativa que vem desenvolvendo desde os anos 80, colocando a tônica na autoreferencialidade do poema. A idéia conjugada de que Camões é o autor do Gama viajante e narrador, de que *Os Lusíadas* consagram a própria aventura da escrita e de que as “puras verdades” dimanam da própria poesia mais do que do domínio da estrita fatualidade, configura um paradigma de leitura “esteticista”, submetendo a história ao mito, que a refunde, servindo-lhe ao mesmo tempo como estratégia de idealização e de rasura.

Num registo não muito afastado desta linha podem entender-se as comunicações de Maria Helena da Rocha Pereira e Luís de Sousa Rebelo: a primeira sublinhando a novidade camoniana colhida na inspiração das Tágides e na superação das “musas antigas” e das “musas estranhas” e a segunda acentuando o carácter “eutópico”(e não apenas “utópico”) da Ilha dos amores, no que o termo encerra de virtualidades regeneradoras que se adequam ao tempo de Camões e que, segundo Sousa Rebelo, não se ajustam menos ao nosso.

Aníbal Pinto de Castro, por sua vez, situou a épica camoniana entre os limites da verdade e da verossimilhança, mostrando que, embora partindo de matéria recolhida em fontes historiográficas, o autor segue a lição de Aristóteles, servindo-se de vários expedientes de transformação poética, que vão desde o lirismo e do drama até à mitologia, concebida ao mesmo tempo como via de expressão confessional e como porta aberta para o plano do maravilhosos.

Sobre a tensão entre a verdade e o mito haveria também de incidir a comunicação de Luís Oliveira e Silva que, na seqüência dos trabalhos anteriores centrou a sua análise nos pressupostos axiológicos que estruturam o poema, defendendo a tese de que as posições essencialmente conservadoras em que o narrador se apoia não o colocam ao abrigo de algumas contradições que abrangem aspectos controversos do poema como a questão do herói sinóptico, e valores como a Fama, a Glória e a Dignidade. Em torno dos códigos poéticos presentes n'*Os Lusíadas* situam-se ainda as comunicações de Olga Ovtchavenko (a tradutora russa d'*Os Lusíadas*) e Hélio Alves, com a primeira a sublinhar o registo realista de alguns passos do poema e o segundo a integrá-los num devir que os vai afastando da luz e da mesura renascentistas e os encaminha para a obscura complexidade do Barroco.

Ocupando-se ainda expressamente d'*Os Lusíadas*, Almeida Pavão assinalou a presença explícita do poeta no seu próprio texto e o amplo leque de tonalidades líricas e de intervenções críticas que daí resultam, considerando que a figura do epifonema contribui para uma maior humanização do poema, compensando mesmo o convencionalismo formal de alguns aspectos da epopéia.

Por fim, e já no rasto de uma poética camoniana de incidência global, Telmo Verdelho destacou a importância da figura da Musa enquanto tópico metalinguístico que funciona, no que respeita à lírica e à épica, como base motivadora de todo o processo de interlocução discursiva, feita muitas vezes mais de pulsão confessional do que de simples labor de arte e de engenho.

2. Pese embora à importância e à novidade de algumas comunicações centradas na epopéia camoniana, o aspecto que mais haveria de merecer a atenção expressa dos congressistas seria, porém, o Sentido e a Forma do Lirismo camoniano.

Apesar de referir ainda alguns exemplos da Épica, Maria Vitalina Leal de Matos deteve-se sobretudo na Lírica, sublinhando a identificação entre o desconcerto e a negação da Razão como via para o conhecimento, lembrando, na sequência de uma linha de leitura que lhe é muito cara, que o único conhecimento possível para o sujeito poético é o conhecimento interior. Como vias de superação da carência cognitiva, foram analisadas duas vias: a mitologia, que em Camões supera a pura função de ornato para revestir uma dimensão marcadamente axiológica, e a dialética da ascese, que há de conduzir à luz da Jerusalém Celeste, antevista no final das rondas de “Sóbolos rios que vão”.

José Carlos Seabra Pereira, Rita Marnoto e Maria Tereza do Nascimento situaram-se também no mesmo registo de análise: o primeiro salientando a cisão interior (de ascendência agustiniana e petrarquista) como causa das muitas tensões que atravessam tragicamente o lirismo de Camões, a segunda acentuando a dimensão interrogativa da lírica camoniana e o convívio difícil que nela se opera entre a necessidade do canto e a sua impossibilidade plena; por fim, a terceira, rastreou as coordenadas do tempo e do espaço, para confirmar a natureza decisiva da distância e da memória como via precária de compensação.

Da importância da memória falaram ainda Silvano Peloso, Maria do Céu Fraga e Xosé Manuel Dasilva: o primeiro, atendo-se ao circuito operado entre as palavras e as imagens, insistiu no recurso do poeta a uma complexa série de expedientes mnemotécnicos de carácter temático e estilístico; a segunda provou o reinvestimento e a potenciação idiolectal das fórmulas que caracterizam a chamada “poesia de catálogo” e de “definição”; o último, por sua vez, procedeu a uma leitura de três sonetos de Camões (por si considerados como “sonetos-prólogo”) à luz da teoria petrarquista da poesia como *imitatio vitae*, destrinchando os vários planos em que devem situar-se as situações evocadas e os nexos autobiográficos por elas suscitados.

A comprovar a primazia do estudo do lirismo está, por fim, a circunstância de lhe terem sido dedicadas as lições de abertura e de encerramento do Congresso, a cargo respectivamente de Vítor Manuel Aguiar e Silva e Eduardo Lourenço. Assim, enquanto o primeiro procedeu a uma interpretação das elegias de Camões como expressão de “uma das mais pungentes e conturbadas confissões da lírica camoniana” e

como “o lugar privilegiado do confronto do poeta com os fantasmas nodais do Amor e da Morte”, o segundo, partindo da revolução operada por Petrarca na sensibilidade amorosa do Ocidente, desenvolveu uma interpretação da ontologia e da fenomenologia do amor camoniano, destacando marcas específicas quer em relação à mulher amada (recorrentemente metaforizada na figura da ninfa furtiva e não na figura de uma musa concreta, como sucedia em Petrarca ou em Garcilaso), quer em relação à representação da Natureza a ao valor órfico e substitutivo do próprio canto poético.

3. No domínio das relações intertextuais e interdiscursivas e para além das sugestivas aproximações entre a poesia e a pintura enviadas por Sylvie Deswartes-Rosa e da interessantíssima aproximação estabelecida por Sebastião Pinho entre a descrição camoniana da Europa e algumas representações alegórico-cartográficas que precedem a 1ª edição d’*Os Lusíadas*, o Congresso contou com contributos variados: no domínio da Lírica, Carlos André procedeu a novos desenvolvimentos de um trabalho que já vinha realizando, comparando as redondilhas de “Sôbolos rios que vão” com outras paráfrases do salmo 136 levadas a cabo por humanistas em português e em latim; Nair de Nazaré Castro Soares aproximou a intencionalidade cívico-pedagógica d’*Os Lusíadas do De regis institutione et disciplina*, de D. Jerônimo Osório, Thomas Earl sublinhou diferenças significativas de forma e de conteúdo entre as poesias de Camões e de Ferreira dedicadas ao Vice-Rei D. Constantino de Bragança; José Vitorino de Pina Martins estabeleceu aproximações plausíveis entre o pensamento de Sá de Miranda e o episódio do Velho do Restelo, defendendo a presença (explícita ou implícita) do modelo ético e cívico do poeta da Tapada na descrição e nas falas do velho de “aspeito venerando”.

Por fim, Vasco Graça Moura, para explicar a lenta constituição da matéria épica d’*Os Lusíadas*, invocou uma dinâmica hipotextual compósita que se estende de tradição encomiástica dos humanistas de meados do século XV, às fontes historiográficas e cosmográficas e aos preceptistas de pendor virgiliano, salientando o peculiar compromisso que daí resulta entre a teoria e a prática poética, entre o plano cívico e o plano da arte.

4. A recepção da obra camoniana, quer pela via da tradução quer pela via da valoração quer ainda e sobretudo através da criação poética, mereceu também a atenção de vários congressistas: Harold Livermore trouxe-nos um exame criterioso de algumas versões inglesas da Lírica, Nicolas Extremera Tapia confirmou-nos a extraordinária vitalidade do estro camoniano nos épicos espanhóis do Siglo de Oro, Antônio Cirurgião apresentou-nos D. Francisco de Portugal, um dos muitos emuladores de Camões no século XVII. George Monteiro apontou sinais seguros da recepção de Camões em Edgar Allan Poe e Maria Isabel Morán Cabanas proporcionou-nos um interessantíssimo trabalho de aproximação entre os *Os Lusíadas* e *Os Calaios*, poema galego de finais de 800 e Silvio Castro analisou projeções e interversões camonianas na obra de Carlos Drummond de Andrade. Da área da Germanística vieram os contributos de Catarina Isabel Martins, Maria Cristina Carrington da Costa e Julia Machado Garraio que nos facultaram provas elucidativas da presença de alguns biografemas camonianos na ficção alemã pós-romântica e, já

numa linha da recepção crítica, Hugo Laitenberg er apresentou um documentado trabalho acerca da sobrevivência da tradição alemã (Schlegel, Bouterwek, Storck e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos) no camonismo português dos nossos dias.

Finalmente e no domínio da criação portuguesa, pudemos apreciar o belíssimo retrato de congenialidade entre Camões e Garrett traçado por Cleonice Berardinelli, a relação de complexo agonismo entre Os *Lusíadas* e a *Mensagem*, estabelecida por Antônio Apolinário Lourenço e a utilização da lenda biográfica de Camões forjada pelo Visconde de Juromenha e por Aquilino Ribeiro na peça de José Saramago *Que farei com este livro?*

5. Insuficientemente desenvolvida foi, sem dúvida, a área que diz respeito aos trabalhos de fixação crítica, na qual permanecem em aberto questões decisivas, sobretudo no que respeita à Lírica e ao Teatro. E foi justamente nestes dois domínios que se centraram as comunicações de Maria Micaela Ramón Moreira e José Silva Terra: a primeira fornecendo pistas para o estabelecimento crítico das canções camonianas e o segundo lançando as bases para uma muito necessária edição crítica do *Auto de Filodemo*.

A área da Linguística (escassamente contemplada em si mesma) acabaria porém por contemplar o filão da crítica textual. E se a comunicação enviada por Leodegário de Azevedo Filho versou um aspecto pontual da acentuação fonética e fonológica, explicitando critérios que sustentam a sua edição da Lírica, Evanildo Bechara reportou-se, de forma mais abrangente, ao “usus scribendi” e “dicendi” de Camões, recorrendo a abundantes exemplos da tradição manuscrita e impressa, comprovando entre outras coisas a existência da dupla grafia.

6. Não foram ainda muito numerosas as comunicações que incidiram expressamente sobre as coordenadas contextuais da criação camoniana. A esse respeito contamos com o contributo de Virgínia de Carvalho Nunes que submeteu os “Disparates da Índia” a uma análise de caráter contextual (e intertextual) e com as reflexões camonianas de Américo Costa Ramalho que esclareceu de forma convincente alguns equívocos acerca da ligação de Camões à casa dos Noronhas, da tença de Camões, cujo valor relativo ponderou à luz de elementos novos, da efetiva existência de tentativas de canto épico por parte dos humanistas ou da circunstância provável de a Ilha dos Amores, apesar do seu caráter indesmentivelmente alegórico, poder reportar-se a um modo real: a Ilha de Santa Helena.

7. Conscientes da especificidade de que se revestem os problemas da didática do texto camoniano e da necessidade de a esse respeito se reforçar a cooperação entre a docência e a investigação universitária, por um lado, e as práticas pedagógicas a nível dos ensinos básico e secundário, por outro, a Comissão Organizadora da VI Reunião Internacional de Camonistas decidiu promover uma mesa redonda sobre o tema, que contou com a participação de Amélia Pinto Pais e Maria do Carmo Vilaça de Sequeira, que analisaram criticamente a organização dos objetivos, dos conteúdos e das estratégias de aprendizagem reportadas à Épica, com várias propostas de

ajustamento, e de Maria Isabel Antunes Vaz, que centrou a sua intervenção nas potencialidades encantatórias da Lírica, apontando algumas sugestões para o reforço da motivação dos alunos e dos professores.

8. Ao referir-se a Camões como mito português, Luciana Stegagno-Picchio sublinha a presença excepcional da figura do vate (considerado na lenda compósita da sua vida e da sua obra) desde o Barroco até os nossos dias, em planos que vão desde a cultura das elites até à cultura popular. No final da sua comunicação e invocando o seu estatuto de estrangeira, perguntou (pareceu-nos que com algum ceticismo) até que ponto poderá Camões sobreviver como mito projetivo e identitário de uma nação que se rendeu já à sedução demissionária desse outro mito biográfico-literário que é Fernando Pessoa, o “homem sem qualidades”, com pena mas sem espada, com pátrias espirituais mas sem aquela pátria de terra e de mar, que é literal sem deixar de ser simbólica.

A questão, embora perturbante, tem razão de ser. Mas é dessa mesma razão de ser que devem surgir as forças para evitar que Camões como realidade e como mito se cristalice ou entre em processo de dissipação. E é no contexto do chamamento a essas reservas de energia que se inscreve o apelo dramático que nos trouxe Maria Helena Ribeiro da Cunha, fundadora e diretora da *Revista Camoniana*. Afinal, foi dela também e do Brasil que nos vieram notícias de um novo projeto camoniano (a preparação de um glossário da lírica camoniana). É nesse e noutros projetos - e são tantos os que falta levar a cabo que deve estar a nossa fé. Fé em Camões, no que ele representa hoje e no que ele há de sempre representar para a Língua e a Cultura de matriz portuguesa, verdadeiramente impensável sem a sua presença tutelar e congregadora.

*

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Para além do tempo de discussão que se seguiu invariavelmente a cada sessão plenária e a cada série de comunicações livres, houve ainda lugar, durante a sessão de encerramento, à formulação de três propostas que mereceram a aprovação dos congressistas.

Amélia Pinto Pais assinou uma proposta de recomendação no sentido de que os *curricula* da Faculdade de Letras e de Humanidades passem a integrar uma cadeira de *Estudos Camonianos*, de frequência obrigatória para todos os estudantes dos Cursos de línguas e Literaturas Clássicas e Modernas que incluam a variante em Português.

Luciana Stegagno-Picchio e Silvano Peloso, da Universidade de Roma “La Sapienza”, manifestaram a intenção de propor a criação de um “Centro de Estudos Camonianos” aberto às outras Universidades italianas, a funcionar na dependência do “Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos” sediado em Coimbra.

Por fim, foi lida e aclamada uma proposta subscrita por Maria Helena da Rocha Pereira, Aníbal de Castro, José da Silva Terra e muitos outros professores de várias Universidades, manifestando apreço ao corpo redactorial da *Revista Camoniana* na pessoa da sua actual Directora (Maria Helena Ribeiro Cunha) e recomendando que se desenvolvam todos os esforços junto de entidades públicas e privadas para que lhe sejam concedidos os meios necessários à continuação do seu esforço em prol dos Estudos Camonianos.

(Texto elaborado e lido na sessão de encerramento por José Augusto Cardoso Bernardes, secretário da Comissão Organizadora)

Coimbra, 19 de abril de 1996.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

WILLERMART, Philippe (org.), (1995). *Gênese e Memória*, Anais do IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e de Edições, São Paulo, Annablume.

O Encontro foi realizado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo (USP), de 29 de agosto a 1º de setembro de 1994.

A Associação de Pesquisadores de Manuscritos Literários (APML), de que é Presidente o Prof. Dr. Philippe Willemart, vem desenvolvendo na USP notável trabalho no respeitante à Crítica Textual, em particular no referente à Crítica Genética. Já se realizaram quatro Encontros e o quinto se acha em processo de organização. Os presentes Anais dão bem a dimensão do que tem sido a fecunda atividade da Associação. Compareceram numerosos especialistas do Brasil: *São Paulo*: 13 (PUC) + 3 (UNICAMP) + 28 (USP) + 8 (UNESP), ao todo 52; *Rio de Janeiro*: 1 (BN) + 1 (FCRB) + 1 (LLP) + 1 (UERJ) + 7 (UFRJ) + 3 (UFF), ao todo 14; *Paráíba*: 1 (CJAm) + 9 (UFPB), ao todo 10; *Bahia*: 1 (UC-SAL) + 3 (UFBA), ao todo 4; *Minas Gerais*: 9 (UFMG); *Rio Grande do Sul*: 1 (PUC); *Santa Catarina*: 1 (UFSC).

De Portugal: 2 (Un. Porto) + 2 (Un. Nova de Lisboa), ao todo 4. Da Argentina, 3 (UN. de Buenos Aires). Da Itália, 1 (Esc. Norm. Sup. de Pisa). Da França, 3 (ITEM-CNRS) + 2 (Un. de Paris), ao todo 5. Do Canadá, 1 (Un. Colleege, Toronto).

O *Sumário* compreende as seguintes partes: Abertura, Gênese e Ciências, Manuscrito e Documentação, Práticas de Edição, Poética da Escrita. As conferências, em número de 4, foram proferidas pelos seguintes professores: Louis Hay (ITEM-CNRS) “La mémoire des signes”; Luís Fagundes Duarte (Un. Nova de Lisboa) “Prática de Edição: Onde está o Autor?”; Nelson Friedler Ferrara (Inst. de Física, USP) “O texto literário como sistema complexo” e Almuth Grésillon (ITEM-CNRS) “Aux limites de la genèse de l’écriture théâtral à la mise en scène”.

*

MOURA, Carlos Francisco (1993). *O descobrimento do Japão pelos portugueses 1543*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 64 págs.

O livro é dedicado ao saudoso Mestre Agostinho da Silva, “que, com o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, da Universidade de Brasília, deu início no Brasil aos estudos luso-nipônicos”. O historiador Carlos Francisco Moura é pesquisador de alto nível, nosso melhor conhecedor das relações culturais luso-nipônicas e integra atualmente o corpo diretor do recém-criado Instituto Luso-Brasileiro de

História, do Liceu Literário Português. Na “Apresentação”, o Dr. Antônio Gomes da Costa destaca, com a costumeira pertinência, as principais fontes em que se abeberou o A.: “textos extraídos do *Teppô-ki* (Livro das Espingardas), da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, do *Tratado dos descobrimentos* de Antônio Galvão, da *Década Quinta* de Diogo do Couto e da *História da Igreja do Japão* do Padre João Rodrigues Tçuzzu”. Consta o trabalho das seguintes partes: Apresentação, O achamento do Japão, Os que descobriram o Japão ao mundo, Imprensa da missão portuguesa nos séculos XVI e XVII, Bibliografia de temas luso-nipônicos e afins.

A contribuição do Prof. Carlos Moura é estudo sério, bem fundamentado e se ocupa de assunto ainda mal conhecido, qual seja a presença pioneira dos navegantes portugueses em terras do Extremo Oriente. Por todos esses motivos e mais alguns é livro que merece maior difusão, para melhor compreensão do que diz respeito à maior potência do mundo asiático em suas raízes mais profundas.

*

MACEDO, Antero de (1995). *Amor sem mácula*, Rio de Janeiro, Pallas.

O A. nasceu em Portugal, mas veio muito moço para o Brasil, onde continuou os estudos e profissionalizou-se. Da saudade da pátria e do amor ao Brasil surgiram estes versos repassados de um lirismo puro (“sem mácula”) e sincero. Fica por testemunho da perene fraternidade luso-brasileira.

*

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1995). *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 186 págs.

O Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho é sabidamente um de nossos mais devotados camonistas. A sua edição da obra lírica do genial vate lusitano, quaisquer que sejam as críticas que lhe possam ser feitas (em questão de Crítica Textual nunca há unanimidade), já em terceiro volume publicado pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda, de Lisboa, é contribuição poderosa quer no tocante ao delicado problema da atribuição de autoria (a 1ª edição da *Lírica* é póstuma, 1595, toda baseada em apógrafos, pois não se conhecem autógrafos do Poeta), quer no que diz respeito à fidedignidade do texto. De sua constante e zelosa aplicação no estudo da produção camoniana é fruto mais este volume em que Mestre Leodegário se aprofunda na análise do sentido da criação poética do *buon e dotto Luigi*. São os seguintes os capítulos do livro: Normas de transcrição textual, Introdução, Sobre o cânone lírico de Camões, As oitavas sobre o desconcerto do mundo, O desconcerto do mundo e a estética da utopia, A utopia bucólica da vida simples, Conclusão, Bibliografia.

O tema da Utopia retornou com maior intensidade e frequência ao campo filosófico-literário, em especial após a implosão do Império Soviético, que levou a uma reclassificação do marxismo revolucionário, que teve de passar da categoria de “socialismo científico” para a de “utopia moderna”. Mas, é claro, não é dessa natureza a utopia camonianiana e sim a da utopia clássica do *locus amoenus*, eco distante da nostalgia do Paraíso Perdido e jamais reencontrado. A não ser nos versos bucólicos das églogas virgilianas ou camonianas, de que Leodegário também se ocupa. Livro para ler com sabor e proveito.

*

MÁTTHESIS, revista da Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, Viseu 1995.

Consta o Índice de duas partes: I - Línguas, Literaturas e Culturas (16 artigos) e II - Formação, Pedagogia e Didáctica (6 artigos). Como são muitos os artigos, selecionaremos, a título de amostragem, alguns que dizem mais de perto com a área dos estudos lingüísticos: *O mundo clássico em Eugênio de Andrade*, de Maria Helena da Rocha Pereira; *Recreação Filológica*, de Walter de Medeiros; *Sobre a organização do Livro I da “Compilação” das obras de Gil Vicente*, de Jorge A. Osório; *O prólogo ao livro de José de Arimatéia e o pergaminho de Riba d’Âncora*, de Ana Cristina Almeida; *A pragmática lingüística e os novos programas de portugueses*, de Ana Cristina Macário Lopes.

Este volume de 340 págs, como o demonstra a qualidade dos artigos publicados, é bem representativo do alto nível acadêmico atingido pela Universidade Católica Portuguesa.

*

SERRA, Tânia Rebelo Costa (1994). *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*, Rio de Janeiro, Edições do Departamento Nacional do Livro, da Fundação Biblioteca Nacional, 553 págs.

Tânia Serra é presentemente professora de Literatura Brasileira na Universidade de Brasília, onde se formou. Doutorou-se em Letras pela New York University, tendo sido seu orientador o nosso preclaro crítico literário Wilson Martins, então lecionando na referida Universidade. Foi assim que surgiu a idéia e a realização deste estudo, que procura recuperar uma visão crítica mais justa da obra literária do “Dr. Macedinho”, empresa que teve seu ponto de partida em artigos de Temístocles Linhares vindos a lume na *Revista do Livro*, 1958/59. Os dois Macedos são para Tânia Serra o da 1ª fase, o *Macedo das Mocinhas*, que termina em 1867, e o da 2ª fase, a do *Macedo dos Adultos*, que se estende de 1867 a 1882, ano do seu falecimento. Num dos prefácios ao livro, salienta Wilson Martins que a Profª Tânia Serra

"realizou por conta própria um levantamento exaustivo de livros e publicações esparsas (como se vê nos Apêndices) de que nem eu, nem certamente os historiadores e críticos tinham qualquer conhecimento" (p. 9). Eis aí um filão a explorar pelos nossos especialistas em edições de textos modernos, para um estudo crítico de cunho genético ou mesmo voltado para a fixação de um texto fidedigno.

*

HEYE, Jürgen, Org. (1995). *Flores Verbais*, Homenagem Lingüística e Literária para Eneida do Rego Monteiro Bomfim, no seu 70º aniversário, Rio de Janeiro, Departamento de Letras, PUC-Rio, 414 págs.

Esta coletânea de estudos, em que compareceram colegas, amigos e alunos da Profª Eneida Bomfim, na passagem do seu septuagésimo aniversário, é justo preito de amizade, admiração e reconhecimento a quem vem dedicando frutuosamente toda uma vida ao estudo e ao ensino. A sua carreira docente foi realizada, em nível universitário, na PUC-Rio, onde permanece no desempenho exemplar de seus deveres magisteriais. Professora assídua, sempre atenta ao constante enriquecimento da disciplina que abraçou, a língua portuguesa, soube captar sem dificuldade, pela seriedade do magistério e segurança de conhecimentos, a confiança e estima dos alunos. Durante quase uma década, foi Coordenadora de Pós-Graduação do Departamento de Letras e hoje é decana do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Dispensável acrescentar que tem orientado numerosas dissertações de Mestrado e teses de Doutorado.

O conteúdo do volume se desdobra em duas partes. A primeira, a maior, destinada a contribuições sobre Língua Portuguesa e Lingüística e a segunda sobre Literatura Portuguesa, ao todo 30 trabalhos.

A apresentação material do volume é elegante e de muito bom gosto e reflete excelentemente o nível dos artigos que o compõem. Parabéns, portanto, também ao seu organizador, Prof. Dr. Jürgen Heye.

*

WEHLING, Arno (1994). *A invenção da História* (Estudos sobre o historicismo), Rio de Janeiro/Niterói, Universidade Gama Filho/Editora da Universidade Federal Fluminense, 260 págs.

O Prof. Dr. Arno Wehling é uma das personalidades mais representativas da atual geração de historiadores brasileiros. Recentemente eleito para presidir os destinos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o seu pecúlio cultural é garantia bastante de uma administração séria, eficiente e brilhante, na linha de seus antecessores. Não podia, portanto, ter sido mais bem inspirado o ato que o pôs à frente do

novel Instituto Luso-Brasileiro de História, do Liceu Literário Português, onde veio juntar-se à equipe dos que trabalham constantemente pela preservação e enriquecimento de um patrimônio cultural que tem suas raízes no solo histórico da lusitanidade.

O livro é uma longa reflexão filosófica, explorada em terreno científico, sobre o conceito de História, centrado na clave ideológica do *historismo* ou *historicismo*. O termo parece ter surgido em fins do século passado, num estudo de Karl Werner sobre Vico. O Prof. Wehling vê três fases no percurso epistemológico do termo, a saber: a) *Historicismo filosófico*, compreendendo a produção dos filósofos do séc. XVIII, até as obras de Kant e Hegel; b) *Historicismo romântico*, compreendendo a produção dos intelectuais contemporâneos do Romantismo até cerca de 1850 e corresponde ao apogeu do anti-racionalismo; c) *Historicismo cientificista*, compreendendo a produção da maioria dos cientistas sociais entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial, através das etapas do positivismo, do evolucionismo e do marxismo. O sentido geral do historicismo é, pois, o de seu caráter anticartesiano, por conseguinte anti-racionalista.

No estudo dessas fases sucessivas e de suas repercussões em terra brasileira é que se vai desdobrando o trabalho do Prof. Wehling, e disso evidentemente não nos podemos ocupar nesta breve notícia. Por isso iremos limitar-nos à enumeração dos seus capítulos, abertos com um Prefácio, também de indispensável leitura: A temática do historicismo; A temática do cientificismo; Tempo e História nas diferentes culturas; Um problema epistemológico iluminista: a sucessão histórica nos quadros de ferro do paradigma newtoniano; Kant e o conhecimento histórico (a idéia de história e a sociedade no século XVIII); Filosofia, metodologia e teoria da história: uma delimitação pelas respectivas origens; Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica; Tocqueville e a razão histórica; O historismo e as origens do Instituto Histórico; Capistrano de Abreu: a fase cientificista.

*

QUADRANT, nº 12, 1995. Revista publicada pelo Centre de Recherche en Littérature de Langue Portugaise, da Université Paul-Valéry-Montpellier III.

A revista é dirigida pelo eminente luso-brasiliense, Prof. Dr. Adrien Roig, que já esteve entre nós, participando do Congresso Internacional da Língua Literária Portuguesa, promovido pelo Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português. É uma ponte cultural de alto valor entre a França de sábios humanistas e as duas grandes pátrias lusófonas, mais unidas que separadas pelo Atlântico.

O Sumário contém os seguintes artigos: *Peligros de amor y trampas de lenguaje: DOM DUARDOS de Gil Vicente*, de Maria Rosa Álvarez-Sellers; *De la boulangère et du forgeron: un exemple de langage érotique dans l'oeuvre de Gil Vicente*, de Olinda Kleiman; *Un ouvrage oublié sur le Portugal et ses eaux thermales*, de Christophe Gonzalez; *Le langage poétique de PAULICÉIA DESVAIRADA de*

Mário de Andrade, de Adrien Roig; *La métaphore obsédante de la stalactite dans TRABALHO POÉTICO* de Carlos de Oliveira, de Marie Frances-Dumas; *Titologie de la fiction néo-réaliste*, de Maria Graciete Besse; *Um sonho Drummondiano: O Arquivo-Museu de Literatura*, de Eliane Vasconcelos; *Autour du nom dans O CHÃO SALGADO* de Maria Isabel Barreno, de Paulo Alexandre Jorge dos Santos; *Mia Couto: A LENDA DA NOIVA E DO FORASTEIRO ou la quête de la Mozambicanité*, de Francis Utéza; *A BARRAGEM, récit inédite*, de João de Melo. Seguem-se três comptes rendus e uma "position de thèse".

Com mais este número continua de parabéns o Prof. Dr. Adrien Roig.

*

REVISTA LUSO-BRASILEIRA, nº 3, de 1995, Rio de Janeiro.

É mais um número da Academia Luso-Brasileira de Letras, que tem por Coordenadores os nossos colegas Kepler Alves Borges, Presidente da Academia, e Francisco Silva Nobre, Secretário Geral.

A matéria do presente número é variada e de especial interesse e está assim distribuída: artigos, discursos acadêmicos, poesia. São os seguintes os artigos e respectivos colaboradores: *Luso-Brasilidade* (editorial), Sylvia da Costa Alves Borges, *D. João VI no Brasil*; Rosa Garcia, *Resplendor da Poética na História e na Literatura Camoniana*; F. Silva Nobre, *Centenário da morte de um peta bizarro*; Antônio Gomes da Costa, *Eça: 150 anos*; Fernando Corrêa de Sá Benevides, *Atualidade de Oliveira Martins*; Marcos Ribeiro Corrêa, *Guerra e Paz*; Luciana Barbosa Nobre, *Desabafo*; Dino Willy Cozza, *Dom João II, Construtor do Império Lusitana e Arquiteto do Brasil*; Fernando Sampaio, *Euclides da Cunha*; Cléa Gervason Halfeld, *Jóias*; Marta Nolding, *Conteúdos filosóficos e educacionais dos cantares jogrescos na Idade Média*; José Bonifácio Câmara, *O centenário de Waldemar Falcão*; Gabriel Bittencourt, *Os últimos anos da administração portuguesa no Espírito Santo*; Geraldo Halfeld, *Sílvio Romero*.

Como se vê, a luso-brasilidade continua de muito boa saúde.

*

ACTAS DA II JORNADAS UFF DE CULTURA GALEGA (1995). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Núcleo de Estudos Galegos. Publicação da Xunta de Galicia (16 a 19 de maio de 1994).

São as seguintes as autoridades educacionais brasileiras responsáveis por essas II Jornadas: Prof. Manuel Pereira Leite de Almeida, Reitor da UFF; Prof^a Maria Regina Kopschitz de Barros, Diretora do Instituto de Letras; Prof^a Maria do Amparo Tavares Maleval, Diretora do Núcleo de Estudos Galegos. A Jornada dis-

tribuiu-se em 10 mesas-redondas, cujos temas foram os seguintes (vão em língua galega): As orixes históricas de Galicia; Trobadorismo galego-português e Neotrobadorismo galego; Presencia de Galicia na poesía brasileira; Galicia na voz dos poetas; A diáspora galega na obra de Nélide Piñon; Aspectos do Galego: Testemunhos; o primeiro Rexurdimento galego: Rosalía de Castro; Trobadorismo galego-português: diversidades; Tradicións populares en Galicia.

Do nosso Instituto de Língua Portuguesa participaram com os seguintes trabalhos os professores: Antônio Geraldo da Cunha (O léxico medieval galego-português); Evanildo Cavalcante Bechara (A presença do galego nos estudos de língua portuguesa); Maximiano de Carvalho e Silva (O interesse pelos estudos galegos no Brasil: um testemunho); Sílvio Elia (A face galega do trovadorismo português).

A maior aproximação entre filólogos brasileiros e galegos se explica sem dificuldade, porque português e galego são irmãos gêmeos que só a separação política levou a superficiais diversificações.

*

TELES, Gilberto Mendonça (1996). *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*, Petrópolis, Vozes, 1996.

Gilberto Mendonça Teles é poeta inspirado e crítico literário arguto e competente. Por isso poesia e crítica se alternam em sua produção literária. Este livro que agora nos chega às mãos é disso claro exemplo. Se estamos em face de uma obra de alertado espírito crítico, também facilmente se percebe que é no espaço poético que ela melhor se realiza, mesmo quando o A. se volta para a escritura em prosa. Merecia sem dúvida recensão mais ampla; todavia, por ora, temos de limitar-nos à reprodução do *Sumário*, onde o leitor poderá dar-se conta das dimensões crítico-poéticas da obra gilbertiana. Ei-lo: Parte I – O lugar da Crítica e da História: Alguns problemas de teoria literária; Crítica e História; O processo da moderna poesia brasileira; O surrealismo na literatura brasileira; O lu(g)ar do sertão na poesia brasileira. Parte II – *A contemplação do poético*: "Ondula, ondeia, curioso e belo"; Do polichinelo ao arlequim; A experimentação na poesia; A utopia poética de Manuel Bandeira; O sentido das formas em Jorge de Lima; O discurso poético de Drummond; A viagem escritural de Abgar Renault; Fiat lux: ecce poesis. Parte III – *As margens da ficção*: Teoria do romance em Machado de Assis; História & Ficção; O andamento de *O Quinze*; A escrituração da escrita: uma leitura dos romances de Graciliano Ramos.

De destacar a importância da linguagem como forma de literariedade.

*

CONVERGÊNCIA LUSÍADA, revista do Real Gabinete Português de Leitura, nº 12, 1995, 278 p.

Reaparece, em nova fase, sob a presidência do Dr. Antônio Gomes da Costa, *Convergência Lusíada*, a veterana revista do Real Gabinete. O presente número é muito rico, quer pela quantidade quer pela qualidade da colaboração. A matéria do presente volume está assim distribuída: A) PÓRTICO: Um artista da palavra, Roberto Marinho: gratidão e estima (A. Gomes da Costa); B) VISÕES DA HISTÓRIA: Anotações ao estudo do infante D. Henrique (Maria Sonsoles Guerras Martin e Leila Rodrigues Roedel), a expansão marítima e a divisão do mundo (Hiran Roedel), Os primórdios do relacionamento de Portugal com o Japão (Sônia Regina Longhi Ninomiya), A carta de Pero Vaz de Caminha: a importância do seu estudo (Jaime Raposo Costa), O primeiro livro impresso no Brasil (A. Gomes da Costa, pesquisa de Maria Helena Varela), A ilha maravilhosa (Ettore Finazzi-Agrò), Primórdios do comércio de pau-brasil (Luiz Leite de Vasconcelos), Oliveira Martins e a arte de escrever a história (Paulo Franchetti); C) PERCURSOS PELO LITERÁRIO: O feminino no *Horto do Esposo* (Helder Godinho), A natureza brasileira segundo Fr. José de Santa Rita Durão e Garrett (Carlos d'Alge), Garrett, Machado de Assis e as opções impossíveis (Helder Macedo), Movimentos modernistas em Portugal e no Brasil: as revistas e os autores (João Alves das Neves), Fernando Pessoa: uma discursividade polifônica (Dionísio Vila Maior); D) LÍNGUA: A língua portuguesa e os seus dicionários (Mário Vilela); E) VIA MÍSTICA: A noite mística: senda da verdadeira fraternidade (Rodolfo Domenico Pizzinga e Ana Paula Magno Pinto); E) RELANCE SOBRE O TURISMO-CULTURA EM PORTUGAL: Aspectos do binômio turismo-cultura em Portugal (Belmiro Santos); F) REGISTRO: "a mulher e a palavra: vozes portuguesas e brasileiras": Mulheres portuguesas falam das relações Portugal-Brasil e da situação das mulheres em Portugal (Ana Vicente), Personagens femininas no teatro vicentino (Cleonice Berardinelli), O rosto e a casa (Mário Cláudio), Gilka Machado e as contradições do seu tempo (Sylvia Paixão), Guilhermina ou a liberdade é música (Maria Theresa Abelha Alves Marques), Afeitos, sobressaltos, cintilâncias, criaturas, escritas sem impostura (Lúcia Castelo Branco), Nove avisoa: mulheres urgentes (Jorge Fernandes da Silveira), Cânone, mulher, silêncio e grito (Laura Cavalcante Padilha), Mulheres e revolução: a cultura marialva posta em questão (Teresa Cristina Cerdeira da Silva), Moradas Terceras (poesia de Heloísa Maranhão), D. Sebastião (poesia de Neide Archanjo); F – NOTÍCIÁRIO.

A nova fase de *Convergência Lusíada* é prova cabal de que, apesar dos pesares, a Comunidade Luso-Brasileira continua viva, atuante e florescente.

*

REVISTAS CIÊNCIAS HUMANAS, ano 18, nº 30, agosto 1995.

Ciências Humanas é publicação da Universidade Gama Filho. O presente número dedica-se primordialmente a estudos de Filosofia e História, como, para exemplo, a Fenomenologia de Merleau-Ponty (Maria da Penha F. S. de Carvalho), Paul Ricoeur e a Realidade Latino-Americana (Alino Lorenzon), A sociedade aberta em Stuart Mill (Ubiratan Borges de Macedo), entre outros. Destaque para o artigo "Ortodoxia e flexibilidade nos primórdios da ação jesuítica", da autoria do Dr. Arno Wehling, Diretor do nosso Instituto Luso-Brasileiro de História, com a colaboração da Prof^a Maria José Wehling e do Prof. Paulo Parente.

Revistas universitárias como esta são testemunhos da excelente saúde cultural das principais instituições de ensino superior do país.

*

UNILETRAS, nº 17, dezembro 1995, publicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Direção do Prof. Raul José Sozim.

Consta o presente número dos seguintes artigos e respectivos autores: O gerúndio em espanhol e português: estudo contrastivo e aplicações pedagógicas (Balbina Lorenzo Feijó Hoyos e Rafael Eugênio Hoyos Andrade), As funções da linguagem verbal em *Senhora dos Afogados*, de Nelson Rodrigues (Thereza Cristina Pusch), A linguagem dos meios de comunicação (Ana Rosa Gomes Cabello e Vera Lúcia Dietzel), Os séculos XIX e XX frente à Estilística (Márcia Zan Madalosso Vieira), Uma análise semiótica (Beatriz Helena Dal Molin), Análise de uma crônica segundo estratégias lingüístico-ideológicas (Clarice Nadir von Borstel), Transculturación em *Bairestop* (Mônica Serra), O teatro de Machado de Assis (Adazil Corrêa Santos), Post-colonial voices in J. M. Coetzee's *Foe* (Thomas Bonnici), Ironia: eis a questão (Jair Antônio de Oliveira), Elogios e respostas: uma taxionomia descritiva (Aduari Brezolin), Os intelectuais em Pierre Bourdieu e Gramsci (Fábio Aníbal Goiris), Desordenar uma biblioteca: comércio & indústria da leitura na escola (Miguel Sanches Neto), Misteriosa esfinge eslava (Helena Kolody).

Como se vê, Sumário muito rico e cheio de interesse.

*

REVISTA DA ANPOLL, 2, 1996.

ANPOLL é sigla da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, no momento sob a presidência da Prof^a Dra. Sônia Maria van Dijck Lima, da Universidade Federal da Paraíba. Dando prosseguimento às atividades que colimam a realização dos objetivos para que foi criada, acaba de promover,

com pleno êxito, em João Pessoa, o XI Encontro Nacional da ANPOLL (02 a 06 de junho de 1996). Na oportunidade, foi lançado o 2º número da Revista, de aqui damos notícia. Destinou-se esse número a abrir espaço para a memória enquanto atributo humano passível de múltipla interpretação. Do nível alcançado pelos trabalhos apresentados dá bem a medida a relação constante do *Sumário*, que a seguir reproduzimos:

Afonso Henrique Fávero, *As memórias de Cyro dos Anjos*; Eduardo Guimarães, *Enunciação, Língua, Memória*; Ingedore Villaça Koch, *Cognição e processamento textual*; Konrad Koerner, *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*; Leda Maria Braga Tomitch, *Individual differences in text organization perception and working memory capacity*; Lúcia Teixeira, *Arrufos na memória*; Marcus Maia, *Language and priming memory*; Margarete Axt, *Memória e período de aquisição: indo além da questão metodológica*; Maria Cristina Fernandes Salles Altman, *Memórias da Lingüística na Lingüística Brasileira*; Philipe Willemart, *Um conflito de memórias: a memória singular em luta com a memória cultural (leitura da Escola das Mulheres, de Molière)*; Renato de Mello, *A memória e a experiência com a linguagem: uma leitura de Enfance, de Nathalie Sarraute*. Segue-se um *Depoimento*, de Hildo Honório do Couto (Crioulística e Letras e Lingüística) e uma *Resenha*, de Margarida Maria Taddoni Petter (*O crioulo português da Guiné-Bissau*).

Como se vê, a ANPOLL continua trabalhando no sentido de um constante desenvolvimento dos estudos de sua área de pesquisa. E que assim prossiga são os votos dos que aramos o terreno fugidio da sementeira humanística.

Sílvio Elia

**

O operoso filólogo José Pedro Machado reuniu, com o título *Ensaaios literários e lingüísticos* (Editorial Notícias, Lisboa, 1995), vários de seus artigos esparsos em revistas e jornais portugueses, todos de interesse para quem se dedica a estudar a sério a língua portuguesa e temas literários: *A carta proêmio do Marquês de Santilhana* (p. 7-49), *O elogio de Francisco Adolfo Varnhagen por Oliveira Lima* (p. 50-92), *Uma carta de Gonçalves Dias sobre a língua portuguesa* (p. 93-100), *Uma proposta para a impressão do Cancioneiro do Colégio dos Nobres* (p. 101-112), *Origens do português do sul* (p. 113-131), *Notícia de "certos negros que estam de Calecut pera a banda do sull"* (p. 132-148), *Sete cartas do Prof. José de Sá Nunes* (p. 149-163), *Dicionários: alguns dos seus problemas* (p. 164-172), *O Dicionário da Academia Brasileira de Letras* (p. 173-183), *O meu mestre e amigo Antenor Nascentes* (p. 184-190), *"Esta he a linguagem de Calecut"* (p. 191-204), *"Como vais, você?" e como vamos nós por cá ?* (p. 205-207), *Camões sem renovação da língua portuguesa* (p. 208-220), *Vale a pena pregar no deserto?* (p. 221-323), *Antônio de Moraes silva: notas biográficas* (p. 330-341), *Camões e a Mouraria* (p. 342-353), além de outros pequenos estudos de defesa da língua e de recordação de seus amigos e estudiosos, entre os quais está referência muito saudososa a Aurélio Buarque de Holanda (p. 299-300).

Move ao ilustre filólogo o fidelíssimo amor e devoção ao idioma pátrio e aos monumentos literários com que foram erigidos. Ao Professor José Pedro Machado somos-lhe gratos por esse amor e por sua devoção.

*

Com o título *Palavras a respeito de palavras: notas lexicais* (Editorial Notícias, Lisboa, 1992) reuniu o conhecido e competente filólogo português José Pedro Machado artigos publicados em revistas e jornais que versam sobre a história e particularidades de emprego contemporâneo de numerosas palavras de nosso léxico, bem como de nomes próprios, antropônimos e topônimos. A parte lexical propriamente dita (p. 71a 301), exposta em ordem alfabética, é precedida de considerações gerais sobre a confecção de dicionários com sua técnica e seus complexos problemas, a questão dos estrangeirismos e a presença da telenovela brasileira no cotidiano dos expectadores portugueses. De leitura amena e proveitosa, constitui o volume contribuição digna da atenção dos estudiosos, professores e utentes cultos da língua portuguesa, escrito por um dos grandes investigadores da lexicografia em Portugal.

*

De maneira gradual e correta, Antônio Martinez de Resende, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, preparou para os alunos de letras clássicas o

compêndio de elementos de latim intitulado *Latina essentia* (2ª ed./ Editora UFMG, 1996). De maneira simples, sem traír nem a complexidade gramatical nem a beleza estilística do idioma de Virgílio, vai A.M. de R. apresentando a seus alunos o sistema morfológico e sintático par a par, como sói acontecer com uma língua como o latim em que a forma dos lexemas nominais e pronominais está indissolúvelmente relacionada à sua função na frase. O livro de A.M. de Resende, pela clara exposição, pela excelência da doutrina, pelo *quantum satis* das informações e pela apresentação material cuidada, está fadado a desempenhar importante missão para quem, nessa quadra de renovação dos estudos clássicos no Brasil, deseja de maneira séria e amena preparar-se para ler no original as jóias que a literatura latina encerra.

*

Os *Quaderni di Filologia e Lingue Romanze* (Roma, Università di Macerata, 1995) chegam ao número 10, sob a direção competente de Giulia Mastrangelo Latini, com excelente elenco de artigos dedicados especialmente a textos literários românicos. Dentre os trabalhos, todos de muito bom nível, chamam-nos a atenção o de Patrizia Onesta sobre "La similitudine farfalla-amante. Possibile indizio di una influenza della poesia d'amore arabo-andalusa su quella provenzale" (p. 5-24) e o de Uberto Malizia "Intorno di rapporto musica e poesia in *Can vei la lauzeta mover: uno studio formale*" (p. 25-41), além do breve, mas substancioso artigo da diretora dos Quaderni "Sulla poesia di Dante Pasquali" (p. 327-335). *Confluência* congratula-se com o entusiasmo e a competência revelados nessa trajetória cultural do órgão de pesquisas literárias e filológicas da Università di Macerata.

*

A mais que centenária casa editora alemã Max Niemeyer Verlag, antigamente de Halle e hoje radicada em Tübingen, ofereceu-nos em 1994 o volume VI,2 do *Lexikon der romanistischen Linguistik*, ainda em curso, dedicado ao domínio galego e Português (Tübingen, 1994, 692 páginas). O ambicioso projeto tem a direção de três romanistas da moderna geração, conhecidos por trabalhos de importância nesse domínio dos estudos lingüísticos. A editora alemã Karl J. Trübner publicou no século passado enciclopédias lingüísticas dedicadas ao grupo clássico, germânico, iraniano e românico. Deste último exerceu influência decisiva o *Grundriss der romanischen Philologie*, com duas edições, dirigido por Gustav Gröber com colaboração dos melhores romanistas da época, onde sobressaem os estudos do substrato lexical do chamado latim vulgar de Gröber, da relação latim e românico de Meyer-Lübke, a gramática histórica do português de Jules Cornu e a história da literatura portuguesa de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Teófilo Braga, para só ficar nos estudos que tocam mais de perto à historiografia do português.

O *Lexikon* de hoje está programado para oito volumes-temas, repartidos em quatorze partes: as duas primeiras partes (ainda não saídas) tratarão de problemas histórico-científicos e de questões relativas a problemas gerais e metodológicos; as partes III e IV (ainda não saídas) estudarão a Romanística enquanto disciplina lingüística histórico-comparativa, especialmente a relação entre latim e língua românicas; as partes subsequentes de VI a XI tratam das línguas românicas numa visão sincrônica e diacrônica, nos diversos ramos das ciências lingüísticas (fonética, fonologia, morfologia, etc.). As partes finais versarão sobre contacto de línguas, migrações e tipologia. Encerrarão o *Lexikon* índices e indicações bibliográficas.

O *Lexikon* difere do *Grundriss* em vários aspectos: enquanto neste a língua era o alemão, naquele a língua varia com o colaborador, predominando o alemão e o português; o *Lexikon* investiga as línguas tanto sob o enfoque sincrônico quanto o diacrônico; os campos de interesse neste também são mais abrangentes do que no *Grundriss* e, por isso mesmo, a colaboração é menos extensa, e algumas o são por pagarem o preço do pioneirismo.

O volume que interessa mais de perto aos leitores da *Confluência* é, naturalmente, o dedicado ao galego e português; constitui o volume VI, 2, parte décima primeira do *Lexikon*. Fiquemos restritos, por amor à brevidade desta nota, à matéria relativa ao português. Os capítulos de fonética e fonologia e de entoação e prosódia estão a cargo de Jorge Morais Barbosa, de Coimbra (p. 130-148); a grafemática coube a Paul Teyssier, de Paris (p. 148-160); a flexão a Jaromír Tláškal, de Praga (p. 160-172); a formação de palavras a Mário Vilela, do Porto (p. 173-199); partículas e modalidades a Jürgen Schmidt-Radefeldt, de Rostock (p. 199-203); fraseologia a Christine Hundt, de Leipzig (p. 204-216); lexicologia e semântica a Mário Vilela (p. 216-232); morfo-sintaxe a Ana Maria Brito, do Porto (p. 233-240); sintaxe a Eberhard Gärtner, de Dresden (p. 241-270); lingüística textual a Elisabeth Rudolph, de Ahrensburg (p. 270-281); estilística a Wolfgang Roth, de Bochum/Osnabrück (p. 281-287); tipologia textual a Helmut Siepmann, de Aachen (p. 287-304); pragmatolinguística a J. Schmidt-Radefeldt (p. 304-308); língua falada e língua escrita a Michael Scotti-Rosin, de Mainz (p. 308-313); língua e meios de comunicação a M. S.-R. (p. 313-321); sociolingüística a Maria Fátima de Resende Matias, de Aveiro (p. 321-326); língua e gerações a Delmira Maçãs, de Lisboa (p. 327-332); língua e sexos a M. F. de R. Matias (p. 332-338); tecnoletos a Telmo Verdelho, de Aveiro (p. 339-355); gírias a Heinz Kröll, de Mainz (p. 355-366); diglossia e poliglossia a Helmut Berschin, de Giessen (p. 367-381); norma e língua-padrão a Dieter Woll, de Marburg (p. 382-398); língua e legislação a Maria Virgínia Machado Rego Metzeltin, de Viena (p. 399-429); conscientização e avaliação da língua portuguesa a Miguel Metzeltin, de Viena (p. 430-440); língua e literatura a Elisabeth Rudolph (p. 440-461); história externa da língua a Paul Teyssier (p. 461-472); língua e escrita a Otto Winkelmann, de Giessen (p. 472-498); evolução lingüística interna a Timo Riiho, de Helsínquia (p. 498-511); etimologia e história do léxico a Dieter Messner, de Salzburg (p. 511-517); antroponímia a Dieter Lremer, de Trier (p. 518-533), toponímia a D. Kremer (p. 534-544); dialetos e variedades regionais em Portugal a Heinz Kröll (p. 545-559); o português do Brasil a Sílvio Elia, do Rio de Janeiro (p. 559-575); a língua portuguesa na África a Jean-Michel Massa, de Rennes (p. 575-

584); variação lingüística a Matthias Perl, de Leipzig (p. 585-591); a língua portuguesa na Ásia a Giorgio Raimondo Cardona, falecido à saída do volume (p. 591-596); o português do sudeste da Ásia a Jean Caudmont, de Giessen (p. 597-609); o português em Sri-Lanka (Ceilão) a Christian Schmidt, de Bonn (p. 610-618); periodização a Dieter Messner (p. 618-623); lingüística variacional do português a Günter Holtus, de Trier (p. 623-649); gramaticografia a Dieter Woll (p. 649-672); lexicografia a Telmo Verdelho (p. 673-692).

Pelo extenso panorama temático percebe-se que o estudioso encontra aí matéria farta para aprender, refletir e aprofundar suas investigações.

*

A Demanda do Santo Graal, terceira parte do ciclo novelesco da Post-Vulgata da matéria de Bretanha ou literatura arturiana, tradução portuguesa do séc. XIII de texto francês desconhecido na íntegra, narra as façanhas prodigiosas dos cavaleiros da corte de Artur do reino de Logres em peregrinação para a busca ou demanda da taça (graal) de que se servira Jesus na última ceia e em que, depois de sua morte, José de Arimatéia recolheu as últimas gotas caídas do sangue sagrado. Segundo a lenda, quem chegasse a essa taça – cujo brilho intenso perturbava a visão dos pecadores – e dela se servisse, ficaria dotado de poderes sobrenaturais; para tanto, portanto, era necessário que o pretendente à façanha de posse tivesse mantido puros o corpo (contra as fraquezas da carne) e a alma, modelada pelo requinte da ascese. E esse predestinado foi o belo e imaculado mancebo Galaz, em torno de cuja figura gira a *Demanda*, embora fosse fruto de uma união pecaminosa – pois ambos eram solteiros – de Lançalot e de Amida, filha do Reis Peles. As aventuras cavaleirescas, descritas muitas vezes de maneira tão habilidosa e artística, que prenunciam artifícios e coloridos de textos posteriores da literatura ocidental, ressaltam, na essência, a busca do alimento espiritual e a prelibação da vida eterna. *A Demanda*, com todos os seus ingredientes de "boões cavaleiros", da Távola Redonda, da "seeda (assento) perigosa" ocupada por Galaz, do Graal, do rei Artur, do Cervo Branco, da Besta Ladrador, do reino de Logres, põe em cena figuras e situações alegóricas que têm como endereço final as trilhas da santidade em busca da eliminação dos pecados; mais do que isso, testemunham a vontade e o poder de Deus – ainda que às vezes paradoxalmente apresentados aos olhos humanos – e a força do Espírito Santo nas ações e intenções desse "bicho da terra tam pequeno". Esses *leitmotive* de caráter religioso e ascético para doutrinação e conhecimento que marcam profundamente os *mirabilia* da novela, denunciam e patenteiam a enorme importância para a literatura das ordens religiosas na Idade Média.

Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur é um inteligente e estimulante encaminhamento da leitura na demanda de pôr à luz as intenções mais apelativas das aventuras, e, para tanto, explicita os rituais que explicam e dão a relativa coesão e fundamento do texto da *Demanda*, na sua constante reelaboração de feição literária da doutrina cristã. Chega o leitor à conclusão de que os cavaleiros peregrinam

por si – na medida em que buscam a sua redenção – e por Deus, para merecerem o prêmio do acolhimento do Espírito Santo. Para tanto, envereda pela descrição e análise de cinco aventuras exemplares vividas e sofridas por Galaaz, Erec, Palamades, Lançalot e Galvam, todos na agonia da salvação.

Curiosamente coube a tarefa a uma mulher; e digo curiosamente, porque nos relatos do Graal a mulher desempenha papel secundário, e, quando aparece em cena, traz sempre o destino de induzir o homem à perdição, de macular-lhe o ideal cavaleiresco e de fragilizar-lhe as qualidades físicas e morais. Todavia aqui a Professora Doutora Lênia Márcia de Medeiros Mongelli, agasalhada aos preceitos de regra e compasso da sombra inspiradora de mestras do medievalismo português do porte de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Fanny Bogdnow, aparece em cena apetrechada de boas fontes especializadas e do ensinamento de seus mestres universitários, para tecer, aproximar e explicar elementos narrativos extraídos da *Demanda*, de modo tal, que mesmo o leitor afastado da investigação acompanha com interesse a análise e aprende cedo a admirar esta jóia da prosa medieval portuguesa. O estilo vivo e a linguagem correta e adequada, além da competência que perpassa toda a obra, são fatores decisivos para que o presente livro – como outros já saídos de sua operosa capacidade de trabalho – não só garanta seu lugar na bibliografia atinente à *Demanda do Santo Graal*, mas também contribua para o reflorescimento dos estudos da Idade Média literária entre nós. Se o final da *Demanda* põe à luz a decadência do reino de Logres, a deterioração dos costumes e do ideal cavaleiresco e a conseqüente morte do rei Artur, um grupo jovem de professores universitários, arroteando a seara trabalhada por seus mestres, vem exercitando seu saber e sua inteligência, no afã de promover o interesse da Idade Média no Brasil e encontrando – praza aos Céus! – editores compromissados com ideal da Cultura

*

Incluídas nos *Acta Universitatis Conimbrigensis* competentemente dirigidos por Aníbal Pinto de Castro, saem duas edições críticas de textos da maior importância para várias áreas da cultura portuguesa e medieval. A primeira é *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, a 7ª edição, sob a competente preparação de Adelino de Almeida Calado (Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991), primeira edição crítica entre as seis anteriores desde que saiu a *princeps*, em 1526. Nesta agora, o novo editor se preocupa em oferecer "um texto em que se alie o respeito pelas formas vocabulares arcaicas e a transcrição digna de confiança, de leitura fácil e segura, que permita aos historiadores e aos estudiosos da língua e da literatura a sua utilização sem um esforço suplementar de interpretação" (p. LIII).

A nova edição de Almeida Calado, onde o tradicional título de *Coronica* (ou *Crônica*) é substituído por *Estória* ("pois o próprio texto fornece elementos que justificam e sugerem o título que agora lhe atribuímos", adianta-nos o editor), vem precedido de uma substancial e longa Introdução, em que se estudam e discutem os problemas das seis edições anteriores (sem contar a reimpressão facsimilada da

1ª ed. pela Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1969), do título, do manuscrito, da data da redação, de autoria, do texto (que envolve questões de gênese e estrutura da obra, biografia e história, perspectiva literária e aspectos lingüísticos e lexicais), das relações da *Estória de D. Nuno Alvrez Pereira* com Fernão Lopes, da presente edição crítica com referência ao texto-base, ao estabelecimento do texto crítico, à apresentação gráfica do texto e complementos. Chega-se ao final da Introdução com 195 páginas de densa matéria, tratada com alto espírito científico e conhecimento de causa. Rematam a presente edição um glossário e índices onomástico e toponímico.

Com o mesmo espírito científico e conhecimento de causa, Adelino de Almeida Calado preparou o *Livro da Virtuosa Benfeytoria* (Universidade de Coimbra, Coimbra, 1994), do Infante D. Pedro, e co-autoria de Frei João Verba. Esta é a primeira edição crítica do *Livro* dentre as quatro anteriores, todas saídas no Porto, a 1ª em 1910, devida ao então conservador da Real Biblioteca Pública Municipal, José Pereira de Sampaio; a 2ª em 1940, ao cuidado do então diretor da mesma Biblioteca Municipal, Joaquim Costa, que, em 1946 – mas terminada no ano seguinte – publica a 3ª edição, e a 4ª, com introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida.

Como bem disse Paulo Merêa, num estudo dedicado ao *Livro*, em 1919, trata-se de obra que encerra "manancial inesgotável" e, mais recentemente, em trabalho de 1965, o Pe. Diamantino Martins, em referência à riqueza da obra, "está ainda por explorar, na sua maior parte".

Também em alentada Introdução, Adelino de Almeida Calado refere-se ao "estado da questão", aludindo ao progresso do melhor conhecimento da obra e de manuscritos; à questão do título, pois, em alguns manuscritos quatrocentistas ou vem sem titulação ou com a especificação de *tratado*; à gênese do texto, sua estrutura, objetivos, a co-autoria – já que nas edições anteriores a obra é exclusivamente atribuída ao infante D. Pedro, deixando no esquecimento as próprias informações do escritor real; à tradição manuscrita, com o elenco dos manuscritos, entre os quais Almeida Calado elege o de Madrid para servir de texto-base da sua edição crítica por apresentar só ele quatro características que não se repetem todas nos manuscritos de maior validade: é um texto próximo da conclusão da obra; é um texto produzido com muito provável supervisão dos autores; é um texto completo e, por fim, apresenta o mais baixo nível de erros; aos critérios da edição crítica. Remata a presente edição um índice onomástico e outro antroponímico. Ficamos todos a dever ao Dr. Adelino de Almeida Calado estas duas edições, fontes seguras e estímulos permanentes para novas pesquisas e investigações.

*

Um bom costume de universidades estrangeiras que, introduzido em universidades brasileiras não faria mal, é o de se publicarem guias de estudo de cada disciplina constante do plano curricular vigente, de modo que o professor nesses guias justifica a presença da disciplina entre as demais existentes, mormente entre as que

lhes são mais próximas, o programa a ser cumprido, os objetivos a serem atingidos, finalizando por uma extensa bibliografia de cada assunto ou unidade do programa, assinalando-se os livros e artigos de leitura indispensável, sem cujo perfeito conhecimento não estaria satisfatória a preparação do alunado. Por sua parte, o aluno, mesmo antes de cursar a disciplina, tem informação suficiente de todos seus pormenores e, antes do início do ano letivo ou durante o seu desenvolvimento, não estará tão desorientado em questões fundamentais de sua formação profissional e/ou enriquecimento cultural. O tema é de tal importância que a notáveis mestres, a titulares respeitáveis, ou a equipes de comprovada respeitabilidade no seio acadêmico, se atribui a tarefa da elaboração de tais guias de estudo. Para um só exemplo de trabalho de maior abrangência, quero citar a *Guida alla scelta della Facoltà universitaria*, preparada pelo conhecido linguista italiano Tullio De Mauro; tenho em mãos a 7ª ed. de 1994, publicada por il Mulino, e seguida de outros guias específicos para cada curso, sendo que o dedicado a Letras e Filosofia saiu sob a responsabilidade de outro excelente especialista, o romanista Alberto Várvaro.

Numa dimensão naturalmente bem menor, muito menos complexa e para um público não universitário, já houve na educação do Brasil – quando o Ministério competente era mesmo competente e educação era tratada com seriedade – publicações oficiais em que vinha relacionado o programa do curso secundário, dividido pelas séries e aí pelas unidades a serem ministradas, precedidas de instruções metodológicas para orientação das atividades do professor, redigidas por autoridades na matéria. As de língua portuguesa eram redigidas pelo Prof. Sousa da Silveira. Mas isso era no tempo em que as provas parciais (4 anuais) tinham ponto sorteado na hora da prova, com a presença do Sr. Inspetor Federal, representante do Ministério, sem cuja assistência não eram essas provas realizadas. No colégio de subúrbio, humilde mas com competentes professores, nosso Inspetor Federal, por uns tempos, foi, nada mais nada menos, Graciliano Ramos. Hoje ...

Tais considerações se devem ao fato de termos recebido, quase ao fechar este número de *Confluência*, o *Guia de estudo* elaborado pela titular da disciplina, Profª Doutora Clarinda de Azevedo Maia, da Universidade de Coimbra, especificamente sobre *História da Língua Portuguesa*, que integra a coleção *Textos Pedagógicos e Didáticos*, editado pelo Gabinete de Publicações da Faculdade de Letras de Coimbra, 1995 (107 p.). Trata-se de uma exposição metódica e aprofundada do programa dessa disciplina, escrita por uma titular que, além de publicações que já a impuseram no meio acadêmico português e internacional, conta com larga experiência à frente da disciplina. O presente *Guia* consta de quatro capítulos: enquadramento da disciplina no plano curricular vigente, o programa, a metodologia e conteúdos programáticos com relação dos apoios bibliográficos.

Cumprir lembrar que tais guias resultam, como o presente, de relatórios apresentados pelos docentes quando de suas provas de agregação à Universidade. Temos, para só ficar na disciplina *História da Língua Portuguesa*, dois excelentes relatórios, elaborados um pelo Doutor Ivo Castro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, outro pelo Doutor Telmo Verdelho, da Faculdade de Letras da Universidade de Aveiro.

Estão aí três bons guias de estudos universitários que prestarão, tenho a certeza, excelentes subsídios a docentes e alunos brasileiros, principalmente agora, como bem lembra Clarinda de Azevedo Maia, "que a consideração histórica das línguas volta a estar em primeiro plano na investigação lingüística e recebe um novo impulso da abertura para novas problemáticas, compete aos docentes que trabalham nesta área disciplinar praticar e transmitir uma linguística histórica renovada, com novos métodos, com novas idéias e com novas técnicas" (p. 8).

*

No volume 1º da *Confluência*, (1º sem. de 1991), p. 102-104, tivemos o grato prazer de resenhar a tese de doutoramento de Frits Smulders, apresentada à Universidade Católica de Nimega, Holanda, e que teve como orientador o abalizado estudioso do Padre Antônio Vieira, o Prof. José van den Besselaar, catedrático da referida Universidade e doutor *honoris causa* da Universidade Federal Fluminense. A tese é a ele dedicada: *magister vitae et scholae*. Tratava-se de um exemplar datilografado de LXVIII + 375 + XXII páginas, na qual F. Smulders nos apresenta a primeira edição crítica do *Sermão pelo bom sucesso das armas contras as de Holanda*, com introdução e comentários em inglês, Middelburg, 1989. Neste primeiro semestre de 1996 a Europäischer Verlag der Wissenschaften Peter Lang (Frankfurt am Main) oferece-nos em cuidada apresentação tipográfica esta edição crítica (LXVI + 370 páginas), o que torna mais acessível o trabalho de F. Smulders aos estudiosos de Vieira, que podem consultar um texto fidedigno com rico aparato crítico. Às observações feitas na resenha de 1991, desejo apenas acrescentar uma nota acerca das formas em *-es* por *-des* que às vezes Vieira (e outros contemporâneos) utiliza para a 2ª pess. do pl. do fut. do subjuntivo e infinitivo flexionado: "Mas só vos digo e vos lembro uma cousa: que se me *buscares* amanhã, que me não haveis de achar (...)" (p. 168 §§ 410-415). Smulders, com razão, condena os editores que substituem *buscares* por *buscardes*, acha, entretanto, que Vieira passa o tratamento ao Senhor de *vós* para *tu*, de 2ª pl. para 2ª singular (p. 68 n. 208). É difícil aceitarmos essa explicação, sem paralelo no grande orador. Creio que o que há é a frequente anternância de *-des* por *-es* nessas formas verbais, como assinala Said Ali, na *Gramática Histórica*, 2ª ed., p. 140. Vieira ou na mesma página ou em páginas muito próximas alterna a forma plena *-des* e a forma *-es*; foi a necessidade ou conveniência, no tratamento cerimonioso, de distinguir a 2ª do plural da 2ª do singular que pôs fim a tendência da eliminação da *dental*, conforme lição de Said Ali.

Evanildo Bechara

RESENHAS CRÍTICAS

MENEGAZ, Ronaldo. *Vocabulário da "Miscelânea" de Garcia de Resende*. Edições do Departamento Nacional do Livro. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1994.

Pareceu-nos oportuno, antes de nos referirmos especificamente à obra que vamos resenhar, fazer um pequeno retrospecto histórico de sua elaboração, a fim de situá-la num contexto mais amplo, explicitando inclusive os critérios que a nortearam.

Entre 1960 e 1969, no antigo Instituto Nacional do Livro, órgão do então Ministério da Educação e Cultura, tivemos oportunidade de elaborar um projeto – e de pô-lo imediatamente em execução – de um dicionário da língua portuguesa do século XVI. De par com o levantamento integral e o posterior fichamento de mais de cem textos quinhentistas, demos início à publicação da coleção DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – TEXTOS E VOCABULÁRIOS, na qual saíram à luz onze volumes, de 1963 a 1969.

Nosso propósito, ao preparar edições de textos e de vocabulários de obras do século XVI, era fornecer os subsídios necessários para, num futuro não muito remoto, atingirmos o objetivo pretendido, a saber, a elaboração do dicionário do português quinhentista, baseado em princípios históricos.

À medida em que caminhavam os trabalhos de levantamento e fichamento dos vocabulários das diferentes obras, fomos preparando os *índices de vocábulos* que deveriam integrar as edições de textos a publicar. Julgamos conveniente, também, a publicação de alguns *vocabulários*, como o da *Carta* de Caminha, preparado pelo Prof. Sílvio Batista Pereira e publicado em 1964, e o da *Vida de Frei Pedro* de André de Resende, preparado pelo Prof. Samuel da Costa Grillo e publicado em 1966. Mas não só estes mereceram nossa atenção. Nesse período foram iniciadas as redações de outros vocabulários, dentre os quais o do *Naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho*, o do *Tratado dos Descobrimentos* de Antônio Galvão, o da *Rópica Pnefma* de João de Barros e o da *Miscelânea* de Garcia de Resende.

Acreditávamos – e acreditamos ainda hoje – que se pudéssemos dispor de uma coleção de dez vocabulários de obras da era de quinhentos, seria bem mais fácil levar a cabo a tarefa que propuséramos, isto é, a elaboração do grande dicionário do português quinhentista. Isto porque, em face da metodologia uniforme que se impunha para a redação de cada vocabulário, o trabalho de elaboração da grande obra seria extraordinariamente simplificado. Com efeito, bastaria acrescentar os vocábulos que se nos deparavam nas demais obras pesquisadas, cujos vocabulários integrais já se encontravam arquivados em nossos fichários. A estruturação dos ver-

betes já estaria bem definida e muito poucas seriam as possíveis alterações metodológicas. Infelizmente o projeto foi interrompido e a equipe dissolvida.

Dentre os vocabulários então iniciados, o da *Miscelânea*, de Garcia de Resende – começado em 1967 e concluído dois anos depois – da autoria do Prof. Ronaldo Menegaz, constitui, sem dúvida, magnífico exemplo dos critérios lexicográficos adotados na coleção a que nos referimos.

A par do perfeito domínio da língua portuguesa, inclusive o da era de quinhentos, o Prof. Menegaz possui um bom conhecimento das modernas técnicas lexicográficas. Comparando o seu vocabulário com os dois outros que foram publicados na coleção, em 1964 e 1966, como vimos acima, verifica-se que ele adotou, em suas linhas gerais, a mesma metodologia. Assim, tal como naqueles dois vocabulários, foram aqui obedecidos os seguintes critérios: 1) registraram-se, em rigorosa ordem alfabética, todos os vocábulos do texto, com exceção dos nomes próprios, que passaram a integrar um índice à parte; 2) no título do verbete adotou-se a ortografia recomendada pelo vocabulário ortográfico em vigor no Brasil; 3) ordenaram-se e numeraram-se as acepções de acordo com os diferentes matizes com que o vocábulo se documenta no texto da *Miscelânea*; 4) abonou-se cada uma das acepções com uma ou mais passagens documentais, as quais foram localizadas no texto com precisão, indicando-se os números das décimas e / ou das linhas do Prólogo (estas precedidas da letra P) em que se documenta o vocábulo; 5) adotou-se o critério de indicar com a letra *m*, adiante do número da décima, o vocábulo que ocorre à margem do texto, assim: 19m.

A reprodução em fac-símile da edição *princeps* da *Miscelânea* permite ao consulente proceder ao confronto da passagem abonatória transcrita no verbete com o texto original. Este critério parece-nos da maior importância na elaboração de qualquer vocabulário e, muito particularmente, do vocabulário de um texto de difícil acesso como este. A reprodução fac-similar possibilita, ainda, que o consulente possa examinar o vocábulo num contexto muito mais amplo.

Cumpramos observar que a elaboração de vocabulários como este constitui importante contribuição para o progresso da lexicografia da língua portuguesa, a qual, como já temos referido em outras ocasiões, ainda se encontra em estado de lamentável atraso. Fazemos votos de que o belo trabalho do Prof. Menegaz desperte o interesse de outros estudiosos e que, ele mesmo, com a indiscutível competência que todos reconhecemos, possa nos brindar com outros estudos lexicográficos. Agradecemos salientando a importância do programa de edições da Fundação Biblioteca Nacional e aguardamos, ansiosamente, que outros trabalhos, tão importantes quanto este, venham a ser em breve publicados.

A. G. Cunha

Ministério da Cultura. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa. Subsídios*. [Por] Isabel Vilares Cepeda. Lisboa, 1995.

Medievalista consagrada, a Prof^a Isabel Vilares Cepeda, que vem dirigindo com extraordinário zelo e com reconhecida competência a Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional de Lisboa, acaba de publicar uma obra de inestimável valor, não só para os especialistas da língua e da literatura do período medieval, como também para todos aqueles que se dedicam ao estudo da língua portuguesa em toda sua amplitude.

Além de vários artigos publicados em revistas especializadas, a Prof^a Isabel V. Cepeda já nos brindara com uma bela obra, intitulada *A linguagem da "Imitação de Cristo"*, versão portuguesa de Fr. João Álvares (publicação do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, 1962). Devemos a ela, também, as *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, em dois volumes, publicados pelo Instituto Nacional de Investigação Científica de Lisboa, em 1982 e 1989.

Esta *Bibliografia*, tão rica de informações úteis e bem atualizadas, virá contribuir efetivamente para o progresso dos estudos da língua e da literatura do período medieval. Pareceu-nos que seria conveniente transcrever aqui o *Sumário*, tendo em vista que ele é bastante elucidativo: Palavras Prévias, Siglas de Instituições, Bibliografias citadas abreviadamente, Bibliografia Geral, Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa, Índice dos Autores e Obras incluídos na *Bibliografia da Prosa Medieval* e Índice dos editores literários, tradutores, e autores de estudos.

Para que se possa ter uma idéia dos critérios que nortearam a elaboração desta obra, reproduz-se aqui um dos verbetes bibliográficos:

DUARTE, Rei de Portugal, 1391-1438

Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela

■ Paris, BN, Fonds portugais 5, f. 99-128 [séc. XV (1433-38?)]

A matéria enquadrada neste retângulo inclui, como se está vendo, o nome do autor da obra (*sc.* o rei D. Duarte), as datas de seu nascimento e morte (*sc.* 1391-1438), o título da obra, e a biblioteca onde se guarda o manuscrito quatrocentista, com a necessária localização.

A seguir, na rubrica *Edições*, numeradas sequencialmente, de 320 a 325, indicam-se as edições até agora publicadas. Seguem-se, com a rubrica *Estudos*, também numerados sequencialmente, de 326 a 328, os estudos até hoje publicados a propósito do *Livro de cavalgar*.

Este verbete bibliográfico é dos mais singelos, mas já apresenta as características básicas da obra aqui examinada. Em outros verbetes mais desenvolvidos, como o do *Livro de José de Arimateia*, a Prof^a I. V. Cepeda registra mais algumas informações. Assim, por exemplo, na rubrica *Edições*, numeradas sequencialmente, de 487 a 489, especificamente a propósito da edição de Henry Hare Carter, que tomou o número 488, ela registra as resenhas publicadas sobre esta edição, resenhas que foram numeradas, também sequencialmente, 488.1, 488.2, 488.3 e 488.4.

Realizando um trabalho realmente importante para o desenvolvimento dos estudos do português medieval, a Prof^a Isabel Vilares Cepeda, que já era credora da nossa admiração, vem uma vez mais fazer jus ao apreço que todos os estudiosos têm por ela manifestado.

A G. Cunha

MOLLICA, Maria Cecília (1995). *(De) que falamos*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 112 págs.

Ocupa-se a A. com o uso considerado "indevido" pelas gramáticas normativas da preposição *de*, que se vem insinuando na língua escrita ou oral das "últimas décadas" (p. 14), na regência de complementos verbais ou nominais (p. 11); dentre as línguas neolatinas, somente o português e o espanhol apresentam o fenômeno (p. 17). Assumindo uma perspectiva de análise que denominaríamos *ampla*, a A. investiga a presença desse *que*, que encabece "uma sentença subordinada introduzida pelo complementizador ou pelo relativizador *que*" (p. 12). Demos o nome de "perspetiva ampla" à posição da A. exatamente porque, p. ex., não se distingue entre o *que* complementizador e o *que* relativizador. No entanto, há razões que me parecem fortes para assim não proceder. Em primeiro lugar, porque o *que* complementizador e o *que* relativizador introduzem orações de diferente natureza gramatical; o primeiro gera uma oração substantiva, o segundo uma oração adjetiva; ou seja, uma complementa, outra determina. Em seguida, convém acrescentar que, na relação *de que* pronome relativo, a língua possui o equivalente *cujo* que vai desaparecendo mesmo na língua culta. Na fala oral popular ou semiculta, já advertia Júlio Moreira (1907) que "Nas orações relativas em que o relativo deveria ser precedido de uma preposição, omite-se freqüentemente essa preposição, que é depois empregada com um pronome pessoal" (*Estudos*, 1ª série, 2ª ed., 1922: 44, onde, aliás, ocorre *proposição* por *preposição*). É o caso, p. ex., de "A rua que eu esqueci o nome dela" por "A língua de que eu esqueci o nome" ou "cujo nome esqueci". É o chamado *relativo disjunto*, porque dele a preposição se separa, podendo vir a reger outro pronome substituto do relativo; o inglês p. ex., dispensa a duplicidade de pronomes. Isso também demonstra que a existência do relativo disjunto não se restringe às línguas românicas. Júlio Moreira chama até a atenção para o fato de ser tal construção normal no árabe. Demais, como é natural, a disjunção não se limita à preposição *de*; varia segundo o valor semântico do conectivo. Cfr. "O navio que vou embarcar nele", "A camisa que vou sair com ela" e outras construções que tais.

Numa perspectiva *restrita*, a questão só diz respeito ao *que* conjuntivo (como, aliás, é com que praticamente trabalhou a Profª Mollica). E, mais ainda, somente com verbos claramente e tradicionalmente usados como transitivos diretos, em cujo complemento a preposição *de* faz figura de indesejável intruso. A novidade não se aplica, portanto, aos casos em que ocorre a elipse da preposição *de* com verbos que se constroem normalmente com ela, como em "Estou convencido *que* (ou *de que*) vais perder a causa". Casos patentes de *dequeísmo* são os que se verificam com verbos do tipo *acho de que*, *penso de que*, *acredito de que*, *digo de que*, etc.

Definido assim com maior nitidez o campo de pesquisa do *dequeísmo*, torna-se mais nutrida e proveitosa a leitura do livro da Profª Maria Cecília Mollica. Por ser fenômeno próprio do espanhol e do português, pôde a A. trazer-nos subsídios hauridos em pesquisas efetuadas na língua castelhana, onde o *dequeísmo* tem sido mais estudado. É o que se dá com os trabalhos de Paola Bentivoglio sobre a fala culta de Caracas (Ven.), de Sérgio Bogard & Company sobre o espanhol do México, de Susana Boretti de Macchia sobre a fala culta de Rosário (Arg.), de Fernando

Lázaro Carreter sobre o dequeísmo em Lima (Peru), de Ambrósio Rabanales sobre queísmo e dequeísmo no espanhol do Chile, de Maria José Quilis Sanz sobre o dequeísmo na fala de Madrid (Esp.). Torna-se então do maior interesse a indagação a respeito da(s) causa(s) do dequeísmo. Para Rabanales, tratar-se-ia de um "cruzamento sintático de duas estruturas lingüísticas morfossemanticamente relacionadas" (p. 22); já Marina Arjona alude a um de "supérfluo", que teria surgido por "debilitação na norma" (p. 23); segundo Iraset Páez Urdaneta, de Caracas, "a tendência ao Queísmo deve ser compreendida como uma *propensão natural* da língua castelhana ou do *substrato latino* comum", ao passo que "o Dequeísmo é um processo *antieconômico* e *confuso* do sistema, uma forma de *obscurer* o significado, *dificultar o sentido*" (p. 24); Cano Aquilar prefere apelar para a diacronia e se refere à tendência, no espanhol clássico, de introduzir as orações completivas, em função do objeto do verbo principal, por meio apenas de *que*; o dequeísmo seria então uma consequência da *analogia* e da *ultra correção* (p. 24-25); Bentivoglio e D'Introno "apontam o *valor semântico* de *de* como *atenuador do conteúdo significativo da proposição*" e aludem também à "insegurança do falante quanto à regência de verbos". Acrescenta a A. que "O estudo se propõe a discutir fundamentalmente a hipótese da ultracorreção enquanto explicação possível para o Dequeísmo como uma mudança sintática" (p. 26); finalmente Érica Garcia vê nesse *de* emergente um *conector a distância*, que teria "a finalidade de indicar que o que se segue tem conexão com algo anterior que não está muito próximo" (p. 28). Conclui então que "o distanciamento entre a matriz e o *que* da cláusula subordinada, materializado pela presença do *de*, reflete uma relação icônica no nível semântico" (p. 29).

Cabe aqui observar que a distinção sintático-semântica entre objeto direto e indireto só se manifesta claramente com os verbos ditos bitransitivos. A distinção entre verbo transitivo direto e tr. indireto nunca se firmou em linhas precisas na língua portuguesa, quer numa perspectiva sincrônica quer diacrônica. Sirvam de exemplo os seguintes verbos, para cujo emprego não distinguiremos entre padrão culto e norma familiar: *precisar* (*de* ou ϕ), *assistir* (*a* ou ϕ), *presidir* (*a* ou ϕ), *sucedder* (*a* ou ϕ), *obedecer* (*a* ou ϕ), *perdoar* (*a* ou ϕ), *pagar* (*a* ou ϕ), *sacar* (*de* ou ϕ), *cumprir* (*com* ou ϕ). A falta de nitidez na distinção entre a função objetiva direta e a indireta leva à insegurança do falante. Daí a necessidade de dicionários de verbos e regimes. No caso da preposição *de*, a situação se agrava, pois se trata de uma partícula sem precisa significação relacional, de modo que acaba por preencher um espaço que devia continuar vazio. Ao se ocupar com o perfil social do falante dequeísta, diz a Prof^a Mollica (p. 63) que "Parece procedente afirmar-se que grande parte dos falantes dequeístas encontra-se na classe política e também [*mirabile dictu* !] entre os professores" (Que não sejam de língua portuguesa !). Esse dado sociolingüístico vem reforçar a tese da ultracorreção.

Os estudos sintáticos, após o turbilhão gerativista, parecem ter encontrado uma fase auspiciosa de mais sereno equilíbrio epistemológico. Temos, pois, todos os motivos para saudar esta oportuna contribuição da Prof^a Maria Cecília Mollica, onde a fundamentação científica se casa com a segura reflexão de quem possui o *habitus* da disciplina de que se fez mestra.

Sílvio Elia

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. (1995). *Lírica de Camões*, vol. 3, tomo I. Canções, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Continua o Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho em sua dificultosa e meritória faina de nos dar uma edição tanto quanto possível fidedigna do texto da Lírica de Camões, fundada em prévia apuração da autenticidade de autoria. Essas duas tarefas constituem verdadeiro desafio à capacidade de estudo do investigador, porque: a) a 1ª ed. é póstuma e b) não se conhecem da lírica manuscritos autógrafos. Em vida do Poeta, somente três composições foram publicadas: a "Ode ao Conde do Redondo", nos *Colóquios dos Simples e Drogas*, de Garcia d'Orta e, na *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gândavo, uns "Tercetos" e um "Soneto" dedicados a D. Leonis Pereira. Quanto aos originais, sabe-se que Diogo do Couto, na "Década Oitava da Ásia", informa que Luís de Camões, quando em Moçambique, trabalhava num livro de muita erudição, que intitulava *Parnaso de Luís de Camões*, o qual, entretanto, lhe fôra roubado, sem que dele houvesse mais notícia. Em 1595 sai impressa postumamente (o Poeta falecera em 1580) a 1ª ed. da Lírica, com o nome de *Rhythmas*, com base, conforme declaram os editores no prólogo, nos chamados "livros de mão", ou seja, em cópias manuscritas anônimas que corriam de mão em mão. Em 1598 vem à luz nova edição, com o título ortograficamente simplificado de *Rimas*. Agora o editor Estêvão Lopes já procurava emendar os erros da 1ª impressão, atribuindo-os à "culpa dos originais" de que se valera e, informava que para a *emendatio*, havia recorrido a pessoas entendidas nesse gênero de pesquisa. Teve início assim a denominada "tradição impressa" que, partindo desses textos quinhentistas, se foi progressivamente alterando e "enriquecendo" com novas composições. E isso a tal ponto, que, só para exemplificar, o número de sonetos, que eram 106 na ed. de 1598, passou a 400 na de Teófilo Braga (1880). Foi o período que o eminente professor Vítor Manuel de Aguiar e Silva batizou como de "diástole". Nova fase, dotada de espírito crítico cientificamente mais bem fundamentado, caracterizou-se por assim dizer, por um movimento de regressão, que o mesmo Aguiar e Silva chamou de "sístole". O impulso revisionista partiu dos estudos do Dr. Wilhelm Storck e de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, já nos fins do século passado. Tais estudos prosseguiram com as edições críticas de Hernâni Cidade e de Costa Pimpão. O movimento revisionista continuou em Portugal com as investigações do Prof. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, especialmente com as suas *Notas sobre o Cânone da Lírica Camoniana*, I 1968 e II 1975. No Brasil a primazia coube ao Prof. Emanuel Pereira Filho, em comunicação apresentada ao 1º Simpósio de Língua e Literatura Portuguesa, promovido em 1967 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do antigo Estado da Guanabara, sob o título "Aspectos da Lírica Camoniana (o problema do cânone)". Uma das novidades trazidas por esse revisionismo foi a do recurso aos manuscritos, ainda que apógrafos, para confronto com a tradição impressa, o que, até então não se fizera, ou só se fizera precariamente. Assim, em *Notas I*, ao procurar identificar a autoria do soneto cujo incipit é "Nunca em Amor danou o atrevimento", apelou Aguiar e Silva para o confronto com cinco manuscritos que enumera e quanto ao resultado dessa pesquisa, assim se manifesta:

Algumas investigações que realizamos neste domínio tão mal explorado dos cancioneiros manuscritos do século XVII, levaram-nos ao conhecimento do texto castelhano do referido soneto (p. 198).*

Já em Notas II, de pé de página, alinhava 11 manuscritos.

Por seu turno, Pereira Filho, em *Uma forma provençalêsca na lírica de Camões* (edição póstuma de 1974) estabelecia "três pressupostos fundamentais" para a fixação da autoria (a preocupação à época era a da atribuição de autoria, no sentido da constituição do que viria a ser chamado "o cânone mínimo da lírica de Camões), a saber:

a) *máxima proximidade no tempo*, isto é, a atribuição deve datar do século XVI;

b) *confirmação*, isto é, deverá coincidir com pelo menos dois ou três testemunhos provenientes de fontes diversas e também quinientistas;

c) *incolumidade*, isto é, não ter colidido jamais com atribuição divergente ou rejeição criteriosa da crítica erudita (p.22).

Coube ao Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho dar prosseguimento aos estudos do seu colega prematuramente falecido, e o vem fazendo de maneira exemplar. Partiu dos pressupostos acima enumerados, que assim acolhe no primeiro volume da Lírica que vem editando:

Nesse sentido é que foi proposto, em caráter pioneiro, o critério do tríplice testemunho quinientista incontroverso, para a constituição de um *Índice Básico de Autoria*, em função de dois fatores: a) Ausência de atribuição divergente; e b) Ausência de contestação assegurada por um mínimo de fundamento.

Mas tal critério não é pétreo, ao contrário é flexível, embora sempre respeitando o lineamento básico que o configura. Destarte, já no primeiro volume supracitado, adverte-nos o Prof. Leodegário que reduziu a dois o número indispensável de testemunhos quinientistas incontroversos "desde que para eles haja apoio textual em lições manuscritas" (p.36). E assim irá acontecendo, sempre que novos dados ou novos progressos da Crítica Textual se atualizarem.

A publicação total da obra está prevista para sete volumes, dos quais o segundo e o terceiro desdobrados em dois tomos. A parte até agora publicada, sempre pela benemérita Imprensa Nacional-Casa da Moeda, compreende os seguintes volumes: I - História, Metodologia, Corpus; II - Sonetos, tomos I e II; III - tomo I Canções. O tomo II do terceiro volume será dedicado às Odes.

Consta o presente volume de 11 canções, das quais duas em Apêndice. Estas duas foram postas em Apêndice por "apresentarem uma estrutura sui generis" (p.21): a 1ª é uma sextina e tem por incipit "Foge-me pouco a pouco a curta vida";

* Linhas transcritas da separata do vol. III, da *Revista de História Literária de Portugal*.

a 2ª, uma septina e tem por incipit "Tão suave, tão fresca e tão fermosa". São os seguintes os incipits das demais canções: *A instabilidade da Fortuna; Com força desusada; Formosa e gentil dama, quando vejo; Já roxa menhã (e) clara; Junto dum seco, fero e estéril monte; Manda-me Amor que cante docemente; Se este meu pensamento**; *Vão as serenas ágoas; Vinde cá, meu tão certo secretário.*

O volume está dividido como segue: Parte I, *Introdução Geral*; Parte II, *Estabelecimento crítico dos textos e Apêndice*; Parte III, *Conclusão*. Há uma advertência inicial: *abreviaturas utilizadas e normas de transcrição textual*. O tratamento metodológico de cada canção obedece ao seguinte esquema: 1- fontes manuscritas e fontes básicas da tradição impressa; 2- Aparato crítico: tradição manuscrita, tradição impressa, elenco das variantes, versificação, glossário, leitura crítica do texto nas principais edições modernas, anotações.

A metodologia adotada está explícita em seus termos fundamentais nestas palavras inscritas na folha de rosto das sucessivas edições da obra: "Texto estabelecido à luz da tradição manuscrita, em confronto com a tradição impressa". Todavia, neste volume das *Canções*, houve a seguinte alteração: "Texto estabelecido à luz dos manuscritos quinhentistas, em confronto com a tradição impressa". De fato, já no 1º vol. da *Lírica*, arrolara o Prof. Leodegário 20 manuscritos, maciçamente quinhentistas; os que não o são (séc. XVII, um do XIII) poderão servir eventualmente como teste negativo de autoria.

Estas considerações estão a demonstrar a posição central que o presente volume está destinado a ocupar na metodologia utilizada nesta arrancada ecdótica de mestre Leodegário. Está ela contida primordialmente na *Introdução* e na *Conclusão*, verdadeiras reflexões finais do já feito e do por-fazer. Breves transcrições o demonstrarão.

Na *Introdução* Leodegário elenca os passos de seu trabalho crítico: *recensio, collatio, eliminatio codicum descriptorum, stema codicum, emendatio, apresentação do texto crítico*. Alguns excertos:

Da *recensio*:

... o nosso trabalho baseia-se, fundamentalmente, na análise da tradição manuscrita existente, sempre em confronto com a dupla tradição impressa alterada pelo tempo. (p.21)

Realmente, em todos os casos, sempre a partir da tradição impressa, os melhores modernos escolheram uma edição de base, em função dela estabelecendo os textos, como se houvesse uma tradição comum para a lírica de Camões. (p.22)

* Por lapso, está na p. 19 *Sem por Se*.

Da collatio:

... para a seleção das variantes, jamais recorreremos à lei do predomínio numérico, baseada no cálculo estatístico das probabilidades, pois o texto só podia ser estabelecido por juízo crítico (*judicium*), a partir dos critérios internos da *lectio difficilior* e do *usus scribendi*. (p. 23)

Do stemma codicum:

Na verdade, muito complexo se apresenta o problema das relações estemáticas nos manuscritos existentes, razão por que nos limitamos a sugerir hipóteses viáveis, diante dos dados de que dispõe a crítica, mas sem fazer qualquer afirmação categórica, na maioria das vezes. (p. 25)

Da emendatio:

Afora isso [*interpungere, mutare, transponere, delere*], por conjectura, as nossas emendas resumiram-se ao mínimo realmente imprescindível, pois a lição do texto-base foi sempre respeitada, desde que explicável, sendo emendada apenas nos casos em que não houve outra solução técnica, sempre à luz dos princípios básicos da crítica textual. (p. 25)

Da apresentação do texto crítico:

... nenhuma edição crítica pode ser considerada perfeita, sobretudo quando pretende inaugurar uma metodologia de trabalho inteiramente nova. (p. 27)

E agora recorrendo à Conclusão:

Como o critério é afirmativo e não negativo, em relação a algumas canções ainda não completadas pelo método, em nenhum momento se declarou que não possam ser de Camões. Mas devem ficar em compasso de espera para serem incluídas no índice básico, pois aqui não há pressa. (p. 626)

... diante dos dados realmente precários de que dispõe a crítica, é totalmente impossível chegar-se à ambiciosa constituição do cânone máximo, com uma edição crítica perfeita, nesse sentido tendo naufragado, pelos tempos afora, as melhores intenções. (. 627)

Com efeito, em momento algum aqui foi declarado que estamos fazendo uma edição crítica perfeita e acabada da lírica de Camões, como a teimosa incompreensão de muitos tem propalado aos quatro ventos, numa atitude que apenas revela total ignorância daquilo que realmente se pretende com a constituição urgente e inadiável do cânone mínimo, base

imprescindível para as futuras discussões em torno dos verdadeiros limites da lírica camoniana. (p. 629)

Nem precisamos* de nenhuma gramática de *Os Lusíadas*, para só então analisar as formas lingüísticas na poesia lírica, mas simplesmente do texto da própria edição de 1572. (p. 631)

... os cancioneiros já conhecidos, éditos ou inéditos, em respeitável número, são mais do que suficientes para que a investigação comece. (p. 632)

E não há mais espaço porque, daqui em diante, já não será compreensível que a poesia lírica de Camões continue a ser editada apenas em função da dupla tradição impressa corrompida, ficando tal método definitivamente arquivado no passado. (p. 634)

De qualquer forma, se os resultados aqui apresentados, apesar de todas as dificuldades e de todas as incompreensões que encontramos pela frente, forem confirmados ou aproveitados pelas gerações futuras, ainda que parcialmente, terá sido esta a nossa única recompensa. (p. 638)

O que aí ficou dito (e transcrito) dá bem a medida do que tem custado ao Prof. Leodegário a ingente tarefa que ousou empreender. Por certo, como ele próprio sublinhou, é trabalho sujeito a aperfeiçoamento e até eventuais correções. Mas não se desconhece que toda obra humana é imperfeita e, como tal, a dificultosa empresa em que se envolveu mestre Leodegário é campo aberto a críticas, procedentes ou não. Em verdade ônus próprio da democracia do saber. Contudo o que não se pode negar é o alto mérito do que vem o Prof. Leodegário construindo no terreno da Ecdótica. Trabalho sério, original, fruto da sua competência (é hoje autêntico mestre da Crítica Textual no Brasil) e do seu amor e dedicação à cultura luso-brasileira. Esperamos que Deus continue a dar forças a esse nosso eminente colega, para que possa levar a bom termo o árduo mas gratificante cometimento em que se empenhou de contribuir para um efetivo progresso dos estudos camonianos.

Sílvio Elia

* No texto "precisamentos".

ROSÁRIO, Pe. Manuel da Penha do. *Questões Apoloéticas*. Introdução e notas do Prof. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Eduerj, 1995.

Com o título de *Língua e Inquisição no Brasil de Pombal* o Prof. José Pereira da Silva oferece-nos pela terceira vez – sendo esta a primeira em livro – o texto *Questões Apoloéticas*, atribuídas ao Pe. Manuel da Penha do Rosário, presumivelmente datado de 1773, em que o sacerdote da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, diante de críticas a ele dirigidas, protesta junto ao Tribunal da Inquisição seu zelo pela fé cristã, pela Santa Igreja e pelo fiel respeito ao serviço real português.

A edição crítica do texto setecentista, códice 7,1,19 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apareceu inicialmente como dissertação de mestrado, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e depois, em 1987, com "introdução crítica e sua leitura diplomática, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*" seguida, em 1994, de "versão atualizada do mesmo texto, nos *Anais da Biblioteca Nacional*".

Informa-nos o editor que anteriormente a este texto, o autor havia escrito uma versão mais extensa e em latim, hoje perdida, que lhe serviu de defesa perante o Tribunal da Inquisição, diante do qual fora acusado e incriminado por ensinar a doutrina cristã aos índios em sua língua vulgar. Daquela versão resultaram as *Questões Apoloéticas*, o mais volumoso e consistente documento sobre a imposição da língua portuguesa aos indígenas brasileiros ..." (p. XVIII)

Postas as coisas nesses termos, a idéia que fica ao leitor da Introdução do presente texto é bem diferente daquela que acontecia desde os primeiros tempos em que espanhóis e portugueses imprimiram sua política indígena em terras americanas, idéia que, aliás, vem explicitada nas próprias *Questões Apoloéticas*, como veremos adiante.

Infelizmente o editor não extraiu das fontes históricas o necessário fundamento para situar a essência da defesa do consciente e abnegado sacerdote. Não lhe foi possível ao Prof. José Pereira compulsar, por exemplo, a *Colección de Documentos para la Historia de Formación Social de Hispanoamérica 1493-1910* do historiador alemão Richard Konetzke, professor catedrático de história ibérica e latino-americana da Universidade de Colônia, obra publicada em três volumes, pelo C.S.I.C., Madrid, 1953-1962, de cujos dados fundamentais se aproveitou para escrever seu artigo clássico na literatura especializada *Die Bedeutung der Sprachenfrage in der spanischen Kolonisation Amerikas (Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Bd. 1, Köln-Graz 1964, S. 72-116)*.

Os documentos patenteiam o permanente propósito das coroas espanhola e portuguesa de que fossem as línguas indígenas o veículo da missão evangelizadora. Assim é que Felipe II insistia nessa utilização, numa lei de 19 de setembro de 1580. Para atender a esse desideratum criaram-se cátedras nas universidades de Lima e do México, em que se habilitariam padres e missionários. Segundo o documento régio, ninguém podia ordenar-se sem a comprovação de que se havia suficientemente habilitado nesses cursos para pregar e proceder ao trabalho sacerdotal nesses idiomas

indígenas que, em se tratando daquelas universidades, seriam o quíchua e o náuatle. Daí as contínuas obras gramaticais e dicionários sobre variados idiomas indígenas, elaboradas com especial freqüência pelos missionários franciscanos, dominicanos e jesuítas, como assinala Konetzke (p. 78). Mesmo antes de Felipe II, insistiam nessa tecla de utilização das línguas indígenas no trabalho de evangelização o 1º Concílio de Lima (1552), o 1º Concílio do México (1555) e o Sínodo de Quito (1570), alguns dos quais lembrados pelo Pe. Manuel nas *Questões*, ainda que seu maior apoio venha do Sagrado Concílio Tridentino (terminado em 4 de dezembro de 1563): "Os autores espanhóis julgam tão necessária em os párcos dos índios a inteligência da língua deles, para nela os instruírem, segundo, não só o Concílio Tridentino e um provincial de Lima e, se me não engano, também um sinodel (sic) de Quito (...)" (p. 26).

Abro aqui um parêntese para comentar a nota 34 que acompanha o trecho atrás citado. Diz a nota: "Esse Concílio foi realizado em cinco sessões nos anos de 1582 e 1583". Se a nota faz alusão ao Tridentino, cabe esclarecer que esse maior acontecimento histórico do século XVI, convocado por Paulo III, ocorreu de 1545 a 1563, celebrado em dez sessões.

Nas partes integrantes do temário da Questão 8 (p. 18 e ss.), insiste o Pe. Manuel em mostrar que o bispo D. Fr. Miguel de Bulhões, "o que formulou o original do *Diretório dos Índios* em que dispôs que a eles se introduzisse a língua portuguesa e, para isso, se-lhes (sic) erigissem também escolas, em os capítulos 21 e 22 da mesma pastoral, que, com sumo zelo, tratam da doutrina cristã, *se esqueceu totalmente da dita língua portuguesa* (o sublinhado é meu). E o fez sem dúvida, porque, se no *Diretório* referido quis houvessem (sic) providências para a civilidade temporal dos tais homens, nem por isso desejou embarçar-lhes os meios de sua salvação, expondo-se as leis divinas e eclesiásticas e as da natureza e caridade, e não deixando de conhecer que o Sagrado Concílio de Trento, como se diz em a 1ª questão, não só aos párcos obriga, mas também a ele, como a bispo, entre os demais bispos, a instruírem para a recepção dos sacramentos e observância dos preceitos divinos aos seus diocesanos, em a língua vulgar que necessária for e proporcionada à capacidade deles" (p. 21).

Na *Questão 9ª* alude à hipótese de que se insurge contra o rei o párcoco que instrui aos índios na língua vulgar deles, hipótese daqueles diretores de quem o sacerdote afirma que "lendo o *Diretório*, nele não refletem". Deve-se o fato a que não fizeram esses diretores a importante distinção, que o *Diretório* estabelece, entre o trabalho de evangelização sob a responsabilidade intrínseca dos religiosos, e o trabalho de civilidade a cargo das escolas públicas, constituído do ensinar aos meninos "a ler, escrever e contar, na forma que se praticava em todas as escolas das nações civilizadas" (p. 32) e às meninas "a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura e todos os mais ministérios próprios daquele sexo" (ibid.).

Nesse trabalho de evangelização realizado pelos sacerdotes sempre foi defendida pela Igreja e pela Majestade Real a utilização da língua vulgar" se dela tiverem necessidade [suas ovelhas], como de presente a têm os índios" (p. 30). Para o trabalho de civilidade se introduzirá a língua portuguesa. Todavia essa distinção

foi mal interpretada pelos que leram o § 6 do *Diretório dos Índios*, onde "manda El-Rei nosso senhor, que os párocos não instruem aos tais homens senão pelo português", mas, adianta o Pe. Manuel, "sem razão, porque o dito parágrafo não compreende aos párocos, como se prova com o mesmo parágrafo aqui expresso e refletido" (p. 30).

Refletindo sobre a melhor interpretação do dito parágrafo, o sacerdote vai referir-se depois à introdução da língua portuguesa no trabalho de civilidade, ratificando a filosofia do *Diretório*, que declara: "Sempre foi máxima inalterável, praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles a língua do príncipe que os conquistou se-lhes (sic) radica também o afeto e a veneração e obediência ao mesmo príncipe (p. 30-31).

O Pe. Manuel, feita a distinção, sabe dar o devido valor a que se "introduza" a língua portuguesa entre os índios: "46. Este o parágrafo com que, refletido, se prova não se compreenderem nele os párocos com as suas instruções espirituais. Porque, refletido ele, circunspectamente, se convence não respeitar ao espiritual cristianismo dos índios, mas à temporal civilidade deles e, por isso, tende a introduzir entre eles a língua portuguesa, santa, útil e saudavelmente. Pois, louvável é o zelo do príncipe que quer sejam civilizados e polidos os seus vassallos e, para isto, lhes provê os meios conducentes. Útil é também que saibam a nossa língua, para a fácil e cômoda comunicação e amizade conosco. E santo, finalmente, é que entendam a mesma língua, para com ela se constituírem capazes das nossas artes, ciências, livros e das demais cousas que ao bem temporal e eterno deles pertencem, dos quais, certamente, se privam, não sabendo a nossa mesma língua" (p.31-32).

Postas as coisas nos seus devidos termos, sinto discordar dos que vêm nas *Questões Apoloéticas* do Pe. Manuel da Penha do Rosário "documento (...) de extrema importância para a história da língua portuguesa", e, muito menos, "o mais volumoso e consistente documento sobre a imposição da língua portuguesa aos indígenas brasileiros" (p. XVIII), como o é "para a história política e religiosa da Amazônia" (p. XI). Sabendo-se que o texto data de aproximadamente 1773, segundo os bons argumentos do Prof. José Pereira, pertence a época tardia para se falar em "imposição da língua portuguesa", já que, nesse século XVIII, como bem nos ensina Serafim da Silva Neto, ao se referir ao período que vai da metade do século XVII até os meados do seguinte: "O idioma dos descobridores, com seu alto prestígio de língua escrita e rica literatura, foi absorvendo os focos não românicos: os episódios falares africanos e a pertinaz *língua geral*, que só muito lentamente foi cedendo terreno" (*Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 4ª ed., p. 78).

No que toca à reprodução do texto, o Prof. José Pereira se houve bem; só estranho o uso do hífen para marcar as sequências pronominais *se-lhe*, *se-vos*, *se-me*, prática única na edição. Também nem sempre se explica a utilização dos colchetes quadrados para indicar os "acréscimos conjecturais do editor", como em

passagens da natureza de "E para mais eficazmente aprender [em] e aproveitarem os frutos ... " (p.12): "(...) haverá em todas as povoações duas escolas [públicas] (...) "(p. 32); "Se peca o pároco [no caso] em que, aconselhadas dele as mantilhas brancas (...) "(p.62); "(...) por não ver sua mulher em mangas de camisa entre outras e [por] não ter bertanha (...) "(p.63). No primeiro exemplo, trata-se de uso comum do autor que, na coordenação de dois infinitivos, só um leva a marca de flexão, consoante se pode ver em: "Sem um nem outro senhor me castigar nem repreenderem (...) "(p. 50); "(...) a certos índios descidos dos matos, por intérprete os instruisse em a sua língua, a fim de se batizar e cristianizarem". (p. 52); "(...) necessitam os homens, extremamente, fazer com Deus amizade, viver e morrerem no amor divino ..." (p. 56); "(...) não só persuadir eu as índias que, para se compor e civilizarem (...) "(p.60). Mais difícil é aceitar a conjectura, freqüente no texto, *portugues[a]mente*, contrariando a história da língua.

Evanildo Bechara

VERDELHO, Telmo. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

Este documentado e exaustivo trabalho do conhecido professor da Universidade de Aveiro, Telmo Verdelho, projetado como introdução ao estudo da obra lexicográfica do primeiro dicionarista português Jerônimo Cardoso, sob a orientação erudita e segura do notável mestre Paul Teyssier, representa o mais minucioso panorama da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas na Idade Média e no Renascimento desenvolvido em Portugal. É um volumoso tomo de 594 páginas, repleto de preciosas informações colhidas numa imensa bibliografia de obras editadas e manuscritas, resultado que é das peregrinações do A. pelas reservas preciosas existentes na Biblioteca da Sorbonne, na Biblioteca Nacional de Paris, na Biblioteca Nacional de Lisboa, nas bibliotecas da Universidade e Municipal de Coimbra, na biblioteca da Ajuda, do Porto, de Évora, de Leiria, de Viseu, de Aveiro, de Bragança e de outras instituições, incluindo-se aí certos títulos da nossa Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como o *Latinae Grammatices Compendium* (1543) de Duarte Pinhel, "que marca um lugar relativamente original, no conjunto da gramaticografia portuguesa da época, apenas igualável ao breve manual de João de Barros, que não chegou no entanto a ser impresso naquele tempo" (p. 114).

Além desse conjunto extraordinário de fontes bibliográficas, Telmo Verdelho beneficiou-se dos profíquos Seminários de pós-graduação na Sorbonne (Paris IV), sob a direção de Paul Teyssier, e de uma permanente correspondência com esse mestre, de que dão conta algumas das numerosas notas que enriquecem cada capítulo da obra.

Compõe-se o presente trabalho de quatro extensos capítulos subdivididos em seções e sub-seções. O capítulo I tem por título *Gramaticografia*, subdividida em *Gramaticografia medieval* (p. 25-54), *Gramaticografia do Renascimento* (p. 55-88), *Gramaticografia latino-portuguesa* (p. 89-133); o capítulo II está dedicando à *Lexicografia medieval*, subdividido em *Introdução* (p. 137-165), *Lexicografia e língua portuguesa na Idade Média* (p. 167-179), *Lexicografia do latim em Portugal na Idade Média* (p. 181-194), *Lexicografia latino-portuguesa na Idade Média* (p. 195-213); o capítulo III versa sobre *Lexicografia do Renascimento*, subdividido em *Desenvolvimento da lexicografia e dos seus fundamentos teóricos* (p. 217-232), *As origens e o processo de transmissão da lexicografia moderna* (p. 233-244), *Dicionários de língua* (p. 245-264), *Dicionários de informação não especificamente linguística* (p. 265-311), *Os grandes modelos da lexicografia europeia* (p. 313-371); o capítulo IV discorre sobre o tema *Pré-lexicografia portuguesa*, subdividido em *Referência documental e manuscritos* (p. 375-392), *Léxicos parcelares, índices e nomenclaturas* (p. 393-407), *Sentenças e índices ideológicos* (p. 409-417), *Pré-lexicografia em língua portuguesa* (p. 419-429), *Lexicografia pós-cardosiana, em Portugal no século XVI* (p. 431-473).

Conclui a obra uma *Conclusão* (p. 477-484), seguida de *Anexo* ou *Apêndice*, que inclui *Linguisticografia medieval* (p. 487-499), *Linguisticografia do século XVI* (p. 500-514), *Dicionários de verbos* (p. 515-580), *Índice onomástico* (p. 581-594).

Pode o leitor atento verificar por esta enumeração o gigantismo do trabalho de Telmo Verdelho, o que nos leva a concluir que trouxe à colação exaustiva relação de trabalhos sintética mas competentemente examinados, e abre definitivamente o caminho para uma série de investigações particulares e aprofundadas acerca de autores e obras referidos, quer numa visão de historiográfica, como, por exemplo, o *Littré – L'humaniste et les mots*, de Alain Rey (Gallimard, 1970), quer numa visão gramático-lingüística, como, por exemplo, *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical, étude et édition critique* de Louis Holtz (Paris, CNRS, 1981).

Numa obra de grande porte como esta, faz falta um bem elaborado índice dos termos estudados, já que o A. contemplou o leitor com um índice onomástico; sem esse índice, ficam sem uma pronta consulta numerosíssimas excelentes e oportunas observações espalhadas no texto e nas notas do livro de Telmo Verdelho. Sirvam de exemplo, para só citar alguns, "a longa caminhada dicionarística" do adjetivo *brãmane* em português e na lexicografia medieval e renascentista (p. 237); o conceito de *hapax* (p. 236 e n. 6 da p. 243) e a presença da forma *muliada*, tomada pelo adjetivo *inculcada* a partir de ed. princeps dos *Apólogos* de Francisco Manuel de Melo; o latinismo *incógnito* ligado à designação do desconhecimento da paternidade (p. 471); o mal interpretado, na sua etimologia, do antropônimo (antes topônimo) *Pastrana* (-o), passado a nome comum, "pricipiante no estudo do latim", "aluno do primeiro ano", e não de um hipotético *pastoranu-* (p. 124-125). Curioso é que o erro de leitura que criou *muliada* mereceu a acolhida de bons dicionaristas até os dias de hoje, em Portugal e no Brasil, como assinalou G. Manuppella (*Boletim de Filologia*, de Lisboa, XII, 3-4, p. 360-362), citado por T.V. Quero aqui fazer a defesa de Mendonça Falcão, responsável pela 6ª ed. do *Dicionário* de Morais (e não pela 4ª ed., como está na nota do crítico). Cabia-lhe registrar o termo e propor-lhe um significado ou outro sentido contextual. Se havia má leitura na ed. princeps, não lhe cabia, como lexicógrafo, chegar à crítica textual. É diferente do que ocorreu com Laudelino Freire, que, em *Livros de Camilo*, topando com palavra desconhecida, estudou-lhe o significado, arranjou-lhe um étimo latino, mas a inédita palavra resultara de erro tipográfico, corrigido na errata, da edição que L.F. consultava. O caso vem narrado num dos opúsculos de Pinheiro Domingues.

No que toca a antropônimos passados a nomes comuns do tipo de *calepino*, *despautério* e *pastrano*, é difícil aceitar a proposta de T. Verdelho de incluir no rol *rodriguinho(s)*, "interpretado nos dicionários práticos como "frase feita para tudo", "nariz de cera" (p. 294), ligado ao nome Caelius Rhodiginus (1450-1525), célebre e conhecidíssimo autor italiano de texto de natureza lexical, que exerceu influência na atividade escolar da época. Além da existência tardia, recentíssima, do termo *rodriguinho(s)*, nas acepções aludidas, como o próprio proponente reconhece, a hipótese tem contra si vários obstáculos, entre eles a não extensão geográfica do termo em outras culturas em que se utilizava a obra de *Rhodiginus*, como ocorre com *calepino*, por exemplo.

É realmente digno dos maiores encômios o cuidado com que o Prof. Telmo Verdelho procurou ler toda a bibliografia que fosse possível consultar, *edita* e *inedita*, e dela tirar os ensinamentos e informações que transformam sua obra numa fonte obrigatória de consulta a que precisam ir os desejosos de inteirar-se das ques-

tões nela tratadas e motivar-se para futuras pesquisas. Uma ou outra vez, a informação bibliográfica fica a dever nota conclusiva, deixando o leitor frustrado pela conclusão esperada. É o caso da nota que alude ao discutido problema da datação do *Appendix Probi* (p. 161 n. 19): "C. Robson afirma, com grande convicção, que se trata de um manuscrito (palimpsesto) do início do séc. VII (...). Esta opinião é refutada por F. Sabatini, "Tra latino tardo e origini romanze", in *Studi linguistici italiani*, 1963 - 1964, 4, p. 140-143". Infelizmente o leitor fica sem saber a proposta do autor italiano.

Todavia nessas circunstâncias, sem desdouro do que na obra já lá existe, sempre há espaço para lembrar ao Autor essa ou aquela indicação bibliográfica. Como Fernão de Oliveira mereceu várias referências do A., especialmente o que dele diz a páginas 123 ("um acontecimento inteiramente novo, na história da nossa elaboração metalingüística", aludindo às gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros), ousou lembrar o fundamental artigo de Eugenio Coseriu acerca do primeiro "Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)", publicado na miscelânea em homenagem a P. A. Verburg e traduzido para o português por Maria Christina de Motta Maia (EDUFF - Presença, Rio de Janeiro, 1991). Sínteses muito valiosas contêm os dois volumes do mesmo E. Coseriu *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart. Eine Übersicht* (2. Aufl., Gunter Narr, Tübingen, 1975). Do antes citado filólogo e filósofo holandês P. A. Verburg vale a pena lembrar *Taal en functionaliteit* (Wageningen, 1952), porque, além da excelência do livro, há informações de autores que muitas vezes não são contemplados nos conhecidos manuais de história da Lingüística. Lembro ainda a fundamental obra do filólogo e filósofo dinamarquês Jan Pinborg *Die Entwicklung der Sprachtheorie im Mittelalter* (Kopenhaguen, 1967).

Estamos todos devedores ao competente mestre da Universidade de Aveiro por mais este trabalho que honra o Autor e enriquece a investigação da Gramaticografia e da Lexicografia latino-portuguesas.

Evanildo Bechara

NOTICIÁRIO

O Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro promoveu, no dia 12 de dezembro último, justa homenagem à sua professora, Dra. Eneida do Rego Monteiro Bomfim, por ocasião do transcurso de seu 70º aniversário. Na oportunidade foi feito o lançamento do livro *Flores Verbais*, miscelânea de estudos dedicada à eminente mestra, organização de seu colega de Departamento, Prof. Dr. Jürgen Heye. *Confluência* associa-se prazerosamente às ditas homenagens e timbra em ressaltar muito especialmente a dedicação e a competência com que a professora Eneida vem exercendo o seu magistério de Língua Portuguesa na cátedra universitária da PUC/RIO.

*

As *Irmandades da Fala da Galiza e Portugal* e o *Conselho Internacional da Lusofonia* fizeram realizar no ano findo, ao ensejo das comemorações do V Centenário da Universidade de Santiago, um *Congresso Internacional de Literatura Lusófona*, abrangendo Galiza, Portugal, Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Diferentes temáticas foram estudadas, desde a Literatura em língua portuguesa até a Lingüística, Sociolingüística, Criação Literária, aspectos do Ensino-Aprendizagem de nossa língua materna. As *Irmandades da Fala da Galiza e Portugal* são um dos brilhantes movimentos, surgidos nas generosas terras de Além-Minho, em prol de uma crescente e fraternal aliança, no campo da língua e da cultura, entre a Galiza e demais países de língua portuguesa, onde o Brasil ocupa lugar proeminente.

*

Este semestre não tem sido muito propício à cultura portuguesa: em março faleceram o grande ficcionista que foi Vergílio Ferreira e o notável historiador Jorge Borges de Macedo.

Vergílio Ferreira foi um marco na historiografia literária de Portugal. O Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, quem melhor lhe tem divulgado a obra ente nós, viu três momentos em sua evolução estética: o presencismo, o neo-realismo e o existencialismo nos moldes sartrianos. Já em entrevista a mestre Leodegário, afirmava VF que “a problemática metafísica é a cúpula de todos os outros problemas que são os seus sucedâneos”. Vale lembrar que, em 1993, Vergílio Ferreira recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, juntamente com o nosso colega Prof. Gadstone Chaves de Melo, tendo falado ao final pelos agraciados.

Jorge Borges de Macedo lecionou na Universidade de Lisboa e deixou-nos valiosa obra de pesquisa histórica, na esteira ou ao lado de uma Virgínia Rau, um Orlando Ribeiro, um Veríssimo Serrão, um José Matoso, um Oliveira Marques.

Cabe aqui também registrar e lamentar o desaparecimento de uma das figuras maiores do chamado “teatro de revista”, Beatriz Costa. Viveu cerca de oito anos entre nós, tendo-se casado com cidadão brasileiro. Beatriz Costa fez a alegria de várias gerações e deixa sentido vinco saudade em muitos corações luso-brasileiros.

*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, atualmente sob a presidência do Dr. Arno Welhing, Diretor do *Instituto Luso-Brasileiro de História*, do nosso Liceu, prestou justa homenagem, no último 10 de abril, ao seu anterior Presidente, Prof. Dr. Vicente Tapajós, por ocasião de seu 80º aniversário, procedendo-se então ao ato inaugural do retrato do homenageado na galeria dos ex-presidentes. Foram oradores na cerimônia, entre outros, os sócios titulares Dr. Arno Wehling e Prof. Fernando Segismundo Esteves.

*

A ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL fez realizar no 15 de abril passado uma sessão solene em preito de louvor e saudade ao grande poeta que foi Augusto dos Anjos. Falou pela Academia o sócio titular Prof. Marco Antônio Martins Pereira, estimado amigo do nosso Instituto de Língua Portuguesa.

*

O REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA está vivendo, sob a presidência do Dr. Antônio da Costa, momentos de alto dinamismo e criatividade. Promove, por exemplo, para o decurso deste ano de 96, um Seminário sobre *O Rio através dos sentidos*, uma releitura do Centro Histórico do Rio de Janeiro. A sessão de abertura ocorreu no dia 19 de abril, honrada com a presença das seguintes autoridades: Dr. Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura de Portugal, Dr. João Paulo Monteiro, Presidente do Instituto Camões, Profª Helena Severo, Secretária Municipal de Cultura, do Estado do Rio de Janeiro. O tema então versado foi *A cidade e o olhar* e contou com a participação dos escritores Lígia Fagundes Teles e João Gilberto Noll, professores Renato Cordeiro Gomes e Karl Erik Scholhammer, Israel Klabin, Doutor em Ciências Políticas, arquiteto Ernê Freire, cineasta Nelson Pereira dos Santos, crítico de cinema José Carlos Avelar, Maria Beatriz Niza da Silva, historiadora. Os eventos seguintes tem as seguintes datas: *A cidade e a memória*, 10 de maio; *A cidade e o desejo*, 14 de junho; *A cidade e a magia*, 9 de agosto.

*

Foi muito proveitosa para as relações culturais luso-brasileiras a presença entre nós de S. Excia. o Dr. Antônio Guterres, Primeiro-Ministro do novo Governo Português. No Rio de Janeiro esteve nos dias 19 e 20 de abril. No dia 19 foi homenageado com um almoço oferecido pela comunidade luso-brasileira e, no dia seguinte, recebeu em sessão solene do Real Gabinete de Leitura o Laurel da Gratidão.

Em Brasília, reafirmou o Ministro Guterres ser o Brasil prioridade na atenção das atividades do seu governo. E esclareceu: “prioridade na globalização da política externa e econômica de Portugal, que não pode ficar vivendo do complexo superado de pertencer a um clube de ricos” (JB de 17/04/96). E, no respeitante particularmente à cultura, as notícias são das melhores. Em Brasília encontraram-se o Ministro da Cultura de Portugal, Manoel Maria Carrilho e seu colega brasileiro Francisco Weffort. “É um grande salto, o primeiro da série”, disse o Ministro Carrilho” (*Correio Braziliense*, de 17/04/96). Os dois ministros assinaram um “Protocolos de Intenções”, o que irá dar grande impulso às relações culturais com o país irmão. Uma comissão bilateral - e já é um promissor começo - se encarregará de preparar as comemorações do terceiro centenário da Morte de Pe. Antônio Vieira, pregador e mestre da língua que viveu grande parte de sua existência no Brasil, o que fará 1997 o Ano Vieira. Acrescentemos que o Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu literário Português, se antecipou às comemorações, dedicando a II Semana de Estudos da Língua Portuguesa (1º semestre de 1996) à obra extraordinária do famoso jesuíta. A coordenação da Semana ficou sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Basílio Rodrigues, um dos diretores do nosso Instituto de Língua Portuguesa.

*

Na presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso e dos Ministros da Cultura do Brasil, Francisco Weffort, e de Portugal, Manuel Maria Carrilho, foi assinado em Porto Seguro um protocolo que visa abrir nova era nas relações culturais entre os dois países, tendo como principais objetivos garantir que o intercâmbio entre Portugal e o Brasil será, a partir de agora, mais regular e diversificado, e incrementar a parceria de iniciativas e co-produções em vários domínios, nomeadamente nos do audiovisual e do cinema, com efetiva produção anual de quatro filmes, garantida assim a continuidade do estabelecido no Protocolo de Gramado, em 1994.

O protocolo consagra várias decisões, de que se destacam o começo da publicação, a curto prazo, de uma biblioteca lusófona, o lançamento de uma revista cultural comum aos sete países de língua portuguesa, a criação de uma base de dados da lusofonia e o estudo das possibilidades de desenvolvimento de uma indústria multimídia de produtos culturais em Língua portuguesa. Foi também decidido fazer um “Ano Vieira” para comemorar o terceiro centenário da morte do padre Antônio Vieira. Este ano realizar-se-ão um encontro de bibliotecários e arquivistas dos Sete de Língua portuguesa; a segunda estação de Cena Lusófona, no Brasil; o primeiro dos seminários regulares sobre autores de língua portuguesa ou temas relevantes

para a sua projeção contemporânea. Estes seminários efetuar-se-ão alternadamente no Brasil e em Portugal, decorrendo o primeiro no outono, em Lisboa, consagrado a Guimarães Rosa. Na ocasião, o Ministro Francisco Weffort visitará Portugal. (de *O Mundo Português*, de 02/02/96).

*

No dia 14 de maio último, comemorou o *Real Gabinete Português de Leitura*, em sessão solene, o seu 159º aniversário de fundação. Houve na ocasião posse da nova Diretoria, entrega de Títulos Honoríficos, recital de música clássica portuguesa pelo cravista Marcelo Fagerlande, declamação de poetas portugueses e brasileiros pelos atores José Wilker e Paulo Betti e, *last but not least*, lançamento dos dois primeiros volumes, pela Editora Nova Fronteira, de *Os Contos*, de Miguel Torga.

A nova Diretoria tem à frente, como a anterior, o Dr. Antônio Gomes da Costa, justamente reeleito. Como era de prever, e é facilmente constatável, vive o Real Gabinete, sob a presidência Gomes da Costa, um dos momentos mais altos de sua admirável história mais que secular. Reforma material e artística da fachada e parte interna de seu belo edifício manuelino, informatização da biblioteca, uma das mais preciosas do Brasil, quer quantitativa quer qualitativamente, realizações constantes de eventos culturais do mais elevado nível.

Ao Dr. Gomes da Costa e demais membros da Diretoria reeleita, com os nossos efusivos cumprimentos, os votos, desde já grata certeza, do prosseguimento do fecundo e brilhante trabalho que vêm desenvolvendo em prol de novos fastos para a cultura luso-brasileira.

*

No dia 20 de maio último, realizou-se, no auditório Dr. Antônio Gomes da Costa, do Liceu Literário Português, o lançamento do livro Índice Analítico do Vocabulário dos SONETOS da 1ª. edição (1595) das RHYTHMAS de Luís de Camões, da lavra do Prof. Antônio Geraldo da Cunha, muito conhecido como A.G.Cunha em nossos meios bibliográficos.

Mestre Antônio Geraldo da Cunha, príncipe de nossos lexicógrafos, já nos deu várias obras de alto valor no campo de sua especialidade, como o Dicionário Etimológico Nova Fronteira e o Dicionário Histórico das palavras Portuguesas de Origem Tupi. Na linha de seus estudos camonianos, publicou o Índice Analítico do Vocabulário de OS LUSÍADAS, que se tornou instrumento de trabalho indispensável para todos os camonistas e já a sair em próxima 3ª edição. O presente volume é prosseguimento desse trabalho, pois se constitui no primeiro passo para publicação similar da Lírica de Camões.

Presidiu a mesa dos trabalhos o Dr. Manuel Paulino, Vice-Presidente do Liceu Literário Português, em representação do seu Presidente, Dr. Edison Chini, ausente do Rio de Janeiro, por motivos de ordem familiar. Aberta a reunião, o Dr. Manuel Paulino proferiu palavras de saudações aos presentes e de regozijo pelo alto teor do evento. Ficou a mesa composta pelos professores Evanildo Bechara e Sílvio Elia, do corpo diretor do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, e Antônio Houaiss, Presidente da Academia Brasileira de Letras. Falou de início o Prof. Evanildo Bechara, que ressaltou a significação e os méritos do livro recém-lançado. O Prof. Sílvio Elia enfatizou o patrocínio realmente cultural das instituições luso-brasileiras que tornaram possível a edição de tão importante obra, a saber: Real Gabinete Português de Leitura, Liceu Literário Português, Real Sociedade Caixa de Socorros D. Pedro V e Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Com a palavra, Antônio Houaiss pôs em destaque a valiosa contribuição que Antônio Geraldo da Cunha vem trazendo aos estudos lexicográficos no Brasil. As últimas palavras foram do homenageado, que agradeceu o carinho e o interesse dos presentes pelo seu trabalho tendo registrado e posto em confronto, o grande desenvolvimento que os estudos lexicográficos vêm mostrando nos países chamados do 1º mundo com o atraso desses mesmos estudos nos países de língua portuguesa. A seguir, o Dr. Manuel Paulino deu por encerrados os trabalhos da mesa. A reunião terminou com a autografação dos exemplares previamente distribuídos a todos os presentes pelo autor, Prof. Antônio Geraldo da Cunha.

*

Realizou-se em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, no período de 2 a 6 de junho, o XI Encontro Nacional da Anpoll (Associação Nacional de pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística). Coustou o evento de 10 Mesas-Redondas, nas quais foram apresentados os seguintes textos: Políticas de Pós-Graduação e Pesquisa nas áreas de Letras e Lingüísticas (Prof. Luís Antônio Marcuschi, UFPernambuco); A formação em Letras e Lingüística para o profissional do século XXI (Profª Maria Carmem Guimarães Possato, UNESP); Política de Bolsas (Prof. Antônio Dimas, USP); Alguns problemas afetos ao ensino e à pesquisa na Pós-Graduação em Letras (Profª Célia Marques Telles, UFBahia); Ensino e Pesquisa em Pós-Graduação: dores e delícias (Prof. Benito Martines Rodrigues, USP); Do Cotidiano e da Pesquisa na área de Literatura (Prof. Flávio Loureiro Chaves, UFRio Grande do Sul); Ensino e Pesquisa na Pós-Graduação em Letras e Lingüística: condições objetivas e perspectivas (Profª Alice Maria Teixeira de Sabóia, UFMato Grosso); O Ensino e a Pesquisa no cotidiano da Pós-Graduação (Profª Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões, UFPará); Restruturação na Pós-Graduação (Prof. Milton Marques Júnior, UFParaíba).

Exerce a Presidência da ANPOLL a Profª Drª Sônia Maria Van Dijck Lima e a Reitoria da UFPB o Prof. Dr. Neroaldo Pontes de Azevedo.

*

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está organizando, com as datas de 2-5 de setembro do corrente ano, o seu IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que irá ocupar-se com o tema geral “Os territórios da Língua Portuguesa: culturas, sociedades e políticas no mundo contemporâneo”. Informações pelo telefone 221-1470, ramal 14 (Secretaria do Congresso).

*

CURSOS NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 1996

Prof. *Maximiano de Carvalho e Silva*.
Segunda-feira - 15:00h - Total de 10 aulas

Início: 18 de março

Duração das aulas: 1 hora

Título: Manuel Bandeira e a Versificação Portuguesa.

Os inscritos devem trazer um exemplar do livro *Estrela da Vida Inteira* (poesias reunidas) de Manuel Bandeira, para que possam acompanhar as aulas.

Há deste livro uma edição recente, da Editora Nova Fronteira.

*

Prof. *Maximiano de Carvalho e Silva*
Segunda-feira - 16:30h - Total de 10 aulas e número limitado de até 15 vagas só para este segundo curso

Início: 18 de março

Duração das Aulas: 1 hora

Título: Organização do Trabalho Científico: Preparação de Índices de uma revista de estudos de Língua Portuguesa.

*

Prof. *Evanildo Bechara*
Terça-feira - 16:00h - Total de 10 aulas

Início: 1º de março

Duração das Aulas: 1 hora

Título: Questões de Língua Portuguesa

*

Prof. *Clemildo Arruda*

Quarta-feira - 16:30h - Total de 10 aulas

Início: 20 de março

Duração das Aulas: 1 hora

Título: Curso Alegre de Latim

*

Prof. *Gladstone Chaves de Melo*

Sexta-feira - 17:00h - Total de 10 aulas

Início: 22 de março

Duração das Aulas: 1 hora

Título: Fonologia Diacrônica da Língua Portuguesa.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

- ANA MARIA MÃO-DE-FERRO MARTINHO. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA. Lexicógrafo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autor de dicionários histórico-etimológicos, vocabulários e índices vocabulares.
- ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.
- DINO PRETI. Professor Titular da Universidade de São Paulo, professor dos curso de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de São Paulo e autor de livros e artigos da sua especialidade.
- EBERHARD GÄRTNER. É catedrático recentemente concursado da Universidade de Leipzig.
- ENEIDA BOMFIM. Doutor em Letra, professora dos cursos de Mestrado e Doutorado em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e autora de livros e artigos de sua especialidade.
- EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Professor *Emérito* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- HEITOR MEGALE. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade São Paulo e dos mais representativos pesquisadores da História da Língua no período arcaico. Autor de livros e artigos de sua especialidade.
- JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES. Professor Auxiliar da Cadeira de Literatura Portuguesa e Estudos Camonianos do Instituto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.
- OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA. Professor Emérito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Língua Portuguesa e Língua Latina na Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de livros e artigos de sua especialidade.
- SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VALTER KEHDI. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos curso de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo. Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade.
- WOLFANG ROTH. Professor de Filologia Românica na Universidade de Bochum, livre-docente pela Universidade de Osnabrück e trabalha atualmente também como encarregado de cursos de Lingüística Geral e Alemã na Universidade de Valenciennes (França).